CARMEM SILVIA ROTONDANO TAVERNA

UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE A PSICOLOGIA ESCOLAR NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

PSICOLOGIA SOCIAL

PUC-SP

2003

CARMEM SILVIA ROTONDANO TAVERNA

UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE A PSICOLOGIA ESCOLAR NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Social, sob orientação da Profª. Drª. Maria do Carmo Guedes

PSICOLOGIA SOCIAL

PUC-SP

2003

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria do Carmo Guedes

Profa. Dra. Regina Helena de Freitas Campos

Profa. Dra. Marisa Todescan dias da Silva Baptista

Profa. Dra. Mitsuko Aparecida Makino Antunes

Profa. Dra. Wanda Maria Junqueira Aguiar

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo realizar um estudo histórico da psicologia escolar na Secretaria Municipal de Educação – SME, da Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP.

Sustentam esta elaboração os fundamentos da História do Presente, entendida como campo de estudo da história do século XX, a partir da década de 1930 e a proposta atual da Historiografia da Psicologia, especificamente na abrangência da abordagem social. Assim, procura responder ao desafio de se construir uma história crítica, articulando a história da psicologia e a da sociedade, evidenciando suas dimensões sociais e políticas.

Documentos constituíram-se em matéria prima para a realização desse estudo histórico. A análise e interpretação do conjunto do material organizado permitiram a identificação de quatro períodos na atuação da psicologia na SME da PMSP e a elaboração de uma narrativa, na qual estão relacionados não só os dados entre si, mas também os dados com alguns dos acontecimentos que marcam a história do Brasil, da psicologia e da própria profissão de psicólogo.

Além disso, a memória da autora esteve presente nos bastidores da pesquisa, desde que trabalhou como psicóloga escolar no Serviço de Psicologia Escolar dessa Secretaria, de 1978 até a sua extinção.

Nessa perspectiva, o que se procura com este estudo é preencher uma lacuna no conhecimento dessa área, ou seja, oferecer um quadro de referências, que retrate não só as origens do Serviço de Psicologia Escolar no processo social e cultural da realidade brasileira, como as mudanças que nele ocorreram no período em que existiu, e no qual essa história pode encontrar seu sentido, não apenas de maneira circunscrita à Prefeitura de São Paulo, mas também como contribuição à história da psicologia no Brasil.

Tese apoiada pela CAPES na forma de bolsa à Autora (2000-2002)

ABSTRACT

This piece of research aims to carry out a historical study of school psychology in the Municipal Department of Education of the local government of the city of São Paulo.

The study is supported by the principles of Present History, understood as a field of studies of the 20th century history from the 1930s onwards, and by the current proposal of the Historiography of Psychology, specifically the social approach. Thus, it tries to respond to the challenge of constructing a critical history, articulating the history of psychology with that of society, showing their social and political dimensions.

Documents were the raw material for this historical study. The analysis and interpretation of the organized materials allowed the identification of four periods in the action of psychology in the Municipal Department of Education of the local government of the city of São Paulo. They also helped in the elaboration of a narrative in which the author related the data to each other and to some of the events that mark the history of Brazil, of psychology and of the psychologist profession.

In addition, the author's memory was present in the backstage of the research, since she worked as a school psychologist in the School Psychology Service of the above mentioned Department from 1978 until its extinction.

In this perspective, the purpose of the present study is to fill a gap in this area's body of knowledge, that is, to offer a reference frame that portraits not only the origins of the School Psychology Service in the social and cultural process of the Brazilian reality, but also the changes that it underwent during the period of its existence. In this period, history can find its meaning, which is not restricted to São Paulo's local government, and can offer a contribution to the history of psychology in Brazil.

Aos meus pais e
ao meu companheiro Brenno.

Agradeço especialmente à
Maria da Gloria Sangirardi Silveira.

SUMÁRIO

Resumo IV

Abstract V

Sumário VIII

Índice de Figuras IX

Introdução *001*

Capítulo 1
Antecedentes: a assistência à criança das camadas populares na prefeitura de São Paulo 013

Capítulo 2
Da Psicologia Clínica à Psicologia Escolar ou Psicologia Clínica Escolar Preventiva 037

Capítulo 3
Tentativas de Definição da Psicologia Escolar. Forças antagônicas: a psicologia escolar-clínica preventiva e a dimensão política do trabalho do psicólogo escolar 055

Capítulo 4
A extinção do Serviço de Psicologia Escolar: transferência dos psicólogos da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Saúde 075

Ainda uma questão (im)pertinente 088

Referências 091

Referências Bibliográficas 136

Anexo 140

Índice de Figuras

Quadros

p. 092 – Legislação
p. 103 – Material de divulgação
p. 105 – Material de trabalho
p. 121 – Cursos
p. 124 – Seminários, encontros, congressos
p. 127 – Textos
p. 133 – Documentos secundários

Introdução

Realizar um estudo histórico da psicologia escolar na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura de São Paulo, mas, também, compreender a psicologia escolar na história da psicologia em São Paulo são os objetivos deste trabalho. Documentos constituem sua matéria-prima, "dados crus da historiografia", como diz Brozek (1996). O desafio é torná-los história por meio da análise e interpretação. A memória da autora também é considerada, desde que trabalhou como psicóloga no Serviço de Psicologia Escolar, da Secretaria da Educação da Prefeitura de São Paulo de 1978 até a sua extinção em 1989.

Apóia esta elaboração a proposta atual da historiografia da ciência na abrangência que se pretende à Historiografia da Psicologia com a intenção de atender o "desafio atual dessa área", proposto por Brozek (apud. Campos, 1998) – "o estudo das relações entre idéias psicológicas e sociedade". (p.17)

Desde os anos oitenta, conforme afirma Massimi (2000, pp.17-18), a história da psicologia, inclusive no Brasil, consolidou-se como área específica de pesquisa e ensino, e os trabalhos historiográficos apontaram para mudanças significativas. Diz a autora que, no âmbito do estudo histórico-epistemológico da psicologia, por exemplo, passaram a inspirar os trabalhos historiográficos a retomada às raízes do processo social e cultural da realidade brasileira, proporcionando uma reflexão crítica acerca do presente e não mais trabalhos que apenas fundamentavam os desenvolvimentos rápidos e amplos da psicologia no Brasil. Outro exemplo de mudança significativa pode-se verificar no âmbito dos trabalhos que reconstroem historicamente conceitos psicológicos; atualmente, enfatiza-se a transitoriedade dos conceitos proporcionando-se, assim, uma percepção histórica da psicologia científica.

Entretanto, alguns dos trabalhos mais recentes na historiografia da psicologia têm sido pautados, conforme ainda Massimi (2000), na "necessidade

de contextualizar a psicologia brasileira em seu território social e cultural". (p.18) Esses trabalhos procuram aprofundar a história da psicologia a partir de diferentes contextos regionais e/ou de personalidades significativas da psicologia no Brasil.

Especificamente, alguns desses trabalhos apóiam-se na abordagem social em história da psicologia, que se fundamenta na compreensão da psicologia no movimento do tempo, na trama das relações sociais, políticas, econômicas e culturais na qual se insere e, como diz Hobsbawm (1998), na prática de "uma história crítica – uma história que é capaz de nos ajudar na sociedade contemporânea". (p.48)

Segundo Antunes (1998), no que se refere à história da psicologia, a abordagem social enfatiza as relações da psicologia e o contexto sócio-histórico; sua compreensão "implica o conhecimento das relações sociais nas quais ela se produz e que lhe dão as bases de sustentação e possibilidades de desenvolvimento". Para isso, diz a autora, é preciso considerar

> as necessidades existentes na realidade em que se insere, nos fatores conjunturais e estruturais presentes, nas relações de força que se plasmam naquele momento histórico e naquela situação específica, nas ideologias que transitam na formação social em questão, nos valores, representações e idéias que nela veiculam. (p.366)

Portanto, para Antunes, é tarefa da história da psicologia "identificar e situar o ponto de vista dos sujeitos que a constroem, sua inserção social, as concepções e os interesses de que se tornam porta-vozes", mesmo porque, continua a autora, "longe estão de qualquer neutralidade ou acima das idéias e práticas que permeiam a sociedade da qual fazem parte". (p.366)

Essa é a direção, na qual este trabalho se orienta. Pretende-se, assim, uma história crítica. Usando as palavras de Woodward (1998), pretende-se "construir uma ponte entre a história e a psicologia", observando-se com

atenção alguns dos cuidados que esse autor considera importantes na elaboração historiográfica. Nesta pesquisa, especificamente, o presentismo pode constituir-se em distorção dos documentos pesquisados, desde que sejam interpretados de acordo com a visão atual da pesquisadora. No entanto, a preocupação com o "fator erro", segundo Woodward, "não deve ser usada contra os historiadores da ciência; pelo contrário, deve aumentar a confiança de que eles estão genuinamente interessados em alcançar a objetividade por meio da minimização da subjetividade" (p.65). Esse argumento pôde, então, tranqüilizar a pesquisadora na realização desta pesquisa.

A investigação histórica sobre o Serviço de Psicologia Escolar na Secretaria da Educação da Prefeitura do Município de São Paulo trata, pois, de passado recente, sua história insere-se nos últimos sessenta anos, além disso, é a própria autora sujeito dessa história que pretende construir. Portanto, buscou-se apoio mais específico para tal estudo nos fundamentos da História do Presente.

Segundo Chaveau e Tétart (1999):

> A história do presente, história próxima e história imediata pertencem ao campo do muito contemporâneo, o do século XX, amputado de seu primeiro terço. (p.20)

São muitas as questões sobre esses gêneros de pesquisa quanto a constituírem objetos da História. A terminologia empregada ainda é questão de debate, no entanto, as três proposições utilizam-se do método histórico, respeitando a "horizontalidade cronológica" no estudo e não a "verticalidade da análise pontual, verdadeiramente imediata", imprimindo "um certo recuo em relação ao acontecimento".

Foram os historiadores da Escola dos Annales, fundadores da Nova História, destacando-se Febvre e Bloch, que abriram as portas para o estudo do tempo presente nos anos 30, na França. Até então, a associação entre

história e presente era considerada “como profundamente antinômica” e o “interesse pelo tempo próximo não tinha sido traduzido pela afirmação de um novo campo científico” (Chaveau e Tétart, 1999). No entanto, segundo os autores, “não se deve fazer disso uma regra” e citam como exemplo, a *Histoire de France Contemporaine (1871/1913)*, editada por Larousse em 1916. Pode-se ler no prefácio dessa obra:

> A história contemporânea é, como se disse muitas vezes, aquela que menos conhecemos. Os fatos que lhe darão no futuro destacam-se confusamente, primeiro do caos de informações contraditórias e tendenciosas, e é lentamente, à luz dos documentos dos arquivos, que aparecem distintamente as idéias mestras nas quais se inspiram os homens de Estado e as características da sociedade na qual eles viveram. Um autor de boa fé pode, entretanto, expor os acontecimentos contemporâneos tal como lhe parecem, e sem pretender fazer uma obra puramente objetiva, ter a preocupação constante de não ferir qualquer convicção. (Apud Chaveau e Tétart, 1999, p.12)

Mas, foi com a Nova História que surgiram as primeiras referências de estudo da história do presente. Bloch escreveu *A incompreensão do passado nasce afinal da ignorância do presente* e Febvre ministrou um curso intitulado *A História na vida contemporânea*. Da Nova História emergiram novos objetos e métodos de estudo, apoiados no desenvolvimento de outras ciências humanas, dentre elas Antropologia, Sociologia, Psicologia Social, Geografia. De acordo com Burguière (1993), a Nova História repudiou a função pedagógica moral da história e, além de focalizar a mudança e a diferença nas culturas, reconheceu a subjetividade do historiador. (p.382)

Observam Chaveau e Tétart (1999) que houve, na França, uma aproximação entre ciência e sociedade a partir dos anos 50 – 60 do século XX, quando os canais de comunicação desenvolveram-se rapidamente, quando houve uma renovação progressiva da imprensa e edição, elevação do nível de estudo e a força dos engajamentos ideológicos – quando a demanda social

nessas décadas se configurava como um vetor central na produção histórica. Encontram-se referências representativas da associação entre história e presente depois que universitários e intelectuais inauguram o costume das análises imediatas na mídia no período do pós-guerra. Destacam-se, nesse período, René Rémond como inovador e promotor da defesa da pesquisa da história do presente na universidade e a publicação da obra "*A História Imediata*" de Jean Lacouture.

Ainda segundo os autores, o final dos anos 70, na França, marcou as discussões para a criação do Institut d'Historie du Temps Présent e do Institut d'Historie Moderne et Contemporaine, das quais participam René Rémond, Jean Lacouture, Jacques Le Goff, dentre outros historiadores. Dois artigos notórios foram publicados, nesse momento, "Le retour de l'événement" de Pierre Nora, publicado em *Faire de l'Historie*, e o capítulo de Jean Lacouture, "L'Historie Immédiate", publicado em *La Nouvelle Historie* – "o único ensaio sobre a noção de imediato" (p.15). Assim, para Chaveau e Tétart (1999), "a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo, o estudo do presente". (idem)

Essa tendência, incrementada nos anos 70, apresentou-se como um "fenômeno de geração", definido por Chaveau e Tétart (1999) como "um fator comum às diferentes profissões", caracterizada pelo "impacto dos acontecimentos deste último século sobre os homens e sua vontade de 'reagir', isto é, de tentar explicar o presente". (p.15)

Dentre as diferentes profissões, destaca-se a psicologia. De acordo com Gergen (1973), as revistas científicas e as revistas para o público em geral contavam com a colaboração de psicólogos que discorriam sobre os padrões de comportamento contemporâneo. Com isso, houve uma expansão tanto do interesse público pela área como de encontros científicos e publicações especializadas exclusivas para psicólogos. Isso ocorreu, segundo Gergen, pelo grau de envolvimento do psicólogo com a cultura circundante.

Entretanto, o argumento usado para o questionamento do presente como investigação histórica – a proximidade ou a falta de "recuo" do pesquisador – é mantido, como observa Rioux (1999). Pergunta esse autor:

> como traduzir em termos de duração um presente, por definição, efêmero? Ainda mais quando o próprio historiador, imerso em seu tempo, também oscila no curso da correnteza e mergulha na confusão de acontecimentos sem hierarquia nem causas aparentes?" (p.41)

Rioux alimenta o debate, ainda aberto, sobre esse gênero de investigação e coloca algumas questões: não poderia pela reflexão histórica do presente o pesquisador

> lutar contra a massificação das efemérides que mantém uma temerária amnésia nas nossas sociedades? [...] Ajudar as gerações que crescem a combater a atemporalidade contemporânea? [...] Desfazer o imediatismo vivido que aprisiona a consciência histórica? E mesmo quando o pesquisador mantém "uma relação física com a história em movimento", não poderia "desempacotar" sua caixa de instrumentos e experimentar suas hipóteses de trabalho, criando o famoso recuo?" (aspas do autor, pp.46-47)

Mas, como argumentam Chaveau e Tétart (1999), o recuo é possível porque a relação com a história em movimento "não está mais carregada das mesmas representações nem das mesmas esperanças que há vinte ou trinta anos porque, justamente, a história avançou". Esses autores estabelecem eixos para a pesquisa histórica do presente: a relação entre o historiador e seu tema, e a relação do historiador e seu tempo. Para eles, há, portanto, que se considerar "o historiador, a história e a sociedade". O historiador como alguém que está "cada vez mais integrante do contemporâneo" e a história "como um fator de compreensão do presente e vetor de opinião para o corpo social". (p.36)

Assim, amparada nas proposições apresentadas, a autora procura cumprir a exigência posta na realização de um estudo histórico sobre a psicologia escolar na prefeitura de São Paulo, na perspectiva de compreendê-la e de buscar seu valor enquanto conhecimento contemporâneo.

O primeiro movimento na realização deste estudo foi considerar a criação do Serviço de Psicologia Escolar na Secretaria Municipal da Educação – SME da Prefeitura de São Paulo – PMSP. Decidiu-se, então, iniciar a pesquisa pela busca de documentos indicadores da estrutura e funcionamento do Setor de Psicologia e do Serviço de Psicologia Escolar – leis, decretos, editais, e outros documentos relacionados à psicologia como relatórios, projetos de atuação e de pesquisas, roteiros, artigos, emitidos por diferentes setores da Secretaria da Educação da Prefeitura de São Paulo. Buscando a possível origem dessas decisões, o questionamento levou a diretrizes da Revolução de 1930 e a conseqüente proposta de assistência à criança das camadas populares na prefeitura de São Paulo. E, no limite oposto, à extinção do Serviço de Psicologia Escolar em 1989.

Na busca desses documentos – fontes primárias nesta pesquisa – foram consultados os arquivos da Referência Legislativa Municipal de São Paulo, e da Memória Técnica Documental, pertencente ao Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo, além dos arquivos pessoais da autora e de Maria Cristina Antunes Horta[1].

A primeira tentativa de organizar o material coletado foi através da identificação dos documentos por etiquetas na contra-capa com informações sobre a fonte e a data de edição, ou data presumida, ou sem data. Nos documentos sem data, procurou-se demarcar o intervalo de tempo em que

[1] Maria Cristina Antunes Horta foi psicóloga escolar no Serviço de Psicologia Escolar da Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura de São Paulo, entre os anos de 1983 até a extinção do Serviço; chefe da Seção de Psicologia no período de 1986 a 1988. Atualmente trabalha no Programa Saúde da Família da Secretaria Municipal da Saúde da PMSP.

foram provavelmente produzidos e/ou editados. Elaborou-se, nesse momento, um quadro geral dos documentos contendo a referência do documento: bibliográfica, legislação, artigo de jornal, certificados; a data de publicação; o título do documento; e uma primeira categorização, a partir dos objetivos e conteúdos de cada um deles: relativos à estrutura do Serviço de Psicologia, relativos às orientações técnicas e/ou administrativas dadas aos psicólogos escolares, relativos aos textos produzidos pelos psicólogos escolares e/ou produzidos por equipes do Departamento de Planejamento da Secretaria da Educação, aos quais psicólogos escolares tiveram acesso – pesquisas, projetos, propostas e relatórios. Nesse momento, os nomes das personalidades envolvidas também constituíram uma categoria, o que levou a uma primeira tentativa de periodização dos documentos, valendo-se dos argumentos de Bresciani (1978) sobre a tarefa de datar. Afirma a autora que "a importância das datas decorre, não tanto de uma transformação evidente, mas principalmente de uma intenção transformadora vitoriosa" (p.914).

Assim, partiu-se para a demarcação do período de criação do Serviço de Psicologia Escolar, estabelecendo-se os anos compreendidos entre 1974 até 1979. Na perspectiva de sustentar historicamente esse período, buscou-se caracterizar a fase antecedente, que remontava até o momento da criação dos Parques Infantis, nos anos 30. De todo modo, esse, como os outros períodos, só foi fechado ao longo da pesquisa.

Identificados os documentos, partiu-se para a leitura e descrição de cada um deles, o que resultou em uma caracterização específica para cada conjunto, e na elaboração de três linhas de tempo, que apresentam respectivamente, alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil ou na PMSP; fatos ou eventos marcantes específicos na educação da PMSP e da psicologia na SME, desde os anos 30 até o início dos anos 90. As linhas de tempo estão apresentadas em anexo. (p.140)

Os documentos primários analisados estão relacionados em Referências (pp.92 - 135), na forma de Quadros, que trazem, para cada documento, além de identificação, breve descrição e fonte, conforme segue:

Quadro 1 – legislação: atos, projetos de lei, decretos, portaria e leis emitidos pela PMSP. Desse material foi possível elaborar uma série de organogramas que demonstram o desenvolvimento da institucionalização dos diferentes setores responsáveis pela educação, e particularmente da Psicologia na SME.

Quadro 2 – material de divulgação produzido pela SME ou em algumas de suas unidades, como também, entrevista e documentário de fotos.

Quadro 3 – material de trabalho: orientações aos psicólogos escolares, aos assistentes pedagógicos, orientadores educacionais e professores de escolas de 1º grau e educação infantil e a professores, produzidas por equipes da Seção de Psicologia, da Seção de Fonoaudiologia, Departamento de Assistência (Saúde) Escolar – DSE e/ou Departamento de Planejamento e Orientação – Deplan, da SME e Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Quadro 4 – cursos programados pelo Setor de Psicologia, ministrados por psicólogos e cursos programados pela ou para a SME, dos quais psicólogos escolares participaram.

Quadro 5 – seminários, encontros e congressos dos quais participaram psicólogos escolares da PMSP.

Quadro 6 – textos de diversos autores utilizados em treinamentos do Serviço de Psicologia Escolar da PMSP.

Fontes secundárias foram analisadas como documentos e estão, do mesmo modo que os documentos primários, relacionadas em Referências, no

Quadro 7 que traz autoria, data, breve descrição e fonte para: pesquisas históricas sobre educação e ensino municipal sobre Educação e Ensino Municipal de São Paulo, realizadas durante o período em estudo, mas também outras mais recentes; pesquisas sobre psicologia escolar na prefeitura de São Paulo, e livros sobre psicologia escolar publicados por autores brasileiros, entre os anos de 1970 a 1984.

Na análise e interpretação do conjunto de documentos pesquisados, procurou-se não apenas relacioná-los entre si, mas também com as linhas de tempo elaboradas e com alguns dos acontecimentos que marcaram a história do Brasil, da psicologia e da própria profissão de psicólogo, permitindo a identificação de quatro períodos na atuação da psicologia na SME da PMSP. A narrativa resultante, apoiada também na memória da autora, está apresentada nos capítulos: (1) “Antecedentes – a assistência à criança das camadas populares na PMSP”, que compreende o período da instalação dos Parques Infantis, em 1935, à criação do Setor de Psicologia Clínica, na década de 1940, e o desenvolvimento desse trabalho, até a primeira metade da década de 1970; (2) “Da Psicologia Clínica à Psicologia Escolar ou Psicologia Clínica Escolar Preventiva” – fase de criação do Serviço de Psicologia Escolar, a qual inaugurou novo campo para a atuação da psicologia na Secretaria Municipal de Educação, marcando o início da busca de uma identidade profissional do psicólogo escolar; abrangendo os anos de 1975 a 1979; (3) “Tentativas de Definição da Psicologia Escolar. Forças antagônicas: a psicologia escolar-clínica preventiva e a dimensão política do trabalho do psicólogo escolar”, compreendendo os anos de 1980 a 1985 e; (4) “A extinção do Serviço de Psicologia Escolar: transferência dos psicólogos da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Saúde”, abrangendo os anos de 1986 a 1989.

Ao final, ainda uma questão (im)pertinente se coloca, abrindo perspectivas para novas pesquisas, nas quais poderão ser considerados não só os movimentos para a transformação da realidade social, da busca por efetiva consolidação da democracia brasileira e o caráter interdisciplinar da

psicologia, como também o difícil e lento caminho que a psicologia e os psicólogos têm feito para superar as amarras das atividades que a definem.

Antecedentes: a assistência à criança das camadas populares na prefeitura de São Paulo

O mais longe que se pode ir para conhecer os projetos do governo municipal de São Paulo na educação e a participação da psicologia em suas orientações, esta pesquisa levou à assistência à infância, proposta na década de 1930, com a criação dos Parques Infantis. Instalados nos bairros operários da cidade, tinham, esses parques, por objetivo "colaborar na obra de preservação social e de contribuir para a educação sanitária das crianças" (Ato n. 767/35, art. 2º).

O objetivo dos Parques Infantis retrata como as idéias sobre a importância da educação infantil no espaço público foram articuladas, no sentido de cumprir o propósito de se estruturar a sociedade brasileira moderna. Como mostra Kuhlmann Jr. (2002), já nas duas primeiras décadas do século XX havia uma mobilização ampla da sociedade arregimentando, além dos interesses médico-higienistas, interesses jurídicos e religiosos. Segundo esse autor, destacam-se, no período, as idéias sobre "educar para higienizar", ou sobre "o direito à saúde", que fundamentaram a política sanitária adotada no Brasil, demonstrando a interdependência entre as áreas da Medicina, Direito, Sociologia e Pedagogia.

Quanto à Pedagogia, as novas idéias traziam "como postulado científico", conforme afirma Kuhlmann Jr. (2002), "que a educação da criança repousaria sobre um problema de psicologia aplicada" – conhecer a psicologia da infância, respeitando-se o seu caráter individual, suas aptidões e tendências inatas (pp.426-427).

A psicologia científica, portanto, já encontrara espaço de penetração e desenvolvimento nas primeiras décadas do século XX no Brasil, principalmente, pelos estudos realizados por médicos e educadores, nos laboratórios de psicologia, sendo ampla a gama de produções acerca da

inteligência, aprendizagem, rendimento escolar, memória, personalidade, aptidões, seleção e orientação profissional, como mostra Antunes (1999) ao citar as produções do Instituto de Psicologia de Pernambuco, do Laboratório de Psicologia criado por Helena Antipoff em Minas Gerais e dos laboratórios criados nas Escolas Normais, especificamente de Salvador, do Rio de Janeiro, Fortaleza e São Paulo. Esses centros, além de produzirem testes psicológicos de nível mental e de aptidão, revisavam, adaptavam e padronizavam testes à realidade brasileira, evidenciando sua participação e colaboração na construção de um país moderno.

Na cidade de São Paulo, especificamente, o processo de industrialização e urbanização já ocasionara a formação dos “corredores de indústrias” em alguns bairros, como Brás, Mooca, Bom Retiro e Ipiranga, nos quais sugiram as chamadas “habitações do proletariado”, habitações coletivas – cortiços. As famílias de operários eram então caracterizadas, pelos diversos profissionais que se ocupavam dos problemas sociais, como vivendo na promiscuidade e as crianças como abandonadas, sem os cuidados maternos, visto as mulheres trabalharem para a complementação do orçamento; mal alimentadas e vivendo na rua, sem cuidados, as crianças eram vítimas freqüentes das epidemias de tifo, tuberculose, diarréias e outras doenças.

Os próprios operários reivindicavam melhores salários e condições de vida. Inicialmente, direcionavam suas reivindicações aos donos das indústrias e posteriormente ao Estado, destacando-se a exigência de locais que se responsabilizassem pela guarda e que oferecessem os cuidados necessários às crianças enquanto suas mães trabalhavam. No entanto, ao que parece, nenhuma iniciativa governamental no município de São Paulo, demonstrou interesse em solucionar essas questões, até a década de 1930, quando outras condições históricas assim determinaram.

Foi no contexto do movimento de 1930, que novas exigências voltadas à educação, à saúde e à cultura foram impostas ao país e com elas a

preocupação das elites para com a educação dos filhos dos operários. Isto porque o governo de Getúlio Vargas preocupou-se com a camada operária e sua participação, mais por uma necessidade histórica de modernização do modo de produção capitalista – escolarizar as camadas populares – do que talvez por sua própria vontade de inseri-los no movimento.

Entretanto, não se pode negar a participação operária no movimento. Afirma Fausto (1978, p.245) que “um dado oculto na revolução [de 30] é o papel desempenhado pela classe operária que aparece mais como um problema do que propriamente como personagem”. Considera, no entanto, ter sido possível que as greves nos grandes centros, sobretudo a partir de 1929, motivadas pela defesa dos níveis de salário e contra o desemprego, tenham colaborado com o inconformismo das classes médias, participantes da aliança do movimento de 1930, o que pode definir, em parte, a luta por maior atenção aos problemas sociais. Embora a camada operária não tenha participado como categoria social nesse movimento, diz Fausto que há indicações da sua simpatia e aproximação a ele e, como exemplo, cita a adesão de operários do bairro do Brás ao cortejo de Getúlio Vargas, quando, ainda candidato, visitou a cidade de São Paulo.

De todo modo, novas forças sociais foram impulsionadas com o movimento de 1930. De acordo com Pereira (apud Fenelon, 1974) setores populares urbanos se expandiam e diferenciavam-se internamente com o avanço da industrialização e do setor de serviços grandemente estimulado pela industrialização, fortalecendo-se politicamente. Era, portanto, preciso que o governo atendesse, de alguma maneira, a esses setores e oferecesse algum tipo de assistência às crianças da camada operária, envolvendo ao mesmo tempo a educação e a saúde.

O Estado criou em 1930 o Ministério da Educação e Saúde Pública, sob a responsabilidade de Francisco Campos[2]. Segundo Fausto (1995), a criação desse ministério pode ser considerada como marco inicial de uma visão centralizadora com respeito à educação – a ser promovida do centro para a periferia. Com uma política autoritária, o então ministro fez uma profunda reforma na estrutura do ensino e a impôs a todo o território nacional. Sem dúvida, a Reforma Francisco Campos inovou o sistema escolar, porém não eliminou a tradicional concepção liberal-aristocrática. A lei refletiu a contradição da vida política e social brasileira, como também a luta ideológica na qual mesclavam-se os aspectos político, econômico e religioso dos defensores do chamado movimento conservador, principalmente da Igreja Católica, que enfatizava o papel da escola privada e do ensino diferenciado entre meninos e meninas, e daqueles que defendiam as idéias do grupo "renovador" – reformadores liberais – que apoiavam a institucionalização da escola pública e sua expansão.

O ponto de vista dos reformadores liberais foi expresso no "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", publicado em 1932. Seu principal redator foi Fernando de Azevedo[3], com apoio especial de Anísio Teixeira[4] e Lourenço

---

[2] Francisco Campos além de ministro da Educação e Saúde Pública (1930-1932) foi também o principal redator da Carta de 1937 que instaurou o Estado Novo. Também colaborou na elaboração das leis autoritárias, em 1964. In: Fausto, Boris. História do Brasil, EDUSP/FDE, 1995, p. 337.

[3] Fernando de Azevedo (1894-1974), bacharel em Direito iniciou sua carreira como jornalista em O Estado de São Paulo, chegando a ocupar o lugar de redator e crítico literário. Foi diretor da USP (1941-1943), secretário da educação do estado de São Paulo (1947), secretário da educação do município de São Paulo (08/04/61-25/09/61), na gestão do prefeito Francisco Prestes Maia, dentre outras atividades. In: Biografia realizada por profissionais da EMEF Prof. Fernando de Azevedo, Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental, PMSP, 2002.

[4] Anísio Teixeira (1900-1971) "fez parte de uma geração de intelectuais, cuja preocupação maior, na 1ª metade do século XX, foi a de organizar a nação e forjar o povo através de uma cultura que procurava assegurar a sua unidade pela instrução pública, pela reforma do ensino e pela construção de um campo cultural a partir da universidade, [...] ao contrário de Gustavo Capanema [Ministro da Educação do governo Vargas], que pensava a reconstrução do país pelos valores nacionais inculcados nas massas para facilitar o processo de aceitação da autoridade dos seus líderes". NUNES, Clarice "Anísio Spínola Teixeira". In: FAVERO, Maria De L. A. e BRITTO, Jader de M. *Dicionário de Educadores no Brasil*, UFRJ/MECINEP, 1999, pp.56-61.

Filho[5]. Cabe lembrar, como afirma Antunes (1999), que “Lourenço Filho pode também ser considerado um dos primeiros psicólogos brasileiros e um dos mais importantes protagonistas que levou ao estabelecimento definitivo da Psicologia científica e da profissão de psicólogo no Brasil” (p.72).

O Manifesto propunha a adoção da escola pública e gratuita, para meninos e meninas desde a educação infantil à universidade, com educação igual e comum. Portanto, defendia o Manifesto a implantação da educação integral, pretendendo estabelecer uma relação entre educação e desenvolvimento e colocando a educação em situação privilegiada para a consolidação da nova sociedade urbano-industrial. Nessa perspectiva, a prática da psicologia também foi expandida na educação, à medida que sustentava os ideais escolanovistas. De acordo com Antunes (1999)

> é possível afirmar que a Psicologia [representada pela Psicologia Diferencial e suas técnicas, principalmente pela psicometria] foi o pilar de sustentação científica para essa concepção pedagógica, pois era ela que cuidava do indivíduo e das diferenças individuais. (p.72)

Durante o governo Vargas e gestão de Gustavo Capanema[6] como Ministro da Educação, o pensamento conservador passou a se destacar, na mesma medida em que o sistema político se fechava.

Entretanto, a Constituição de 1934, no art. 156, passa a exigir que os municípios apliquem não menos do que 10% da renda, resultante dos impostos, na manutenção dos respectivos sistemas educativos.

---

[5] Lourenço Filho (1897-1970), professor e advogado; dirigiu o Laboratório de Psicologia da Escola Normal de São Paulo (1925), foi Diretor Geral do Ensino do Estado de São Paulo (1930), “implantando classes homogêneas com base em resultados de testes”. Publicou: *Testes ABC* e *Introdução ao Estudo da Escola Nova*. ANTUNES, Mitsuko A. M. ”Lourenço Filho”. In: CAMPOS, Regina H. de F.(org.) Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil, Rio de Janeiro, Imago; Brasília, CFP, 2001, pp.209-211.

[6] Gustavo Capanema foi em sua longa gestão (1934-1945) inspirado por Francisco Campos e por Alceu de Amoroso Lima, intelectual conservador católico. In: Fausto, Boris. História do Brasil, EDUSP/FDE, 1995, p. 337.

Foi nesse cenário que o município de São Paulo, notadamente um pólo industrial, assumiu a tarefa de oferecer assistência pré-escolar às crianças da camada operária da população: priorizando “atividades lúdicas organizadas ao ar livre” – jogos que levariam à solidariedade, à comunicabilidade e à cooperação – e, “atividades higiênicas”, proporcionando o desenvolvimento de hábitos de higiene corporal e alimentar” (*A Experiência da PMSP em Educação Infantil*, pp. 2-3), seguindo, desse modo, a proposta expressa no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (Azevedo e outros, 1932):

> [...] a educação nova não pode deixar de ser uma reação categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida. Desprendendo-se dos interesses de classes, a que ela tem servido, a educação perde o "sentido aristológico", para usar a expressão de Ernesto Nelson, deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um "caráter biológico", com que ela se organiza para a coletividade em geral, reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar "a hierarquia democrática" pela "hierarquia das capacidades", recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de "dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento" [...]. (p.5)

Fernando de Azevedo foi quem elaborou o Código da Educação do Município de São Paulo, em 1932, instalando as Praças de Jogos e anunciando o tríplice objetivo da educação pré-escolar às camadas populares: “nutrir, educar e recrear” – dando um passo decisivo para que Fábio da Silva Prado, prefeito da cidade, no período de 1934 a 1938, criasse os Parques

Infantis, em 1935, vinculando-os diretamente ao seu gabinete com o nome de Serviço Municipal de Jogos e Recreio (Ato n. 767/35, at. 1º).

Nesse ano, foram criados três Parques Infantis localizados em bairros operários da cidade de São Paulo: Parque Infantil D. Pedro II, no bairro do Brás, Parque Infantil do Ipiranga e Parque Infantil da Lapa, recebendo crianças de 3 a 12 anos. Os Parques Infantis seriam dirigidos por um higienista ou educador e teriam em seus quadros médicos e "quando oportuno, a juízo do prefeito, a assistência dentária" (Ato n. 861/35, arts. 44º - 46º).

Destaca-se, nesse momento, a vinculação do Serviço de Parques Infantis da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP aos órgãos de saúde e educação do estado de São Paulo, através da participação de representantes do Serviço Sanitário, da Diretoria de Ensino, do Departamento de Educação Física, do Instituto de Higiene, na Comissão Municipal de Recreio, constituída no Departamento de Cultura da PMSP, com a tarefa de auxiliar na instalação dos parques.

Ainda em 1935, o prefeito Fábio Prado criou o Departamento de Cultura e, nele, a Divisão de Educação e Recreio à qual o Serviço dos Parques Infantis ficou subordinado. Cada Parque Infantil teria, para cumprir "a tríplice finalidade de educar, assistir e recrear", um instrutor para meninos e uma instrutora para meninas. Esses profissionais seriam professores diplomados por Escola Normal do Estado com curso de educação sanitária do Instituto de Higiene de São Paulo, ou professores de educação física com curso no Departamento de Educação Física do Estado, ou ainda, professores com curso de educação pré-primária no Instituto de Educação da USP (Ato n. 861/35, art. 49º).

Fábio da Silva Prado contava ainda, em seu governo com a colaboração dos intelectuais Paulo Duarte[7] como consultor jurídico, Mario de

[7] Paulo Duarte (1899 – 1984) formou-se em Direito; trabalhou no jornal *O Estado de São Paulo* (1927); participou de campanhas de caráter cívico-político e culturais e das articulações

Andrade como diretor do Departamento de Cultura e Nicanor Miranda[8] como chefe da Divisão de Educação e Recreio.

A proposta educacional dos Parques Infantis teve a influência das idéias de Froebel[9], também defendidas pelo "movimento renovador", da valorização e vantagens da educação dada pela família e pelo Estado.

Em texto de Nicanor Miranda (1941), constata-se a influência das idéias higienistas e do movimento renovador na educação, e a conseqüente preocupação com a integração da educação e saúde: inserção de atividades de educação física, dentre outras desenvolvidas, e da assistência médica preventiva no projeto educacional da educação infantil da cidade de São Paulo. Afirma o autor que os objetivos dos Parques Infantis decorriam das "necessidades mais imediatas da criança proletária paulistana", caracterizando-a como "portadora quase sempre de duas a três moléstias contagiosas", sendo as mais freqüentes: "pediculose, gripe, coqueluche, tracoma, coriza aguda, escabiose, varicela, parotidite epidêmica, sarampo, difteria, sífilis, tuberculose, escarlatina", sendo necessário o estabelecimento de "uma assistência médica preventiva" para que o Parque Infantil não se constituísse em "um foco de

político-militares que resultaram na Revolução de 32. Pelo Partido constitucionalista foi eleito deputado estadual (1934 –1937). Nesse período, além de consultor jurídico, participou da criação do Departamento de cultura da PMSP. Exilado em Paris por força do Golpe de 37, ingressou no Musée de L'Homme. Com o início da II Guerra transferiu-se para N. York, onde trabalhou no Museum of Modern Art. Voltou ao Brasil em 1945. Criou o Instituto de Pré-História na Casa Civil do governo de São Paulo, e lutou por sua transferência para a USP, onde permaneceu (1962 –1969) até ser aposentado pelo AI5. MENDES, Erasmo G. "Paulo Duarte". In: *Revista Comemorativa dos 60 anos da USP* – Perfis de Mestres, 1994, www.usp.br/iea/revista/online/revista22.

[8] Nicanor Miranda trabalhou na PMSP com o título de instrutor e participou do Conselho Técnico Consultivo, constituído pelo Decreto Lei 430/47, que tinha "por incumbência adquirir e assimilar todos os conhecimentos, imprescindíveis à orientação científica das atividades de educação e à solução de seus problemas". In: A Experiência da PMSP em Educação Infantil, Departamento de educação e Recreio, PMSP, 1975, p.3. Nicanor Miranda publicou *Origem e Propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos*. São Paulo, Departamento de Cultura, PMSP, 1941.

[9] Froebel foi pedagogo e examinou a situação em que se encontrava a pedagogia na Alemanha no fim do século XVIII, criando os Jardins de Infância. In: MIRANDA, Nicanor. *Origem e Propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos*. São Paulo, Departamento de Cultura, PMSP, 1941, p.4.

moléstias". Além disso, considera o autor, a "necessidade imperiosa" de alimentar as crianças, pois grande porcentagem delas eram desnutridas. (p.20)

Assim, Nicanor Miranda defende as idéias de Froebel para os Parques Infantis. Neles,

> a criança poderia viver diariamente algumas horas em uma comunidade infantil na qual se entreteria em atividades organizadas, acordes com o seu estágio de vida. Robustecendo o corpo, exercitando os sentidos, estimulando o espírito, aprendendo a conhecer a natureza e os semelhantes, as crianças seriam orientadas nas suas paixões e guiadas no sentido da vida por uma união cada vez mais indissolúvel. (p.4)

Ao que parece, a importância dessas idéias foi ainda mais fortificada à medida em que se desqualificava a participação dos pais na educação dos filhos. É ilustrativo o trecho do documento *O Parque Infantil e Seu Valor na Educação Popular*, publicado nessa época no Distrito Federal:

> generalizada é a incompetência dos pais em processos e métodos educativos, degenerando-se, em última análise, no reflexo direto sobre a formação da personalidade dos filhos. (s/a, [1930-1940], p.1)

Ou, ainda, pela avaliação das atitudes dos professores das crianças que freqüentavam o ensino primário:

> professores que por considerarem inútil e dispersiva a recreação, não a praticam com seus alunos, ocupando-se somente com a instrução, preocupando-se, sobretudo, com o esgotamento do programa, por vezes inadequado ao nível mental da turma. (idem, p.1)

Durante os anos 30, as medidas centralizadoras do governo Vargas estenderam-se aos campos social, político e econômico, ocasionando movimentos de oposição de determinados setores organizados da sociedade,

que alcançaram as camadas populares urbanas, compostas por operários, indivíduos da camada média, incluindo profissionais liberais e militares, constituindo-se em um problema tanto para as novas e velhas oligarquias como para os segmentos representativos do capital financeiro. No âmbito econômico, por exemplo, conforme afirma Sola (1978), a situação depressiva da cafeicultura e a queda das exportações, por um lado, e as perspectivas positivas do setor industrial deram as bases para o fortalecimento do Estado que passou a reprimir politicamente os grupos que se opunham ao caráter autoritário do governo.

Porém, há que se considerar também o cenário internacional no período que antecedeu a II Guerra Mundial, com a emergência dos Estados Unidos e Alemanha como potências rivais e a adaptação brasileira a essa conjuntura. Segundo Fausto (1995), o governo brasileiro adotou uma orientação pragmática nas relações comerciais exteriores – comercializava com quem oferecesse melhores condições. Assim, mantinha acordos comerciais tanto com os Estados Unidos como com a Alemanha. É fato, que nesse período, cresceu a participação da Alemanha no comércio exterior do Brasil, tornando-se esse país, o principal comprador de algodão e o segundo mercado para o café, como também cresceu sua influência no setor de importações. A relação Brasil - Alemanha atraiu grupos interessados na exportação, defensores da necessidade de modernizar e industrializar o país. Esta aproximação faz, ainda hoje, com que se considere, equivocadamente, a inspiração fascista nas iniciativas do governo, inclusive no âmbito educacional. O que ocorreu, como esclarece Fausto (1995), foi a adoção de uma postura autoritária, e não fascista, do governo, embora por força da pressão integralista no governo o Brasil tenha se aproximado do ideário nazista e fascista.

Em oposição ao alinhamento com a Alemanha, outros grupos detentores de influência econômica e política defendiam o alinhamento ao campo liderado pelos Estados Unidos. Com o início da II Guerra, e o recuo da Alemanha na América Latina, o Brasil aproximou-se dos Estados Unidos, respondendo positivamente à “ofensiva político-ideológica” promovida por esse

país, na perspectiva de ampliar sua área de influência, na América Latina. Em defesa das Américas, os Estados Unidos passaram a promover as Conferências Pan-Americanas.

Assim, o governo pragmático e autoritário brasileiro aproximou-se cada vez mais dos Estados Unidos. Mas, como afirma Fausto (1995), foi somente em 1941, com a entrada dos Estados Unidos na guerra, que Getúlio Vargas começou a falar mais claramente a linguagem do pan-americanismo. E foi somente em 1944 que o Brasil aliou-se à frente antifascista, com o envio de forças expedicionárias para a Itália.

Pode-se, portanto, afirmar que os anos da ditadura de Vargas configuraram-se de modo bastante ambíguo, nos quais foram adotadas, por um lado, medidas legislativas que representaram um progresso no tratamento das chamadas questões sociais, e, por outro, medidas que tiveram como implicação um maior controle da atividade política, principalmente dos trabalhadores. No entanto, a relação entre trabalhadores e governo adquiriu um caráter paternalista identificado na figura de Getúlio Vargas.

Desde os primeiros anos da década de 40, alteraram-se os quadros político e econômico. Politicamente, reivindicações democráticas se sucederam exigindo eleições presidenciais, em 1945, através de manifestações de setores organizados da sociedade, e dos sucessivos protestos populares. No entanto, segundo Saviani (1988) o clima de abertura democrática, de liberdade pós Estado Novo era restrito às elites; estava longe das massas populares.

Dentro desse contexto, na PMSP, na gestão de Francisco Prestes Maia (1938-1945), com verba do Departamento de Cultura, em 1941 funcionavam sete Parques Infantis. Além dos já existentes no Brás, Ipiranga e Lapa, foram criados outros cinco nos bairros operários: Mooca, Santo Amaro, Barra Funda, Catumbi e Vila Romana; três deles funcionavam também como Parques de Jogos, ou seja, durante o dia como Parque Infantil, utilizado por

crianças de 3 a 12 anos e à noite, utilizado por rapazes de 13 a 21 anos, o chamado “Clube de Menores Operários”.

Em 1945, na gestão de Abraão Ribeiro (1945-1947) foi criada a Secretaria de Cultura e Higiene e nela mantido o Departamento de Cultura, com sua Divisão de Assistência e Recreio responsável pelos Parques Infantis (Decreto Lei 333/45)[10].

Após dois anos, já na gestão de Cristiano Stockler das Neves (15/03/47-22/08/47), foi criada a Secretaria de Educação e Cultura, pelo desdobramento da Secretaria de Cultura e Higiene (Decreto Lei 430/47). Na Secretaria de Educação e Cultura foram criados o Departamento de Cultura e o Departamento de Educação, Assistência e Recreio (antiga Divisão de Assistência e Recreio, responsável pelos Parques Infantis), tendo sido, nesse momento, criado também, o cargo de Secretário de Educação, assumido por Diógenes Augusto Certain.

Ao Departamento de Educação, Assistência e Recreio caberia “promover a educação social da infância, desenvolver o espírito de cooperação, assistir e recrear”, além de “difundir o ensino primário, vocacional e profissional”. (Decreto Lei 430/47) O quadro de profissionais dos Parques Infantis, subordinado agora a esse Departamento, foi ampliado; passaram a compor esse quadro: educador musical, formado em conservatório, educador recreacionista ou a chamada “jardineira”, médicos, dentistas e encarregados de limpeza.

Informação contida no relatório do levantamento histórico *O Ensino Municipal na Cidade de São Paulo*, realizado por pesquisadores do Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação – Memória Técnica Documental, em 2000, mostra um dado que seria significativo, mas que não foi possível obter através

[10] Como descrito na Introdução, os documentos legais analisados permitiram a elaboração de organogramas que se encontram no Quadro 1 em Referências documentais às pp. 92-102.

dos dados coletados para esta pesquisa. Trata-se da transformação do Setor de Orientação Psico-Pedagógica que estaria alocado na Divisão de Assistência e Recreio, na então Secretaria de Cultura e Higiene (Decreto Lei 333/45), em Setor de Psicologia Clínica, que os autores afirmam ter ocorrido, quando da criação da Secretaria de Educação e Cultura (Decreto Lei 430/47), no Departamento de Educação, Assistência e Recreio. Segundo os autores, foi criado no recém instalado Setor de Psicologia um Laboratório de Investigações Educacionais.

Ora, o referido Departamento que aparece pela primeira vez no Decreto Lei 430/47, não explicita a existência nem o Setor de Psicologia Clínica, nem o Laboratório, como também, não está explicitado no Decreto Lei 333/45 o Setor de Orientação Psico-Pedagógica.

Mais especificamente, os autores relatam que, nesse período, a preocupação com desajustes de personalidade das crianças foi reforçada com o aparecimento dos psicólogos, e cursos foram organizados para os dirigentes dos Parques Infantis abordando temas sobre o desenvolvimento infantil.

Mas, segundo ainda o relatório, não só os aspectos psicológicos ou os "problemas de comportamento" eram verificados, havia também, no Laboratório de Investigações Educacionais, um Serviço de Fonética, onde era realizado o "levantamento do vocabulário infantil" com o objetivo de identificar os distúrbios fonéticos das crianças freqüentadoras dos Parques Infantis. De fato, segundo afirma Berberian (1993)[11], já nos anos 30, os distúrbios detectados eram causados pelos pais das crianças que as mantinham em contato com outros idiomas (p.101).

[11] Ana Paula Berberian (1993) fez mestrado no Programa de Estudos Pós Graduados em Distúrbios da Comunicação, PUC-SP, sobre *A Normatização da Língua Nacional – práticas fonoaudiológicas 1920 – 1940*, no qual mostra que a normatização da língua fez parte do projeto de reconstrução do Estado Nacional, como forma de modernização e progresso do país.

Entretanto, enquanto o Setor de Psicologia Clínica passou à responsabilidade do Departamento de Educação, Assistência e Recreio, nos anos seguintes, o Serviço de Fonética passou à responsabilidade do Departamento de Cultura da Secretaria; os dois Serviços voltaram a compor a mesma Seção, apenas em 1967, quando o Serviço de Educação Ortofônica, instalado no Laboratório de Acústica e Fonética, passou a fazer parte da Seção de Psicologia Clínica.

O Brasil dos anos 50, principalmente na sua segunda metade, governo Juscelino Kubitscheck, foi marcado por crescentes índices de desenvolvimento econômico. Um governo otimista, definido em um Programa de Metas para o desenvolvimento nas áreas de energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e para completar, na construção de Brasília. Esse governo, em sua política econômica, combinou os interesses do Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro, assumindo abertamente a necessidade de atrair esses capitais, facilitando os investimentos na indústria automobilística, transportes aéreos e estradas de ferro, eletricidade e aço.

Esse panorama assegurou a expansão da psicologia. Nos anos 50, iniciaram-se os cursos de especialização em psicologia clínica e educacional, e os profissionais que trabalhavam na área se organizaram em associações, passando a lutar pela regulamentação da profissão. Ao final dessa década, tiveram início os primeiros cursos destinados à formação de psicólogos. Em 1962, foi reconhecida a profissão de psicólogo e oficializada a formação e a atuação profissional nas modalidades Educacional, Clínica e Trabalho pela Lei nº 4119.

Ainda no governo Kubitscheck, o Ministério da Educação lançou as diretrizes para a “municipalização do ensino”, e atendendo a essas exigências a prefeitura de São Paulo, agrupou as “escolas isoladas”[12] existentes,

[12] Escolas Isoladas era o nome dado às “salas ou galpões de madeira alugados pelas próprias professoras, que funcionavam provisoriamente com o objetivo principal de sanar as deficiências

estruturando o Ensino Primário na capital (Lei 333/56). Nesse período, a prefeitura de São Paulo também ampliou a quantidade de Parques Infantis; somente no ano de 1956 foram criados 34 Parques.

Entretanto, o caráter constitucional de obrigatoriedade do Ensino Primário fez com que esse não só recebesse mais recursos como ganhasse prioridade nas reivindicações populares. Os últimos anos da década de 50, no Brasil, foram marcados por discussões sobre "O Fantasma do Analfabetismo" e sobre a falta de escolas primárias. Por sua vez, a instalação do Ensino Primário na prefeitura de São Paulo teve como conseqüência uma maior restrição quanto à faixa etária das crianças atendidas nos Parques Infantis, sendo priorizado o recebimento de crianças em idade pré-escolar.

O ano de 1956 foi data importante para a educação e para a psicologia na prefeitura de São Paulo na gestão de Wladimir de Toledo Pizza (1956-1957), com a regulamentação da Lei 331/56, que desdobrou o Departamento de Educação, Assistência e Recreio em Departamento de Educação e Departamento de Recreação e Assistência. O Departamento de Educação passou a responsabilizar-se pelo ensino primário, implantado nesse momento, na perspectiva de resolver o problema do analfabetismo na cidade de São Paulo, seguindo as diretrizes do MEC que orientavam para a municipalização do ensino, e as determinações da Constituição Federal, em seu artigo 169 que determinava a aplicação de parte da renda dos impostos dos municípios no desenvolvimento do ensino. É ilustrativo o trecho da carta que acompanha o projeto de lei encaminhado pelo então prefeito ao então Presidente da Câmara Municipal.

> Como é do conhecimento público, a deficiência do aparelhamento escolar mantido pelo Estado na Capital, impossibilita a alfabetização de elevado número de crianças, situação que não pode perdurar, uma vez que dispõe

---

do ensino estadual". In: O Ensino Municipal na cidade de São Paulo, Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental, PMSP, 2000, p.12.

> o Município de recursos financeiros vinculados ao ensino por força de dispositivo constitucional, cumprindo-lhe, portanto, adotar medidas capazes de eliminar o "déficit" de bancas escolares que se constata na Capital, absolutamente incompatível com o adiantamento, desenvolvimento e pujança da Metrópole.
>
> O ensino primário problema básico para o aperfeiçoamento das condições de vida e de produtividade das populações deve merecer especial consideração do poder público, como acontece em todos os centros civilizados. Assim, é propósito da atual administração dotar a Prefeitura de meios que lhe permitam resolver, dentro das divisas municipais, o problema do analfabetismo. (Projeto de Lei n. 2549/56, p. 1)

É também ilustrativo o fragmento da matéria publicada na coluna "Correio Escolar" do jornal *Correio Paulistano*:

> Tem-se a impressão de que, desta vez, o tema "municipalização do ensino" irá voltar ao cartaz dos estudos e debates no cenário educacional paulista, não só como reflexo provável das diretrizes que, nesse sentido, adotam as altas autoridades do Ministério da Educação, mas também em decorrência da atitude franca em que se coloca a Prefeitura da Capital, de organizar o seu próprio sistema de ensino primário [...]. (2º caderno, 26/0756, p.3)

Com a criação do Ensino Primário na prefeitura de São Paulo a orientação dada aos Parques Infantis começou a modificar-se: a educação informal das crianças foi abandonada, isto porque a sistematização do trabalho educativo no ciclo primário e a idéia de que o ensino pré-escolar poderia diminuir a reprovação na 1ª série acabaram por influenciar na criação de classes de ensino pré-primário junto aos Parques Infantis, acarretando o abandono da ênfase assistencial e médica e o caráter recreativo próprio das atividades realizadas nos Parques.

Interessante observar, que 1956 é dado como o ano da criação das Clínicas Psicológicas da PMSP nos históricos sobre o Serviço de Psicologia Escolar apresentados em diferentes documentos e livros que abordam o

assunto (Anais do I Ciclo de Debates sobre o Atendimento Psicológico a Escolares, 1978; Programa de Trabalho do Setor de Psicologia Escolar para atuação no 2º semestre de 1983 dentro do Plano Emergencial da Secretaria Municipal de Educação, 1983; *Ação da Psicologia na Escola*, de Elcie Salzano Masini, São Paulo, 2ª ed., Moraes, Coleção Educação Universitária, 1981, e *Psicologia e Ideologia - uma introdução crítica à psicologia escolar*, de Maria Helena Souza Patto, São Paulo, T. A. Queiroz, 1984).

Assim, mesmo que já existisse uma Clínica Psicológica na Seção Técnica Educacional do Departamento de Educação, Assistência e Recreio da Secretaria de Educação e Cultura, e outra Clínica, a da Mooca, que seria criada em 1961, ao que parece, a psicologia clínica se consolidou na prefeitura de São Paulo neste período, quando a preocupação com a alfabetização de crianças passou a ser enfatizada e a proposta recreacionista dos Parques Infantis subestimada.

À Clínica Psicológica cabia a tarefa de diagnosticar e oferecer terapia às crianças encaminhadas pelas escolas e parques, mas não só, tinha também por propósito orientar educadores quanto aos aspectos psicológicos do desenvolvimento infantil e oferecer cursos, atingindo aqueles que exerciam funções administrativas e, portanto, mais distantes do trabalho direto com as crianças, porém não menos importantes para a sua educação. O *Curso destinado aos dirigentes de Parques e Recreios Infantis* (1959) é um exemplo: era composto por aulas sobre “personalidade, problema da normalidade, liderança e sobre desenvolvimento motor, da linguagem, social, sexual, intelectual, moral da criança”. Nesse período, destaca-se a presença da psicóloga Yvonne Khouri, dentre outras educadoras, com especialização em psicologia clínica, responsável, anos depois, pela criação do Setor de Psicologia Escolar, na prefeitura de São Paulo.

Na gestão do prefeito Adhemar Pereira de Barros (1958-1961), em 1961, o Decreto n. 5100 dispõe sobre o funcionamento de um Centro

Educacional, na Mooca[13], para assistência médico-social, educacional, recreativa e junto a esse uma segunda Clínica Psicológica – Clínica da Mooca. Além dos psicólogos trabalhariam nessa clínica médico psiquiatra infantil, psicólogo clínico, psicopedagogo, assistente social, educador recreacionista, professor de educação física, e auxiliar de escritório. Estava assim, nesta data, anterior a regulamentação da profissão de psicólogo, oficializada a assistência psicoterápica realizada por psicólogo, que deveria ser prestada à criança e ao adolescente.

No ano seguinte, já na gestão do prefeito Francisco Prestes Maia (1961-1965), a Clínica Psicológica que funcionava na Seção Técnica Educacional do Departamento de Educação, Assistência e Recreio necessitando de ampliação, passou a funcionar em uma casa na região do Ibirapuera, com a denominação de Clínica Psicológica Ibirapuera. Portanto, a prefeitura de São Paulo, nesse momento, contava com as Clínicas Ibirapuera e Mooca.

Em comunicação oral, Yvonne Khouri (2002), então psicóloga chefe da Clínica Ibirapuera, conta que o prefeito Prestes Maia, por acaso passando pela rua, viu placa indicando um equipamento público municipal. Entrou, visitou a casa onde a Clínica estava instalada e, entusiasmando-se com a qualidade do trabalho desenvolvido, autorizou imediatamente a construção de uma nova Clínica Psicológica – a Clínica do Itaim – planejada conjuntamente por arquitetos e psicólogos. Além da qualidade do serviço psicológico oferecido, a ampliação do Serviço de Psicologia Clínica no novo local deveu-se, principalmente, à quantidade crescente de encaminhamentos, possivelmente originários da crença construída desde as décadas anteriores de que a psicologia poderia resolver os problemas de aprendizagem e de adaptação escolar.

[13] De acordo com o documento *O Ensino Municipal na cidade de São Paulo* (2000), os Centros Educacionais reuniam, desde 1957, as unidades educativas – escolas primárias agrupadas, parques infantis, bibliotecas infanto-juvenis – situadas no mesmo subdistrito.

A Secretaria da Educação e Cultura tornou-se mais complexa ao longo das décadas de 50 e 60 (conforme se vê nos organogramas – Quadro 1às pp. 92-102), e a preocupação com o ensino de 1º grau parece ter conquistado maior importância. Nos anos 60, não só o ensino primário se expandiu, assim como os índices de reprovação na 1ª série, até que em 1967, uma reestruturação foi realizada na secretaria, oficializada pela Lei 7037/67, na gestão do prefeito José Vicente de Faria Lima (1965-1969).

Com essa lei, o Departamento Municipal de Ensino passou a ser constituído por um Conselho Técnico, por uma Assistência Técnica e uma Assistência Jurídica e pela Divisão Pedagógica e Divisão Administrativa, além de uma Seção de Instituições Auxiliares de Escola. A esse departamento caberia desempenhar as funções de:

> planejar, orientar, superintender e dar execução às atividades pertinentes ao sistema escolar primário, complementar, supletivo, bem como em outros níveis, em harmonia com a legislação em vigor e as diretrizes nacionais de educação; adotar medidas que concorram para situar o Ensino Municipal em alto padrão, quer de eficiência decente, como de assistência aos educandos e integração no meio social a que serve; estabelecer e manter intercâmbio com outros órgãos técnicos de ensino; realizar pesquisas e estudos relacionados com as necessidades educacionais do município. (Lei 7037/67, art. 2º)

Do Departamento de Educação, Assistência e Recreio foram transferidos o acervo, dotações orçamentárias, pessoal, cargos e funções dos serviços assistenciais para o Departamento de Assistência Escolar, o qual teria por competência:

> dar assistência médico-odontológica e alimentar, às crianças e adolescentes das unidades escolares e educativo-assistenciais; difundir, na medida das possibilidades e em caráter supletivo, a educação médico-odontológica – sanitária e de nutrição – entre todos os dirigentes e diretores

> das unidades escolares e educativo-assistenciais, visando ao maior aproveitamento dos educandos em geral, nas suas diferentes unidades; promover o levantamento das condições físicas e psíquicas dos educandos e escolares; estudar as necessidades e propor medidas visando à ampliação e atualização das instalações médico-odontológicas e de nutrição, bem como o seu aperfeiçoamento. (idem, art. 3º)

Assim, o Departamento de Assistência Escolar passou a ser constituído pela Divisão Odontológica, Divisão de Nutrição e Divisão de Assistência Médica, na qual foi criada a Seção de Psicologia Clínica, responsável pelo funcionamento das Clínicas do Itaim e Mooca, sob a chefia de Yvonne Khouri Os documentos localizados, nesta pesquisa, não permitem dizer que, anteriormente a essa data, a psicologia estivesse subordinada à medicina; mostram apenas, que os psicólogos, assim como os médicos, exerciam suas atividades no mesmo Departamento, de Recreação e Assistência. Entretanto, pode-se pensar que a presença do médico psiquiatra no quadro de profissionais das Clínicas Psicológicas e o modelo de atendimento utilizado pela psicologia – diagnóstico e tratamento dos desajustes da personalidade e adaptação escolar –, tenham facilitado a inclusão da Seção de Psicologia, na Divisão de Assistência Médica. O mesmo ocorreu com o atendimento fonoaudiológico antes realizado no Serviço de Educação Ortofônica, o qual foi transferido do Departamento de Cultura para a Seção de Psicologia Clínica, na mesma secretaria (Lei 7037/67, art. 39º).

Foi nesse momento que se iniciaram os estudos para a organização de uma programação pedagógica para os três graus de educação na pré-escola, fundamentados “na idéia de que a pré-escola diminuiria a reprovação na 1ª série” e criadas 24 salas de ensino primário junto a 12 Parques Infantis.

Importante salientar que a cidade de São Paulo vinha passando por uma expansão e diferenciação decorrente do desenvolvimento urbano-industrial nas últimas décadas, aumentando significativamente o índice

demográfico na cidade, como se pode verificar nos dados dos censos demográficos produzidos pelo IBGE – taxa de crescimento geométrico anual.[15]

município de São Paulo	
Anos	*população*
1940	1.326.261
1950	2.198.096
1960	3.666.701
1970	5.924.615
1980	8.493.226

O aumento deu-se principalmente em decorrência da migração, a partir dos anos 50. Dados do VIII Recenseamento Geral realizado pelo IBGE em 1973, e publicados por Camargo e outros (1975), mostram que o número total de pessoas não naturais da cidade de São Paulo era de 47,9%, em 1970. A população de migrantes e dos seus descendentes, na sua grande maioria pobres, era exatamente a que buscava a educação pública.

Vale ressaltar que em 1971 foi empreendida uma reforma na Educação Nacional, pela promulgação da Lei Federal 5692/71– Novas Diretrizes e Bases para a educação, que destacava a questão da alfabetização na sistematização do ensino. A partir dessa Lei, passaram a ser criadas pela prefeitura de São Paulo classes de ensino pré-primário nos Parques Infantis, com a obrigatoriedade de especialização pré-primária às educadoras recreacionistas. Também nas Escolas Municipais de I Grau foram criadas classes de ensino pré-primário, que receberam o nome de Planedi – Plano de Educação Infantil. Essas classes tinham número grande de alunos e seus professores contavam com o auxílio das mães das crianças em sala.

No contexto descrito, os índices de repetência e evasão escolar, principalmente na 1ª série, chegavam a 60% nas escolas da prefeitura de São

[15] Apud São Paulo em Números 2000 – 2001", caderno n. 9 publicado pela Secretaria Municipal do Planejamento da PMSP, 2001.

Paulo, justificando crescente aumento dos encaminhamentos para diagnóstico e tratamento nas Clínicas Psicológicas.

Uma possibilidade de explicação para o crescente número de encaminhamentos às Clínicas Psicológicas pode relacionar-se também à presença dos assistentes pedagógicos e orientadores educacionais nas escolas da prefeitura, que iniciaram suas atividades em 1972, em decorrência da Lei 5692/71. Isto porque, "formados com uma visão psicologizante", como afirma Garcia (1990, p.13), creditando aos alunos as razões de suas dificuldades escolares, recorriam ao diagnóstico psicológico, considerando-o como uma medida que pudesse esclarecer a não aprendizagem, a repetência e a evasão escolar.

Não só o diagnóstico psicológico era solicitado à Seção de Psicologia Clínica, nas orientações dadas aos técnicos de educação e professores da rede municipal de ensino, pelo Departamento de Planejamento – Deplan, da Secretaria Municipal da Educação, verifica-se ênfase no diagnóstico do nível de rendimento das classes de 1ª série e no planejamento da alfabetização e da educação pré-escolar (*Projeto de Alfabetização* proposto pela Divisão de Orientação Técnica, Seção de Currículo, Programas, Métodos e Processos, 1974; *A Experiência da prefeitura Municipal de São Paulo em Educação Infantil,* 1975).

Evidentemente, as Clínicas Psicológicas aceitavam os encaminhamentos, mas sua quantidade crescente levou a Seção de Psicologia Clínica, como afirma Khouri (*I Ciclo de Debates sobre o Atendimento Psicológico a Escolares*,1978) realizar, em 1974, um levantamento com o objetivo de definir a realidade escolar, suas necessidades, com vistas "a estabelecer algum plano de ação". Envolvendo 1184 crianças e baseado nos dados obtidos em entrevistas com pais das crianças atendidas nas Clínicas do Itaim e da Mooca e em relatórios de professores, a análise dos dados desse levantamento mostrou que muitos dos "distúrbios de escolaridade", que correspondiam a 80% dos encaminhamentos, poderiam ser prevenidos ou

minimizados mediante ação do psicólogo na escola, e que esse serviço deveria priorizar a 1ª série, pois 57% das crianças encaminhadas freqüentavam essa série.

Com o propósito de verificar se a análise do levantamento poderia ser generalizada para a população das crianças de 1ª série, mas também porque essa série concentrava o índice de 60% de reprovação, a Seção de Psicologia Clínica, contando sempre com a orientação de Yvonne Khouri, realizou no ano seguinte, a pesquisa “Avaliação do desenvolvimento intelectual de alunos de 1ª série do ensino de 1º grau da PMSP e suas relações com o fracasso escolar”.

Essa pesquisa, realizada com amostra de 10% da população escolar de 1ª série – meninos e meninas entre 7 e 14 anos – procurou, conforme afirma Khouri

> sistematizar dados para uma correta interpretação dos resultados dos testes de inteligência, sabidamente influenciados por fatores culturais; adequar as expectativas de pais e professores quanto à produtividade escolar das crianças, e sugerir medidas preventivas para o problema, entre as quais o incentivo da educação pré-escolar, currículos e programas adequados às características dos alunos. (*I Ciclo de Debates sobre o Atendimento Psicológico a Escolares*,1978, p.5)

Outros estudos ainda foram realizados nas Clínicas Psicológicas com o objetivo de verificar o desenvolvimento das crianças de 1ª série. Segundo Khouri (1978), os resultados obtidos da pesquisa sobre os aspectos intelectual e viso-motor mostraram que:

> o desenvolvimento intelectual rebaixado não é a única causa do fracasso escolar; os alunos são repetentes, não devido a retardamento, mas a carência cultural; a escola não está aparelhada para solucionar os

> problemas; há necessidade de programas e metodologias educacionais adequados: estimulação precoce – adequação do currículo e programas – divulgação de conceitos relativos à carência cultural entre educadores e administradores, e há necessidade de se introduzir medidas preventivas ao alcance da população docente e discente". (*I Ciclo de Debates sobre o Atendimento Psicológico a Escolares*,1978, p.3)

Nasceu, assim, em julho de 1975, o Projeto Piloto de Psicologia Escolar, enfatizando a orientação em âmbito profilático.

Da Psicologia Clínica à Psicologia Escolar ou Psicologia Clínica Escolar Preventiva

O Projeto Piloto de Psicologia Escolar inaugurado em 1975 apresentava uma proposta de ação "eminentemente profilática", de abrangência comunitária, em escolas localizadas na periferia geográfica da cidade de São Paulo, com o objetivo de facilitar o processo educativo, através da integração das técnicas psicológicas no processo "multidisciplinar da educação", mediante ações integradas entre psicólogos, assistentes pedagógicos, orientadores educacionais, professores e pais, priorizando a ação com o grupo de alunos que chegava à escola – 1ª série. O projeto previa, ainda, o auxílio aos alunos que deixavam a escola na 8ª série na escolha adequada de uma profissão ou de estudos posteriores, a realização de pesquisas no campo da psicologia, além de oferecer estágio a estudantes.

O Projeto abrangeria, portanto, um nível de prevenção primária e, como afirma Khouri, seria desenvolvido

> no âmbito da profilaxia da patologia mental, atuando antes que se faça sua aparição e, portanto, evitando-a e colaborando na promoção de maior equilíbrio e melhor nível de saúde mental do escolar, sua família, e da escola enquanto instituição, e prevenção secundária através do diagnóstico (*I Ciclo de Debates sobre o Atendimento Psicológico a Escolares*, 1978, p.3).

As justificativas para sua implantação fundamentavam-se, de acordo com a autora:

> (1) na significativa responsabilidade da escola na formação da personalidade integrada e sadia dos indivíduos que a ela chegam; (2) por ser possivelmente a escola a única oportunidade para muitos desses alunos em receber orientação e assistência planejadas, tendo em vista o carecimento sócio-cultural da grande maioria de sua clientela, e ainda, (3) por ser a escola a única instituição que congrega a mesma população de

> crianças e adolescentes por um período significativamente longo, para que modificações de comportamento, necessárias ao desenvolvimento adequado dessa população possam ser conseguidas. (pp.6-7)

Foi um projeto pioneiro na cidade de São Paulo, que se iniciou em duas Escolas Municipais e foi bastante ampliado posteriormente[14]. Nasceu da discussão e avaliação da prática clínica desenvolvida pelos psicólogos em quase 20 anos de trabalho. Pode-se dizer que, de certa forma, o Projeto de Psicologia Escolar confrontava o encaminhamento dado pela psicologia, à época, colocando-se ao lado dos questionamentos que passaram a ser feitos em relação à profissão de psicólogo e ao encaminhamento dado pelo ensino de psicologia.

Embora este estudo não tenha o objetivo de construir a história da profissão, ou do ensino de psicologia, algumas considerações a esse respeito parecem necessárias, e são feitas ao longo deste e dos próximos capítulos. Como se poderá perceber, a direção que o Serviço de Psicologia Escolar seguiu representa o que ocorria nessas instâncias, assim como, esclarece o próprio desenvolvimento do Serviço.

Era tempo de expansão da psicologia. Apoiada na regulamentação da profissão de psicólogo (Lei 4119/62), nas mudanças estruturais ocorridas na sociedade brasileira, pós-golpe militar, e na Lei 5540/68[15], a psicologia enfrentou período de expansão e de crítica, na década de 1970.

---

[14] Em 1978, os psicólogos, em número de 80, atuavam em aproximadamente 160 escolas, desde que cada um responsabilizava-se por 2 escolas (de I grau e de educação infantil); em 1983, 93 psicólogos atuavam nas escolas da prefeitura de São Paulo, responsabilizando-se por quase 200 das 499 escolas de I grau e de educação infantil existentes.

[15] Reforma Universitária que procurou adequar o modelo educacional à estrutura política e econômica vigente e; afetou não só os rumos da psicologia como de outras disciplinas incluídas nas Ciências Humanas – sociologia-política-antropologia, comunicações, pedagogia, filosofia e letras, regulamentando o ensino superior privado e incrementando o número de matrículas nesses estabelecimentos.

A expansão ocorreu na quantidade de cursos de psicologia e no aumento do número de vagas nos novos cursos. Ozella (1991) identifica a coincidência da consolidação desses cursos com a fase expansionista do ensino superior no Brasil. O autor salienta que "foram criados entre 1971 e 1974, 22 novos cursos na rede privada, [...] mais do que o total dos cursos criados pela rede pública (20) no período de 30 anos" (p.61).

Entretanto, a ideologia implantada pós-golpe de 1964 foi absorvida nos cursos de psicologia, que passaram a formar profissionais que haveriam de realizar uma atividade técnica, na qual o conhecimento específico e o treinamento para utilização do instrumental de ação foram priorizados, levando-se em conta as necessidades do mercado urbano, desconsiderando o comprometimento da psicologia para atender as necessidades da maioria da população. Formava-se, portanto, o psicólogo dentro do padrão de profissional liberal, e, conseqüentemente, a expansão da psicologia deu-se, sobretudo, na área clínica.

Sylvia Leser de Mello (1978) é quem faz a primeira análise da profissão em São Paulo, através dos dados obtidos por um levantamento das ocupações exercidas por todos os psicólogos diplomados, até 1970, nos cursos de graduação existentes na cidade, e a publica em 1975, na primeira edição do livro *Psicologia e Profissão em São Paulo*.

Em sua análise, a autora já identifica os problemas causados pela necessidade da abertura do campo de trabalho, como conseqüência do aumento do número de estabelecimentos privados para o ensino da psicologia e o aumento de vagas, e reconhece como “orientação global da profissão” a psicologia clínica[16]. Diz Mello que essa orientação advinha dos cursos de psicologia, que “não apenas *formam* psicólogos clínicos, mas *transformam* os

[16] O levantamento realizado por Mello (1978) mostra que 52% dos psicólogos diplomados até 1970, na cidade de São Paulo, dedicavam-se, ao menos em parte, a atividade que eles denominaram *clínica*. (p.43)

alunos, graças ao conteúdo predominante das disciplinas, em psicólogos clínicos" (p.60).

Assim, a profissão era exercida, principalmente, de modo autônomo em consultório particular, centralizada no indivíduo, seguindo o modelo médico das patologias e desvios, cuja concepção distanciava os profissionais de "partilhar da problemática humana e social do seu tempo", afirma Mello (1978). A autora aponta, ainda, em sua análise, a necessidade de uma revisão crítica não só dos conceitos tradicionais da psicologia mas, também, da necessidade do psicólogo definir socialmente seu papel, refletindo sobre sua relação com a sociedade. Diz ser necessário

> orientar a mudança dos rumos da profissão, no sentido de torná-los mais compatíveis com o conteúdo essencialmente social das técnicas psicológicas, como uma tarefa que diz respeito, pelo menos em parte, à vontade esclarecida e ao esforço de profissionais e dos que estão empenhados na formação dos futuros profissionais. Renovar a prática da Psicologia, a começar pela formação que os profissionais recebem, não é tarefa simples, mas é, sem dúvida, uma tarefa urgente. (p.113)

Examinando particularmente a psicologia escolar, Mello (1978) mostra que essa área reunia, por ocasião do levantamento, o menor número de atividades dos psicólogos. Dos profissionais diplomados pela USP, até 1970, por exemplo, a autora identificou pouco mais de 8% do total de experiências na área escolar. De modo mais específico, identificou numa população de 198 psicólogos apenas seis experiências de trabalho em escolas públicas.

Para explicar essa situação, a autora buscou na própria história da psicologia alguns argumentos. Tomando como exemplo o ensino da psicologia na USP, lembra que "a Cadeira de Psicologia Educacional, tanto por integrar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como pelas funções a que se

destinava no curso de Pedagogia e nos cursos de licenciatura para todos os alunos da Faculdade, nunca se propôs a formação de psicólogos escolares" (p.54), seus interesses voltavam-se, apenas à Psicologia Educacional"[17]. Além disso, destaca o "esquecimento" de se incluir a atividade de orientação educacional nas funções dos psicólogos especificadas na lei 4119/62. Um impasse, segundo a autora, que resultou na adoção gradativa da orientação clínica da psicologia e na conseqüente subestima "das contribuições da psicologia fora da clínica, sobretudo à escola".

Embora a autora não negue a tendência de se realizar atividades clínicas na Psicologia Escolar, no sentido de prestar ajuda na solução de problemas individuais de comportamento, afirma que estas não se apresentavam como atividades prioritárias, considerando, pois, que a imensa maioria dos alunos não necessitaria desse atendimento. Para Mello,

> é certo que a imensa maioria dos professores seria beneficiada com a presença do psicólogo na escola até mesmo porque, através de uma assessoria psicológica segura, estariam em condições de aprender a resolver na própria sala de aula grande número de problemas que, em outras circunstâncias, acabariam por se converter em *casos clínicos*. (p.58)

Foi, portanto, nessa perspectiva, um desafio, a implantação do Projeto Piloto de Psicologia Escolar na PMSP. Além dos psicólogos escolares utilizarem conhecimento e instrumental específico da área, precisariam compreender as relações entre escola e sociedade e, ainda, enfrentar as diferenças e divergências com os outros profissionais que ali trabalhavam, como por exemplo o orientador educacional.

---

[17] Segundo Mello (1978) a Psicologia Educacional "é uma designação genérica que reúne aqueles campos especiais de investigação da *ciência psicológica*, tais como os estudos do desenvolvimento mental, das diferenças individuais, da aprendizagem, [...] que, de alguma forma, possam trazer alguma contribuição para a eficácia do processo educativo", e a Psicologia Escolar "uma área de aplicação da Psicologia voltada para a solução dos problemas escolares concretos, que possam perturbar os objetivos educacionais". (p.53-54)

Um fator importante para a implantação e desenvolvimento do Projeto de Psicologia Escolar se refere à conquista de certa autonomia, inclusive da área médica, à qual a Seção de Psicologia estava subordinada, num período ainda marcado pelo autoritarismo (ditadura militar). Como relatou Yvonne Khouri, em comunicação verbal à autora (2002), a lei que regulamentou a profissão de psicólogo garantiu aos serviços de psicologia, a chefia de um profissional psicólogo. Conta Khouri (2002) que, para manter certa autonomia do Serviço, a Seção chamava-se, estrategicamente, de Psicologia e não de psicopedagogia, ou saúde mental, nomes também utilizados à época para serviços que contavam com a presença de psicólogos. Assim, a autonomia seria garantida, mesmo quando os projetos sofressem resistência nas instâncias superiores.

A marca autoritária e centralizadora podia ser percebida nas escolas, nas quais o trabalho estava centralizado nas mãos do diretor, que definia a participação dos psicólogos escolares, principalmente, no atendimento aos alunos, ou classes, considerados como problemas. Assim, os psicólogos escolares utilizavam alguns testes[18] para diagnosticarem seus problemas, colaborando na formação de classes homogêneas (princípio adotado como facilitador da aprendizagem), e/ou encaminhá-los, caso necessário, a atendimentos especializados. Essa atividade, de base clínica, e reconhecida pelo pessoal da Educação[19], fez com que alguns psicólogos pudessem se aproximar de professores e diretores e muitas vezes conquistar um espaço de trabalho, incluindo reuniões com grupos de professores e/ou pais.

---

[18] *Teste Metropolitano de Prontidão forma R*. adaptado e padronizado por Ana Maria Poppovic, *Escala de Maturidade Mental Colúmbia* e o *Teste de Organização Perceptiva de N. Santucci* - Pré-Bender, ambos adaptados pela equipe de psicólogos da Seção de Psicologia Clínica, a partir de amostra composta por escolares matriculados na 1ª série das escolas municipais de São Paulo. Além desses testes, os psicólogos escolares utilizavam também uma avaliação denominada psico-pedagógica, aplicada por professores, para a caracterização das crianças de 1ª série, que consistia na cópia de uma figura geométrica e de uma frase.

[19] Era reconhecida a importância da psicologia clínica no âmbito do Departamento de Planejamento, pois como mostra o *Projeto Piloto de Orientação Escolar – Organização de classes de 1ª série através da utilização de testes*, elaborado por profissionais desse Departamento, em 1977, os psicólogos da Clínica do Itaim assessorariam orientadores educacionais na organização de classes homogêneas, com o propósito de diminuir o elevado índice de retenção na 1ª série, informando dados de nível mental e maturidade dos alunos.

Cabe lembrar, ainda, que os psicólogos chegavam às escolas encaminhados pelo Departamento de Assistência ao Escolar e não pelo Departamento de Planejamento, ao qual as escolas estavam subordinadas e, assim, essa era mais uma razão para que, não raras vezes, enfrentassem resistências não só de diretores, mas também, de orientadores educacionais, assistentes pedagógicos, e mesmo de professores.

Os professores também se mostravam interessados, nos contatos que mantinham com psicólogos nas Clínicas Psicológicas, seja em grupos, nos quais podiam discutir sobre seus próprios problemas das relações interpessoais, seja em cursos, realizados numa perspectiva de educação continuada, conta Khouri (2002). Esse trabalho era rotina da psicologia clínica, no entanto, avalia que "era fácil a relação dos psicólogos com os professores, quando estes iam à clínica, porém, quando os psicólogos chegavam à escola a relação se tornava mais difícil".

Na busca de conquistar espaço, a Psicologia Escolar procurou, dentro da condição estabelecida – atender alunos –, porém não descartando seu interesse primordial – trabalhar com professores. Nessa perspectiva mas, também, mantendo a tendência histórica geral em contribuir com a educação infantil, o Serviço de Psicologia Escolar, em 1977, realizou treinamento destinado a diretores e professores das Escolas Municipais de Educação Infantil e professores das classes de pré-alfabetização das Escolas Municipais de I Grau, abordando temas relativos ao desenvolvimento infantil: afetivo, psicomotor e intelectual, além de outros relacionados à privação cultural, prontidão e maturidade, temas já estudados pela psicóloga

Ana Maria Poppovic[20], no Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo (*Atitudes e Cognição*

[20] Ana Maria Poppovic, pedagoga por formação, dedicou-se ao estudo, pesquisa e trabalho em psicologia, já nos anos 50 – fundou a Sociedade Pestallozzi em São Paulo e trabalhou como psicóloga no Abrigo Social de Menores. Obeteve o título de especialista em psicologia clínica, em 1957, pela F. F. Sedes Sapientae. Participou da equipe que organizou o curso de especialização em psicologia clínica, psicologia educacional e psicologia do trabalho na

no Marginalizado Cultural, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – MEC/INEP, 1972).

Nessa ocasião, publicação denominada “Ensino Preocupado com Psicologia Infantil”, no jornal paulistano *Folha da Tarde*, destaca:

> os problemas psicológicos e sócio-culturais da criança começam a ser levantados em profundidade pelas escolas municipais infantis de São Paulo (...). Cerca de 860 educadores, entre professores e diretores das 129 escolas Municipais de Educação Infantil de São Paulo, reuniram-se sábado, dando início ao Projeto I de Treinamento para Multiplicadores de Informações sobre Saúde. Ou seja, os professores e diretores começam a ser treinados por psicólogos para estarem alertas aos primeiros sintomas de distúrbios psíquicos e afetivos entre seus alunos. (21/03/1977)

Ainda em 1977, portanto, após dois anos de implantação do Projeto de Psicologia Escolar e contando com uma avaliação positiva da Seção de Psicologia, novos psicólogos puderam ser contratados, e assim o agora denominado Programa de Psicologia Escolar ampliado. Entretanto, a política centralizadora do período determinava, ainda, a forma de contratação dos psicólogos – era imprescindível ter “um padrinho político” para conseguir uma vaga.

Assim, em maio desse ano, foram fixadas pela Portaria n. 2025 – emitida pelo então secretário da educação Hilário Torloni (1975-1979), na gestão do prefeito Olavo Egydio Setúbal (1975-1979), as atribuições para os psicólogos escolares, estabelecendo:

Faculdade São Bento, e o curso de graduação, quando a profissão foi regulamentada. Dirigiu o Departamento de Psicologia aplicada à Educação do IPPUC-SP. Na PUC-SP, organizou e fundou a Clínica Psicológica. Em 1965, adaptou e padronizou o Teste Metropolitano de Prontidão, largamente utilizado por educadores. A Partir de 1971, deixa da docência, vinculando-se como pesquisadora à Fundação Carlos Chagas, aí permanecendo até 1983, ano da sua morte. Em seus trabalhos, mostra a preocupação em colocar tanto a psicologia clínica como a psicologia educacional a serviço da sociedade, especialmente para as questões da alfabetização de crianças.

> procedimento do cadastro psicológico de alunos, elaboração de fichários de informações, fornecimento aos professores de dados psicológicos de seus alunos, colaboração com orientadores educacionais e assistentes pedagógicos, procedimento à orientação psicológica de classes e alunos, sensibilização de professores em relação à importância da inter-relação professor-aluno, entendimentos com os pais dos alunos". Seriam atribuições dos psicólogos escolares também, "a participação no processo de orientação profissional, o monitoramento de grupos de sensibilização e aconselhamento de professores, outros técnicos da escola e pais, procedimento do levantamento dos recursos da comunidade quanto à orientação psicológica, realização de pesquisas no campo psicológico escolar, e a manutenção de informações dadas à direção da escola sobre as atividades realizadas. (D.O. 21/03/77)

Nota-se que a primeira atribuição refere-se ao cadastro psicológico e às informações dadas aos professores sobre dados psicológicos dos alunos, em detrimento da ênfase dada pela Seção de Psicologia ao trabalho com professores. Interessante destacar aqui, conforme conta Yvonne Khouri (2002), as palavras do secretário da educação ao discutir com ela, então chefe da Seção de Psicologia, o Projeto de Psicologia Escolar. Representando a concepção de educação vigente, disse Hilário Torloni: "os professores não precisam disso, quem precisa são os alunos; a senhora tem que fazer uma vacina contra a repetência". E, assim, o cadastro psicológico de alunos ganhou o primeiro lugar no rol das atribuições dos psicólogos escolares.

Entretanto, vale a pena reiterar que, embora a ação do psicólogo escolar parecesse eminentemente técnica, considerando o caráter diagnóstico da prontidão para a alfabetização, da maturidade mental e da organização perceptiva das crianças, o procedimento de cadastramento psicológico ou triagem psicológica poderia subsidiar os psicólogos escolares nas discussões com professores e técnicos de educação, para a elaboração de programas e currículos que pudessem de alguma maneira compensar a carência dessas crianças, além de facilitar a própria inserção e aceitação do psicólogo na escola, visto serem reconhecidamente importantes aos técnicos de educação

os dados de nível mental e de maturidade dos alunos, utilizados na perspectiva da formação de classes homogêneas, procedimento que se acreditava reduziria o índice de reprovação em 1ª série.

Um ano após a fixação das atribuições dos psicólogos escolares, o Serviço de Psicologia Escolar foi oficializado na Seção de Psicologia, constituída também pelos Serviços das Clínicas do Itaim e da Mooca, pelo Decreto n. 15002/78, na Divisão de Assistência Médica do Departamento de Assistência Escolar.

Nesse mesmo ano, por iniciativa dos psicólogos da Seção de Psicologia do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria Municipal de Educação, foi fundada a Associação dos Psicólogos da Prefeitura – APP, presidida por Yvonne Khouri. Conta Khouri (2002) que os psicólogos precisavam de um espaço próprio, mais descontraído, para discutir de modo crítico seu trabalho, visto que ainda vigorava uma política autoritária nas instâncias públicas. Além disso, a APP aglutinaria e organizaria não só os psicólogos da educação, mas também de outras secretarias, com o objetivo de se realizar um trabalho de psicologia "mais coeso", numa perspectiva "mais libertadora".

Logo após sua fundação, a APP e o Departamento de Assistência Escolar – Seção de Psicologia promoveram o *I Ciclo de Debates sobre o Atendimento Psicológico a Escolares*. Esse encontro foi oportunidade para apresentação do conjunto de trabalhos até então realizados e de propostas para novos trabalhos pelas equipes que se reuniam em grupos de estudos e pesquisas, e que participavam, desde a criação, do projeto de psicologia escolar no município de São Paulo.

Os anais desse I Ciclo de Debates constituem documento que bem caracteriza o Serviço de Psicologia Escolar, nesse momento. Vale salientar a proposta geral do Serviço de Psicologia Escolar apresentada nesse encontro por Khouri:

> estamos preocupados em integrar o conhecimento psicológico no processo educacional, auxiliando educadores e pais a levar a cabo esta tarefa. [...]. À psicologia escolar cabe o trabalho no nível da prevenção primária, no âmbito da profilaxia da patologia mental, colaborando na promoção de maior equilíbrio e melhor nível de saúde mental do escolar, da sua família e da escola enquanto instituição. (p.2-3)

Os trabalhos apresentados ilustram a modalidade clínica preventiva na escola, seja na utilização do "Desenho da Figura Humana" que identificaria dificuldades de "natureza afetivo-emocional", seja na utilização de avaliações psicomotoras que indicariam o desenvolvimento das "capacidades básicas para a alfabetização", seja ainda na orientação de professores, capacitando-os para o atendimento das necessidades das crianças.

Entretanto, outros trabalhos trazem o questionamento que alguns psicólogos iniciavam ao aproximarem-se da escola pública, na periferia da cidade, tanto em relação ao sistema educacional quanto à definição do seu próprio papel ("Grupos de Mães nas Escolas" e "Monitoria como um Sistema Integrado de Trabalho junto a alunos de Nível I [1ª a 4ª série] e II [5ª a 8ª série] das Escolas de 1º Grau da PMSP – Aspectos Psicopedagógicos").

A avaliação do I Ciclo de Debates, realizada na forma de assembléia geral extraordinária da APP, mostra a preocupação específica com o trabalho realizado ao apontar: a necessidade de aprimoramento profissional, que poderia ser cumprida a partir de outros encontros dessa natureza; a necessidade de novos estudos e pesquisas; e a necessidade de uma definição mais precisa quanto à atividade profissional. Nesse sentido, a avaliação atingiu as questões da formação do profissional (ensino de psicologia), indicando ser de extrema importância a "participação daqueles que vivenciam na prática os problemas profissionais, na organização de currículos e programas do curso de graduação e pós-graduação", além de salientar ser "imprescindível a aproximação do aluno à prática profissional, através de um contato maior e mais direto com a realidade de seu campo de trabalho". (p.146)

Todavia, esses argumentos já estavam na pauta de professores e pesquisadores da área – definir o papel da psicologia, enquanto ciência e profissão.

Na verdade, a questão colocada era bem maior, envolvia a reflexão das Ciências Humanas, pois rompendo com o caráter de "indagação e reflexão crítica", na década de 1960, essas áreas tornaram-se, a partir da Reforma Universitária, apenas formadoras de técnicos ajustados aos interesses educacionais do regime em vigor.

Nessa perspectiva, crítica contundente à psicologia foi feita pelo filósofo Hilton Japiassu (1979), quanto ao significado da sua aplicação ao processo social. Em sua crítica, argumenta sobre a utilidade da psicologia ao sistema, e atesta seu fracasso ao afirmar que a psicologia esqueceu-se de que "sua palavra é uma palavra libertadora". Diz o autor que a psicologia

> trai a si mesma quando se prostitui com os imperativos da sociedade e das instituições, que só a prestigiam e a 'amam' na medida em que ela se presta docilmente a um trabalho de sempre mais adaptar e integrar os indivíduos às estruturas vigentes da sociedade e das instituições". (p.27)

O autor ainda questiona a psicologia ensinada nas universidades, considerando que ela "perdeu muito de sua envergadura científica, na medida em que se constituiu num domínio de estudo dos 'práticos profissionais, à cata de 'leis' de adaptação", alertando para o sério risco da psicologia ser concebida a partir do modo como ela pode ser utilizada".(p.84)

Portanto, os anos 70 se configuraram como momento de análise e crítica da psicologia científica. Com marcante influência do pensamento marxista, a crítica busca esclarecer o compromisso social e histórico da psicologia; busca a identidade profissional do psicólogo.

Esse pensamento parece ter orientado Maria Helena Souza Patto[21], a retratar a psicologia escolar da prefeitura de São Paulo, presumidamente em 1979, quando realizou uma pesquisa[22], com o objetivo de caracterizar a psicologia escolar, através da representação da realidade social e escolar dos psicólogos e da representação do seu desempenho profissional nas escolas. A autora procurou verificar através da análise do discurso de psicólogos escolares que trabalhavam no Departamento de Assistência ao Escolar do estado de São Paulo e do Departamento de Assistência Escolar da PMSP, a concepção da realidade social presente em suas representações e em suas práticas; o modo como caracterizavam a relação entre a escola e a sociedade; a visão que tinham dos problemas de aprendizagem e de ajustamento escolar; e a ação que efetivavam ou propagavam visando à solução desses problemas.

Os dados para essa pesquisa coletados por meio de um questionário mostraram especificamente para os psicólogos escolares da PMSP, que ao lado daqueles amparados em "uma visão eminentemente técnica dos problemas de aprendizagem e da crise da educação", que seguiam estritamente as atribuições definidas para a atuação do psicólogo escolar, havia outros que levavam em conta na compreensão do seu trabalho "a estrutura de poder em uma sociedade de classes, relacionada à estrutura e funcionamento do sistema escolar" (p. 160).

Portanto, pode-se reconhecer nessa pesquisa, e no pensamento da autora, um exemplo da crítica que se instalou não só na psicologia escolar, mas na psicologia durante os anos 70. Desnaturalizar os saberes e práticas da psicologia, rompendo com o conceito de neutralidade científica. Sylvia Leser de Mello, em 1975, já mostrava essa preocupação.

---

[21] Maria Helena Souza Patto é docente do Instituto de Psicologia da USP; assim como Sylvia Leser de Mello. Patto, como pesquisadora, dedica-se à crítica da psicologia científica, há cerca de 20 anos

[22] A pesquisa realizada por Maria Helena S. Patto, provavelmente em 1979, está publicada no livro *Psicologia e Ideologia – uma introdução crítica à psicologia escolar*, T. A. Queiroz, São Paulo, 1984, cap. V.

Entretanto, com respeito ao Programa de Psicologia Escolar da PMSP, é importante lembrar que, embora ele apresentasse propostas compatíveis com a crítica que se fazia então, sua execução dependia tanto da ideologia autoritária do pessoal ao qual o Programa estava subordinado e da escola na qual se aplicava, como também, dos psicólogos envolvidos, o que marcava, portanto, diferenças significativas entre o plano elaborado e sua execução.

A Educação também encaminhava sua crítica, nesse período. Vale destacar as idéias de Paulo Freire[23] como referência para as discussões sobre a democratização do ensino. Embora esse educador estivesse exilado do país (1964-1979), suas idéias e publicações mesmo em língua espanhola, como foi o caso de *Pedagogia do Oprimido*, foram lidas e discutidas por educadores da prefeitura de São Paulo, envolvidos com a resistência à ditadura e com a luta pela redemocratização do país, já iniciada.

O final da década de 1970 configurou-se, portanto, como um momento de renovação para a sociedade brasileira – a luta por liberdades democráticas, dentre outras reivindicações, como aumento de salários e garantia de emprego. No governo do General João Batista Figueiredo foi aprovada pelo Congresso a Lei da Anistia (1979), possibilitando a volta dos exilados políticos, dando um importante passo na conquista das liberdades públicas.

Nesse cenário, a categoria de psicólogos, ao lado de outras, buscou uma organização mais democrática, considerando a mudança do caráter profissional do psicólogo: não mais identificado como profissional liberal ou

[23] Paulo Freire (1921-1997) entendia que a educação não era politicamente neutra; elaborou propostas para educação e alfabetização de adultos, com base no diálogo, que entendia ser o caminho para a formação da personalidade democrática. Segundo Beisiegel (1999), a educação para o diálogo, proposta por Freire, "confundia-se com a prática do diálogo na educação. Da mesma forma, a educação para a formação da personalidade democrática identificava-se com a prática da democracia no processo educativo". BEISIEGEL, Celso R. "Paulo Reglus Neves Freire". In: FAVERO, Maria De L. A. e BRITTO, Jader de M. *Dicionário de Educadores no Brasil*, UFRJ/MECINEP, 1999, pp. 440-446.

autônomo, mas como assalariado com diploma de nível superior. Assim, os psicólogos da prefeitura que já se organizavam na APP, de algum modo participaram também dos movimentos de oposição no Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e Conselho Regional de Psicologia – São Paulo. Vale destacar que Yvonne Khouri integrou o grupo de psicólogos que buscava mudanças, ainda em 1978.

Esse grupo reunia-se no Instituto Sedes Sapientae, com o apoio de Madre Cristina[24], e aí promoveu um Fórum de Debates para pensar a profissão na nova conjuntura. Em depoimento, Khouri (CFP E CRP-6ª região, 1994) justifica a existência do Fórum:

> quando foram formados o nosso Sindicato e o Conselho, vivíamos numa época de autoritarismo muito forte, e eles tomaram muito dessa forma [...]. Mas estávamos alertas, gostaríamos que a coisa fosse transformada, na medida em que o país viesse a abrir um pouco mais, que acompanhássemos o movimento e não perdêssemos a vez. Então acabamos formando um fórum de psicólogos para discutir. Na época, todas as categorias estavam se organizando e fazíamos parte disso. Era a forma de estarmos repensando não só as nossas representações, mas a nossa atuação na sociedade. Era um núcleo aberto, os psicólogos vinham, discutiam vários assuntos [...]. (p.69)

De acordo com publicação do *Jornal do CRP-06*, n. 50 [1987], "Como se constrói a nossa história?", esse Fórum discutia

[24] Madre Cristina – Célia Sodré Dória (1916 – 1997) criou em 1953 o primeiro curso de Psicologia Clínica na Faculdade de Filosofia Sedes Sapientae, participou das discussões para a regulamentação da profissão de psicólogo e elaborou o curso regular de psicologia nessa faculdade. A partir de 1964 (Golpe Militar) vincula a Psicologia à Política – defendeu a causa dos perseguidos políticos; fundou com Terezinha Zerbini o "Movimento Feminino pela Anistia" (1975); abriu o Sedes para a realização do "Primeiro Congresso Nacional pela Anistia" (1978); participou do movimento "Diretas Já". É considerada por João Pedro Stedile (MST) "reserva moral da esquerda brasileira". BAPTISTA, M. T. "Madre Cristina". In: CAMPOS, Regina H. de F.(org.) Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil, Rio de Janeiro, Imago; Brasília, CFP, 2001, pp. 213-216; BAPTISTA, M. T. *Madre Cristina*, Rio de janeiro, Imago/CFP, Pioneiros da Psicologia Brasileira, vol. 6, 2001; CIAMPA, F. *Olhares de Madre Cristina*, documentário em vídeo, Brasília, CFP, 2001.

> qual era a situação concreta da profissão, naquele momento. De uma pesquisa feita pelos participantes do fórum e das discussões sobre os dados desta pesquisa, concluiu-se: a profissão está com o mercado restrito, salários baixos, condições precárias de trabalho, etc. diante dessa conclusão, o fórum foi transformado num movimento de oposição para concorrer às eleições no Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e no CRP-06 [...].(CFP E CRP-6ª região, 1994)

A chapa de oposição venceu as eleições para o Sindicato (novembro de 1979), e em seguida, do mesmo Fórum, saiu a chapa de oposição ao Conselho (gestão 1980-1983), também vencedora. Interessante destacar que pelo menos dois psicólogos participantes do Fórum – Yvonne Khouri e Sérgio Leite – compuseram as duas chapas. Sérgio Leite em depoimento (CFP E CRP-6ª região, 1994) afirma que “a idéia era fazer uma ponte entre o Sindicato e o Conselho” (p.67), e Yvonne Khouri (CFP E CRP-6ª região, 1994) afirma que “a gente queria um Conselho mais democrático, mais aberto, que pudesse estar falando pela categoria” (p.69).

Era um momento de reação ao regime vivido pela sociedade brasileira, no qual despontou a nova força que passou a ocupar espaço de reflexão para a definição da psicologia escolar na PMSP, a dimensão política do trabalho do psicólogo escolar, nos anos que se seguiram.

O ano de 1979 data a aposentadoria de Yvonne Khouri da prefeitura de São Paulo.

A chefia que assumiu a Secção de Psicologia deu nova orientação ao Serviço de Psicologia Escolar, implantando um Projeto de Psicologia Comportamental, interrompendo os grupos de estudos e pesquisas, já tradicionalmente realizados. Todavia, manteve a estrutura existente – psicólogos vinculados às escolas, trabalhando especificamente com alunos e professores de 1ª série, mães e demais profissionais da educação. Foram muitas as discussões realizadas pelo grupo de psicólogos acerca dessa

proposta, na APP, resultando na resistência do grupo em assumir o novo projeto. Importante ressaltar que a psicologia comportamental, à época, era o alvo preferencial da crítica à psicologia científica.

Assim, criou-se um movimento de resistência à nova proposta, mais em razão da forma autoritária da implantação de uma proposta única, a ser seguida por todos os psicólogos, do que à psicologia comportamental, pois desde a implantação do Serviço de Psicologia Escolar, a formação acadêmica de cada psicólogo e os estudos aos quais se dedicavam nas diversas abordagens da psicologia eram considerados, e, portanto, subsidiavam a construção das ações do Serviço de Psicologia Escolar, incluindo a psicologia comportamental.

De volta à situação anterior e, em tempos de abertura política no Brasil, a Psicologia Escolar na PMSP passou a viver tempos de maior enfrentamento com forças antagônicas: psicologia escolar-clínica preventiva e a dimensão política do trabalho do psicólogo escolar.

Tentativas de Definição da Psicologia Escolar. Forças antagônicas: a psicologia escolar-clínica preventiva e a dimensão política do trabalho do psicólogo escolar

O Serviço de Psicologia Escolar manteve suas atividades sem alterações até 1981, quando assumiu a chefia da Seção de Psicologia a psicóloga Sachiko Habu Iida (1981 - 1982), trazendo um novo plano de atuação para psicólogos clínicos e escolares do Departamento de Assistência ao Escolar da Secretaria Municipal de Educação.

Nos dois primeiros anos da década de 1980, pode-se encontrar claramente a ação das forças que, ao que parece, teriam o objetivo de definir o papel do psicólogo escolar.

De um lado, verifica-se ações promovidas em forma de cursos, encontros e seminário, pelos órgãos de representação da categoria de psicólogos, Associação dos Psicólogos da Prefeitura – APP, Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP – 6ª Região (São Paulo), com o objetivo de atualizar conhecimentos e produzir discussões sobre modelos alternativos aos tradicionalmente utilizados pela psicologia escolar.

Nesses eventos, nota-se a preocupação com a inserção da psicologia no contexto social brasileiro; o questionamento do modelo médico, identificado com a concepção positivista de ciência, e a apresentação da Psicologia Institucional, como uma nova orientação para a prática profissional. Assim, foram privilegiados os temas relativos à educação e sociedade; saúde no Brasil; análise institucional; intervenção dos psicólogos junto à equipe institucional; alunos e comunidade; formação específica do psicólogo educacional (*Planejamento do Trabalho do Psicólogo em Entidades Públicas: áreas de atuação em Psicologia Escolar, Clínica e Social*, 1980; *I Encontro de Psicólogos na Área de Educação*, 1980; *II Encontro de Psicologia Educacional*,

1981; *Seminário sobre Modelo de Atuação do Psicólogo na Área de Educação - Modelo Clínico X Modelo Educacional*, 1982).

Por outro lado, verifica-se que na Seção de Psicologia, sob a chefia de Sachiko Habu Iida, foi sistematizado um plano para a ação do psicólogo escolar, que previa a descentralização do atendimento clínico, envolvendo a participação dos psicólogos escolares. Nessa proposta, o modelo utilizado pelos psicólogos escolares recebeu a denominação de clínico-escolar; nele, os psicólogos seriam responsáveis pelos encaminhamentos das crianças às Clínicas Psicológicas e pelo acompanhamento dessas crianças na escola. Realizariam um "pré-diagnóstico", através de relatório padronizado, considerando as queixas dos professores, dos pais, dos próprios alunos, além da observação que fariam do aluno em situação escolar e análise do seu material escolar (*Psicólogo Escolar na Área Municipal* - entrevista concedida por Sachiko Habu Iida para o jornal *Folha da Tarde*, em 19/05/82, p.11). Da mesma forma, procederiam ao encaminhamento para atendimento fonoaudiológico (*Orientação Fonoaudiológica dirigida aos psicólogos escolares*, 1982).

Entretanto, o plano de atuação da Seção de Psicologia previa, também, aproximar o Serviço de Psicologia Escolar aos trabalhos desenvolvidos pelos Setores de 1º e 2º Graus e de Educação Infantil da Divisão Técnica do Departamento de Planejamento – Deplan, além de manter e incentivar grupos de estudos e pesquisas, retomando a tradição da Seção de Psicologia. Assim, os psicólogos escolares receberam orientações escritas quanto à caracterização da escola, caracterização e atendimento aos alunos de 1ª série, enfatizando a discussão sobre atitudes, técnicas, métodos, instrumentos utilizados pelos professores, principalmente em relação aos alunos que repetiam por mais de dois anos a 1ª série, chamados de multirepetentes (*Plano de Caracterização Escolar para Atendimento Psicológico*, 1982; *Considerações sobre o Atendimento Psicológico à 1ª série*, 1982).

De acordo com plano de ação estabelecido, os psicólogos escolares continuariam a atender escolas “de acordo com o índice de repetência e com o número de classes de 1ª série”, e atuando em duas escolas, “fazendo psicologia preventiva”, e seu trabalho implicaria numa ação junto ao professor, junto a grupos de crianças “possuidoras de dificuldades de aprendizagem”, com o objetivo de colaborar na resolução do problema da evasão e do índice de repetência “em nível de estimulação”, e trabalharia ao lado da equipe técnica da unidade (orientador educacional e assistente pedagógico) na “elaboração de uma programação no sentido de sanar as dificuldades de aprendizagem” apresentadas pelos alunos. (*Psicólogo Escolar na Área Municipal* - entrevista concedida por Sachiko Habu lida para o jornal *Folha da Tarde*, em 19/05/82, p.11). Esse plano sistematiza, ainda, a oferta de cursos aos professores, que deveriam ser realizados junto ao Deplan, com vistas a atender professores que não contavam com a presença do psicólogo escolar em suas unidades.

Essa proposta de atuação coincidiu com o momento em que o Deplan preocupava-se com a estrutura e funcionamento das Escolas Municipais de Educação Infantil, especificamente com a implementação do currículo pré-escolar, e com o trabalho de prontidão para a alfabetização[25] nas Escolas Municipais de I Grau[26] (*Considerações Gerais sobre a Implementação do “Currículo Pré-Escolar” e “Programação Específica de Educação Infantil”*, 1980; *Informações Gerais sobre Estrutura e o Funcionamento das Escolas Municipais de Educação Infantil*, 1981; *Quadro Norteador do Trabalho de Prontidão*, 1981; *Período Preparatório*, 1981). Preocupava-se também, em

[25] No período preparatório para a alfabetização, realizado no início do ano letivo, nas classes de 1ª série das Escolas Municipais de I Grau, deveriam ser trabalhadas na 1ª série as funções psiconeurológicas, de acordo com a proposta de Ana Maria Poppovic e equipe, expressa no livro Pensamento e Linguagem, 1ª ed., Abril S/A Cultural e Industrial, 1980. São as funções psiconeurológicas: coordenação motora ampla, visomotora e coordenação motora fina, esquema corporal, orientação temporal e espacial, percepção auditiva e visual; operações cognitivas: observação, atenção e concentração, memorização, classificação, ordenação, análise e síntese, e linguagem oral: fala, audição e vocabulário com sentido. In: Gammardella, Albanize A. A. Neves e Herchani, Norma B., por ocasião do Jubileu de Prata do Ensino Municipal, PMSP, 1981.

[26] Em 1982, a Portaria n. 9517 implanta o Regimento comum das Escolas Municipais de Educação Infantil e das Escolas de I Grau do Município de São Paulo.

orientar técnicos e professores sobre a importância da interação professor – aluno e do clima psicológico em sala de aula. (*Algumas Considerações sobre o Ajustamento Escolar*, 1981).

Embora as orientações recebidas pelos psicólogos escolares os considerassem como técnicos da educação, pode-se verificar que a orientação geral se caracteriza para a realização de diagnóstico baseado na queixa escolar. Assim, pode-se supor que os psicólogos mantiveram seu espaço de trabalho na escola, principalmente porque continuaram se ocupando das dificuldades que o sistema educacional encontrava, traduzidas nas chamadas "dificuldades de aprendizagem" das crianças.

Entretanto, em tempos de redemocratização da sociedade brasileira, quando também se discutia a democratização da escola, os psicólogos tiveram acesso a textos produzidos pelo Deplan, utilizados em curso para técnicos de educação da Secretaria Municipal de Educação (1982), que possivelmente foram trabalhados com professores nas escolas, os quais abordavam assuntos relacionados aos aspectos sociológicos e antropológicos do desenvolvimento infantil e aprendizagem, à questão política da educação popular, à marginalização cultural, à saúde mental da criança, à dinâmica institucional. Esses textos indicam a orientação filosófica e política humanista e marxista que caracterizou esse período, destacando-se, entre outros, *Aspectos Sociológicos e Antropológicos do Desenvolvimento Infantil e Aprendizagem*[27], no qual autores como Engels, Althusser, Pichon-Rivière, Maria de Lourdes Deiró Nosella são citados, *A Questão Política da Educação Popular*, de Carlos Rodrigues Brandão[28], "Atitudes e Cognição no Marginalizado Cultural", de Ana

[27] O texto *Aspectos Sociológicos e Antropológicos do Desenvolvimento Infantil* contempla o seguinte conteúdo: organização familiar, o migrante – origem e inserção na vida urbana; a favela – de habitação temporária a permanente; a cultura da comunidade; a cultura da escola.

[28] *Brandão e outros.* A Questão Política da Educação Popular*, São Paulo, Brasiliense, 1980.*

Maria Poppovic[29], além de textos literários, como os poemas A Educação pela Pedra e Tecendo a Manhã, de João Cabral de Melo Neto[30].

Além disso, os psicólogos escolares tiveram acesso a, pelo menos, duas importantes publicações da área nesse período: o livro *Ação da Psicologia na Escola*, 2ª edição, Moraes, 1981, escrito por Elcie Salzano Masini, apresentando uma proposta de aconselhamento escolar, rompendo com "a crença exagerada em técnicas ou instrumentos" (p.2) e *Introdução à Psicologia Escolar*, organizado por Maria Helena Souza Patto, T. A. Queiroz, São Paulo, 1981, que pensa a psicologia escolar como colaboradora para a

> superação de uma visão ingênua e ideologicamente comprometida da escola como instituição social neutra, e repensar o seu papel; atentar criticamente para o fenômeno da pobreza em suas causas estruturais, sua função no sistema social, suas conseqüências sobre o desenvolvimento humano e a maneira como tem sido encarada e trabalhada nas escolas; e entrar em contato com determinantes escolares das dificuldades de aprendizagem e de ajustamento escolar, indo além dos tradicionalmente situados no aluno. (pp.2-3)

Interessante destacar que dois textos que compõem o livro *Introdução à Psicologia Escolar: "A Escola Objeto de Controvérsia",* de Aparecida Joly Gouveia, 1974; e *"Professores de Periferia: soluções simples para problemas complexos",* pesquisa realizada por Elba Siqueira de Sá Barreto, 1980, foram utilizados no curso dado pelo Deplan para técnicos de educação, em 1982.

Ainda no ano de 1981, sem nenhuma outra modificação oficial na estrutura do Departamento de Assistência Escolar, sua denominação foi

---

[29] "Atitudes e Cognição no Marginalizado Cultural" – artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* – MEC/INEP, 1972.

[30] Esses poemas podem ser encontrados na Obra completa de João Cabral de Melo Neto, Nova Aguilar, 1994.

alterada, pelo Decreto n. 17429, assinado pelo prefeito Reynaldo Emygdio de Barros (1979-1982). O Departamento de Assistência Escolar passou, então, a ser denominado Departamento de Saúde Escolar – DSE.

Nesse panorama, portanto, pode-se afirmar que os psicólogos escolares estariam, apenas, no meio de um fogo cruzado – questionamentos, novas idéias, novas propostas para a área e a rotina de trabalho clínico-escolar – com dificuldade em definirem objetivamente seu papel, e qual contribuição efetiva poderiam dar à educação.

A necessidade de definição do papel profissional do psicólogo escolar não se deu de modo desvinculado a uma maior – definir o papel profissional do psicólogo, num momento em que as relações democráticas se restabeleciam no país.

Nesse sentido, é importante relatar como os órgãos de representação da categoria em São Paulo mobilizaram-se quanto a essa questão.

O Conselho Regional de Psicologia (1980-1983) e o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (1983-1986) empenharam-se, inicialmente, em caracterizar o perfil do profissional psicólogo, por meio de uma pesquisa realizada em 1981, pelo Dieese, cujos dados foram discutidos em mesa-redonda que contou com a participação de psicólogos convidados, membros do Sindicato e do CRP, em 1983[31]. Na forma de livro, o perfil do psicólogo no estado de São Paulo[32], foi apresentado à categoria, lançando à discussão questões relacionadas ao mercado de trabalho, como a questão da psicologia ser uma profissão feminina, estar centrada na prática clínica e no trabalho

[31] Participaram da mesa-redonda os psicólogos: Ana M. B. Bock, Yvonne G. Khouri, Kimie Yamamoto, Lazslo A. Ávila, Luiz Humberto Sivieri, Marilena K. º Silva Leite, Odette G. Pinheiro, Sérgio A. Silva Leite, Sueli D. Pacífico e Wanda M. J. Neves.

[32] Sindicato dos Psicólogos do Estado de são Paulo/conselho Regional de Psicologia – 6ª Região. *O Perfil do Psicólogo no Estado de São Paulo*, São Paulo, Cortez, 1984.

autônomo, questionando as possibilidades da categoria se firmar como socialmente importante.

Para além das questões do mercado de trabalho, outras que encaminhavam para o "reconhecimento da natureza social do trabalho psicológico, no atendimento da real demanda da população", como afirma Guirado (CFP E CRP-6ª região, 1994, p. 123), foram lançadas, pelo CRP na gestão seguinte: Palavra Aberta (1983-1986).

Quanto ao campo da educação, por exemplo, Khouri (CFP E CRP-6ª região, 1994, p.94), esclarece, em depoimento, que o CRP não só tinha clareza quanto à atuação do psicólogo nesse campo, mas que procurava valorizar sua participação na forma de ação social – "enquanto pessoas que lidam com o povo" –, inclusive no ensino de psicologia para o 2º grau.

Nessa perspectiva, a psicologia passou a ser definida e defendida, conforme afirma Guirado (CFP E CRP-6ª região, 1994, p.122), como "uma instituição *de* saúde, onde quer que ela se dê: na Educação, nos órgãos oficiais e privados de Saúde, na promoção social, e no consultório, e não *da* saúde" (p.122). Isso, por certo, acirrou os conflitos já existentes com outros profissionais: pedagogos, médicos, assistentes sociais, administradores de empresas, levando o CRP06, de alguma maneira, a enfrentá-los.

Regina Maciel (CFP E CRP-6ª região, 1994, p.99) conta que o Conselho (1986-1989) chegou a realizar "uma discussão aberta" com pedagogos sobre as formas de atuação da psicologia e da pedagogia. Entretanto, afirma Maciel, que "em meio às discussões teóricas, a questão financeira e jurídica de reserva de mercado se impunha"[33].

[33] Sobre esse aspecto, José R. Tozoni Reis (CFP E CRP-6ª região, 1994, p.98) esclarece que o conflito com os educadores já trazia a questão sobre a criação de um curso de psicopedagogia, e sobre a docência de matérias de psicologia no curso magistério.

Assim, na perspectiva que qualificava o psicólogo como um profissional de saúde, trabalhando no campo da educação, maior oportunidade para discussões sobre a função do psicólogo escolar e a escola pública foi dada a partir de 1983, quando o Serviço de Psicologia Escolar foi transferido ainda em caráter não oficial, o que ocorreria somente em julho de 1985, para o Departamento de Planejamento – Deplan, pelo Decreto n. 21084. Nesse ano assumiram a administração municipal, como prefeito Mario Covas (1983-1985) e como secretária da educação Guiomar Namo de Mello, pelo mesmo período.

Em clima de abertura política, mas, ainda, em anos de regime autoritário, no governo do General João Batista Figueiredo (Presidente do Brasil de 1979-1985), a cidade de São Paulo teve uma administração de oposição. Merecem destaque os dados históricos promotores dessa conquista.

Em dezembro de 1979, foi aprovada a Nova Lei Orgânica dos Partidos extinguindo as organizações Aliança Renovadora Nacional – ARENA e Movimento Democrático Brasileiro – MDB, estabelecidas em 1965, obrigando essas organizações a utilizarem a palavra “partido” em seu nome. Assim, a ARENA transformou-se em Partido Democrático Social – PDS, e o MDB introduziu a palavra partido à sua sigla, convertendo-se em PMDB, reunindo as forças de oposição ao regime. Como afirma Fausto (1995), “à medida que o regime autoritário foi se abrindo, as diferenças ideológicas e pessoais começaram a emergir”, e novos partidos surgiram, dentre eles o Partido dos Trabalhadores – PT, o Partido Democrático Trabalhista – PDT, e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

O calendário de eleições diretas para o Congresso Nacional e para Governadores, que ocorreria em 1982, foi mantido por Figueiredo, ampliando o debate eleitoral. Nessas eleições, embora o PDS tenha conquistado vitória no Senado e Câmara dos Deputados, no âmbito dos governos de estado as oposições conseguiram “algumas vitórias expressivas”, como em São Paulo, onde o PMDB elegeu Franco Montoro, que no ano seguinte indicou Mario Covas para prefeito da Capital. Portanto, pela primeira vez, uma força de

oposição ao regime autoritário governou o Estado de São Paulo e a prefeitura da capital simultaneamente.

O *Documento Preliminar para Reorientação das Atividades da Secretaria*, emitido pela Secretaria de Estado de Educação, pelo Governo Democrático de São Paulo (Franco Montoro), em 1983, esclarece a avaliação do PMDB em relação à educação brasileira:

> se há algo que marca profundamente a educação brasileira é a quase completa ausência de uma Política Educacional. Nesses anos todos, temos vivido da improvisação, não poucas vezes, ao sabor de interesses em conflito com os reais interesses da coletividade. No entanto, o vazio de idéias tem sido preenchido por uma avalancha de legislação e de providências administrativas que sufoca a desejável iniciativa criadora das escolas e favorece o embuste educacional. Como ingrediente usual desse embuste, tem aparecido aqui e ali, “planos de educação” que – sem idéias norteadoras sobre os rumos da educação – nada mais representam do que projeções numéricas ufanistas e irreais, quando não fraudulentas. (p.1)

Assim, foi estimulada a discussão, entre governo e segmentos sociais interessados, sobre a qualidade de ensino, compreendida não mais como “simples questão técnica, mas, sobretudo, de alto interesse público”. Decorrentes do tema qualidade de ensino, fizeram parte da agenda de discussões a situação do magistério – preparação de professores e diretores – e a autonomia da escola.

Na prefeitura de São Paulo não foi diferente. A Secretaria Municipal da Educação, a partir de 1983, procurou implementar uma Política Educacional

> (1) em defesa do ensino público; (2) democrática quanto ao acesso à escola e de sua gestão interna; (3) que melhorasse a qualidade de ensino para ampliar a permanência (do aluno) na escola; (4) que melhorasse as condições do educador e valorizasse sua participação nas decisões educacionais; (5) que recuperasse a função educacional da escola como

> transmissora de conhecimentos à qual as ações assistenciais estivessem subordinadas como apoio ao ensino-aprendizagem (*Programa de I Grau – Primeira Série*, 1985, p.I).

Nessa perspectiva, iniciou-se o processo de integração do Serviço de Psicologia Escolar, agora sob a chefia da psicóloga Maria José M. de Andrade (1983-1985), ao Departamento de Planejamento. A primeira providência tomada foi a de transferir a chefia do Serviço para o espaço físico desse Departamento, e o primeiro movimento para a integração parece ter partido do próprio gabinete da SME, que definiu o espaço de trabalho para a psicologia escolar a partir da assessoria de Ana Maria Poppovic, priorizando a integração das Escolas Municipais de Educação Infantil e classes de pré-escola alocadas nas Escolas Municipais de I Grau com a 1ª série, além do atendimento a essa série, e solicitou um Programa de Trabalho que sistematizasse as atividades e competências dos psicólogos (*Programa de Trabalho do Setor de Psicologia Escolar para atuação no 2º semestre de 1983 dentro do Plano Emergencial da Secretaria Municipal de Educação*, 1983).

Nessa época, o Serviço de Psicologia Escolar contava com 95 psicólogos. O Programa de Trabalho, além das prioridades já especificadas, estabelecia que cada psicólogo atenderia no máximo duas escolas e que suas funções estariam relacionadas ao encaminhamento de alunos, ao atendimento de alunos em psicomotricidade, à monitoria de alunos, ao trabalho com mães, ao trabalho com professores, ao acompanhamento de classe experimental para alunos que apresentassem dificuldades de aprendizagem (alunos multirepetentes), como também, a participação em grupos de pesquisa e o trabalho com estagiários de psicologia.

O que se verifica, nesse momento, é que não há, substancialmente, modificação alguma nas funções dos psicólogos escolares – são as mesmas desde o Projeto Piloto, de 1975. A queixa escolar ainda é determinante para que o trabalho se realize.

Entretanto, havia por parte de um grupo de psicólogos escolares, contando com a assessoria de Ana Maria Poppovic, expectativa positiva para a elaboração de um novo Plano de Trabalho e, talvez, a definição do papel do psicólogo escolar. Infelizmente, sua morte súbita frustrou essa expectativa.

Ainda no ano de 1983, o Deplan organizou e o Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional - CENAFOR – MEC realizou uma *Capacitação de Recursos Humanos da Rede Municipal de Ensino da PMSP – atualização para psicólogos e fonoaudiólogos*, com os objetivos de

> analisar a função dos psicólogos e fonoaudiólogos a partir de uma visão abrangente da Educação e do posicionamento do especialista como educador, e propiciar um debate entre esses profissionais, considerando suas práticas e as legislações que regulamentam suas funções. (p.3)

Os aspectos privilegiados para o debate foram: o cotidiano da escola, a função social do educador, os mecanismos de seletividade no ensino de I grau, a necessidade de se efetivar a democratização da escola, e a possibilidade dos psicólogos se constituírem como elementos de facilitação da relação entre as pessoas que nela estão. Com o objetivo de sensibilizar os participantes para as discussões foram utilizadas canções da Música Popular Brasileira compostas e interpretadas por artistas expoentes do ciclo dos festivais. Essas canções, de cunho político e humanista, tratam da busca de sentido para a vida, a partir da revisão dos sentimentos e ações individuais, e da luta necessária para a conquista de uma vida melhor. São exemplos as canções “Bom Conselho”, de Chico Buarque e “Caçador de Mim”, de Sérgio Magrão e Luiz Carlos Sá, dentre outras.

Os textos utilizados nessa capacitação fazem críticas à posição autoritária da escola e a maneira burocratizada de seu funcionamento. Também são questionados: o papel do professor frente aos conteúdos e métodos utilizados, e a relação que estabelece com seus alunos. Destacam-se, dentre outros os textos ”Sobre Jequitibás e Eucaliptos – Amar”, de Rubem

Alves[34], “O Quadro Negro”, de autoria de Clarilza Prado de Souza e Janete Beauchamp[35], e “Fatores intra-escolares como mecanismos de seletividade no ensino de 1º grau”, de Guiomar Namo de Mello[36].

Discussões entre o grupo de psicólogos e entre as equipes escolares, das quais faziam parte diretores, assistentes de diretor, auxiliares de direção, técnicos de educação, orientadores educacionais, assistentes pedagógicos, supervisores de ensino foram promovidas num segundo curso, realizado no mesmo ano, *Capacitação de Recursos Humanos da Rede Municipal de Ensino da PMSP*. Como a capacitação para atualização de psicólogos e fonoaudiólogos, essa, da mesma forma, foi organizada pelo Deplan, e realizada pelo CENAFOR – MEC.

O curso abordou temas relacionados à democratização da escola, competência profissional como mediação do compromisso político do educador, fracasso escolar, liderança, planejamento e legislação e, especificamente, propiciou discussão sobre a função da orientação educacional e da direção escolar. Ao final, previu a elaboração de uma proposta de atuação de cada unidade escolar para o enfrentamento do problema do fracasso na escola.

De modo geral, os textos apresentam uma crítica quanto à posição ocupada pela escola enquanto reprodutora da ideologia liberal que fundamenta os valores da sociedade brasileira, entre os quais está o que atribui “o ônus do fracasso à incompetência pessoal, e do êxito, ao esforço individual”. Assim, a relação professor-aluno passou a ser intensamente discutida, e questionada a visão que atribui aos próprios alunos, ou a suas famílias, os problemas de

---

[34] Excerto do livro do mesmo autor, *Conversas com quem gosta de ensinar*, Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, São Paulo, Cortez, 1981. (Os excertos referidos nesta e nas notas seguintes até a vigésima constituem seleção realizada pelos organizadores dos treinamentos aqui referidos).

[35] Excerto da *Revista Educação e Avaliação*, São Paulo, Cortez, ano 1, jun. 1980.

[36] Excerto da revista *Educação e Sociedade*, ano 1, n.2, 1979.

comportamento e aprendizagem; os textos, ainda, apontam para a necessidade de se compreender criticamente a realidade social e a inserção da escola nesse contexto, para que tanto o ensino como a democratização da escola pudesse se concretizar.

Importante destacar dentre os textos utilizados: “Professora e Aluno na Escola Básica: Encontros e Desencontros”, de Elba Siqueira de Sá Barreto[37], “Como poderei criar uma relação de ajuda”, de Carl Rogers[38], “A Escola e a Política”, de George Snyders[39], e “Enfrentando o Fracasso Escolar”, de Ana Maria Popovic[40], como também, as fábulas: “O rei dos Animais” e “Socorro”, de Millôr Fernandes[41].

Além dessas realizações, o Deplan organizou ainda, no mesmo ano, treinamento para professores, apresentando trabalhos recentes sobre a aprendizagem da leitura e escrita, destacando-se: a tradução transcrita da palestra proferida por Constance Kamii “Educação Construtivista: uma orientação para o século 21”[42], o artigo de Emilia Ferreiro, “Deve-se ou não Ensinar a ler e a Escrever na Pré-Escola? Um Problema Mal colocado”[43], e “O Desenvolvimento Cognitivo e a Prontidão para a Alfabetização”, de Lúcia Lins B. Rego[44].

---

[37] Excerto do artigo “A professora primária frente a alunos e alunas de distinta condição social”, da mesma autora, publicado na *Revista Ande*, ano 1, n.2, 1981.

[38] Excerto do capítulo II, “As características das relações de ajuda psicológica, do livro Tornar-se Pessoa, Lisboa, Maraes, 1970.

[39] Excerto do livro do mesmo autor *Pedagogia Progressista*, Coimbra, Livraria Almediana, 1974.

[40] Artigo publicado na revista *ANDE*, ano 1, n.2, Associação Nacional de Educação, 1981.

[41] Excertos do livro *Fábulas Fabulosas*, Rio de Janeiro, José Álvaro, 1964.

[42] A palestra foi proferida no Centro de Círculo de Crianças da Universidade de Illinois, e traduzida Zayra Freitas Guimarães para circulação interna no Deplan (1992).

[43] Publicado no Boletim da Direção de Educação Pré-Escolar, n.2, dezembro de 1982.

[44] Capítulo 2 do livro *Aprender Pensando*, Recife, Secretaria da Educação do Estado de Pernambuco, 1983.

Ao que parece, houve, de fato, por parte da SME, uma intenção de redimensionar a atuação do Serviço de Psicologia Escolar e, em contrapartida, observa-se que o Serviço também procurou sistematizar, de acordo com as diretrizes adotadas, proposta de trabalho para o ano seguinte, definindo sua participação junto ao Deplan, na perspectiva de contribuir mais efetivamente com o trabalho desenvolvido pela equipe escolar, em cada unidade, no próprio Departamento, integrando equipes responsáveis pela elaboração de orientações técnicas a serem levadas às escolas em forma de planos, subsídios, treinamentos, e nas Delegacias Regionais de Ensino, integrando equipes multidisciplinares e atendendo escolas de 1º grau e de educação infantil, que não contavam com a presença de psicólogo (*Proposta Inicial de Plano de ação para 1984*, 1984). Assim, seriam seus objetivos:

> Colaborar para a melhoria da qualidade de ensino, desenvolvendo atividades da área da psicologia, como apoio técnico ao processo ensino-aprendizagem; atender às prioridades da SME no que se refere ao atendimento às faixas de pré-escola e séries em processo de alfabetização, participando da capacitação de professores e no conhecimento do aluno, e atender às reais necessidades da escola através de ação multidisciplinar, integrada a todos os elementos da equipe escolar.

Quanto às funções específicas estabelecidas aos psicólogos escolares[45], nota-se que, mais uma vez, elas são mantidas, entretanto, nesse momento são apresentadas de modo detalhado, o que faz supor a provável busca de uma uniformidade para o trabalho a ser realizado pelo conjunto de

[45] Seriam as funções dos psicólogos: (1) participação das reuniões de equipe técnica administrativa na unidade, das reuniões pedagógicas e comissões de classes, observação e avaliação dos alunos; encaminhando-os, quando necessário, para as Clínicas Especializadas do Departamento de Saúde Escolar ou, para outros recursos da comunidade; (2) atuação junto aos professores, acompanhando-os em suas atividades e orientando-os individualmente, ou em pequenos grupos, através de cursos, palestras, reuniões, entrevistas; (3) atuação junto a grupos de alunos com dificuldades, e junto a monitores - alunos de 5ª a 8ª série; (4) orientação aos pais, no sentido de promover maior integração da criança na escola, por meio de atendimentos individuais, ou grupais, palestras e clube de mães. In: *Descrição de Atividades Desenvolvidas pelo Psicólogo Escolar*, 1984.

psicólogos escolares (*Psicológico na Rede Municipal de Ensino*, 1984; *Descrição de Atividades Desenvolvidas pelo Psicólogo Escolar*, 1984 e *Caracterização de alunos repetentes de dois ou mais anos na 1ª série de escolas municipais de São Paulo*, 1984).

Verifica-se, no entanto, alteração na ordem das prioridades do trabalho a ser desenvolvido, devendo o psicólogo inicialmente "procurar conhecer a escola, integrar-se à equipe escolar, informar e oferecer seus serviços à comunidade", e não mais "proceder a cadastramento psicológico de alunos" (Portaria 2025/77). Nessa perspectiva, deixariam de enfatizar "os distúrbios individuais" para estar mais atentos à estrutura de ensino. Além disso, comporiam "oficialmente" a equipe escolar, colaborando na elaboração dos chamados "períodos preparatórios para alfabetização", e na orientação e acompanhamento de classes em processo de alfabetização, na pré-escola, na 1ª ou na 2ª série (*Caracterização de alunos repetentes de dois ou mais anos na 1ª série*, 1984), mesmo mantendo a responsabilidade de encaminhar crianças às Clínicas Psicológicas (*Roteiro de Relatório Escolar para encaminhamento psicológico*, 1983).

Colaboraram ainda, para a reflexão e redimensionamento da atuação da psicologia escolar, dois livros publicados nesse período. *Psicologia e Ideologia – uma introdução crítica à psicologia escolar*, escrito por Maria Helena Souza Patto, T. A. Queiroz, São Paulo, 1984, e *Psicologia Escolar*, organizado por Yvonne Khouri, para a coleção Temas Básicos de Psicologia, EPU, São Paulo, 1984.

No livro *Psicologia e Ideologia*, a autora parte da crítica da "psicologia instrumental" e defende "a abertura do pensamento para além do estrita e restritamente psicológico, gerado no âmbito das demais ciências humanas e na coparticipação das classes populares"(p. 4). Na introdução, faz referência ao Serviço de Psicologia Escolar da prefeitura de São Paulo,

reconhecendo a preocupação, entre os coordenadores do grupo de psicólogos escolares, “de imprimir outro rumo à atuação do psicólogo escolar, para além dos limites impostos pelo atendimento numa linha tradicional de diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem”(p.5), e cita o I Ciclo de Debates realizado em 1978, como ilustrativo dessa preocupação. Cabe salientar, ainda, que no quinto capítulo a autora apresenta e discute a pesquisa que fez sobre a representação da realidade social e escolar dos psicólogos escolares, que inclui o grupo da prefeitura, provavelmente realizada em 1979, além de retornar à discussão de alguns temas apresentados no livro *Introdução a Psicologia Escolar*, o qual organizou.

De outro modo, o livro *Psicologia Escolar*, teve por objetivo “oferecer subsídios para o estabelecimento de alguns paradigmas de atuação, definindo mais claramente a contribuição dos psicólogos à educação, a partir da reflexão crítica sobre a realidade educacional”. O livro foi escrito por Yvonne Khouri, criadora do Serviço de Psicologia Escolar e primeira chefe da Seção de Psicologia, e por psicólogos escolares que haviam trabalhado ou que ainda trabalhavam nesse Serviço. Cabe ressaltar que esse livro foi publicado num momento em que uma parcela de psicólogos escolares sinalizava, através dos órgãos de classe, a necessidade dos debates que teriam por objetivo definir a contribuição da psicologia ao processo educacional. Alguns dos trabalhos publicados nesse livro já haviam sido apresentados internamente aos psicólogos escolares da prefeitura, por ocasião do I Ciclo de Debates sobre o Atendimento Psicológico a Escolares, promovido em 1978, pela Seção de Psicologia do Departamento de Saúde Escolar da Secretaria Municipal da Educação da prefeitura de São Paulo e Associação de Psicólogos da Prefeitura. Além disso, a edição desse livro parece ter sido uma resposta pública ao processo de questionamento desse grupo de profissionais, quanto ao compromisso da psicologia escolar com a realidade educacional paulistana.

Sobre esse aspecto, particularmente, é importante citar a participação de alguns psicólogos da prefeitura no II Congresso de Educação (1983), promovido por várias entidades, dentre elas o Sindicato dos Psicólogos

do Estado de São Paulo e CRP06, no qual se propôs “a formação de equipes multidisciplinares, integradas por profissionais das áreas de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, para atuarem nas redes de ensino [...] comprometidas com a melhoria do nível de Educação para a população” (CFP E CRP-6ª região, 1994, p.117).

Pode-se afirmar, portanto, que, de fato, parece ter havido um redimensionamento tanto técnico como político, da atuação do psicólogo escolar, promovido nos anos em que o Serviço de Psicologia Escolar integrou o Deplan na SME (1983-1985), vinculado ao movimento maior que pretendia definir o papel social da psicologia, o que faz supor essas ações pudessem se consolidar, nos anos seguintes, fundamentando a construção de um projeto de atuação comum.

Não se pode esquecer, no entanto, de mencionar o contexto político brasileiro, no período de 1983-1985 quando, por peso da vontade popular, buscou-se o redimensionamento do regime, o fim do autoritarismo. Novos tempos. Eleições diretas para presidente da República – Movimento das Diretas-Já.

Iniciado no partido de oposição PMDB, em 1983, quando o deputado Dante de Oliveira apresentou emenda constitucional por eleições diretas para presidente da República, o movimento se intensificou nas ruas, em 1984. São emblemáticas as manifestações populares que antecederam a votação da emenda no Congresso Nacional, ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, em 10 de abril, e na cidade de São Paulo, em 16 de abril, reunindo cerca de 1 milhão e 2 milhões de pessoas, respectivamente. Segundo Fausto (1995) “a população punha todas as suas esperanças nas diretas: a expectativa de uma representação autêntica, mas também a resolução de muitos problemas (salário baixo, segurança, inflação) que apenas a eleição direta de um presidente da República não poderia solucionar” (p.509).

Embora a emenda não tenha sido aprovada, as eleições indiretas consagraram os candidatos da Aliança Democrática (PMDB e Frente Liberal), Tancredo Neves para presidente e José Sarney para vice, em 15 de janeiro de 1985.

"Acabou o ciclo autoritário; Tancredo é o 1º presidente civil e de oposição desde 64". Essa foi, a manchete do jornal *Folha de São Paulo* (Pilagallo, 2002, p.165), no dia seguinte ao da votação. Entretanto, antes da posse (15 de março) Tancredo adoece, vindo a falecer em 21 de abril. Sarney que tomara posse interinamente assume, então, efetivamente, a presidência da República.

Sarney assumiu o governo do Brasil numa situação econômica das mais difíceis: a inflação seguia sua escalada. Em 28 de fevereiro, anuncia o Plano Cruzado, convocando "as brasileiras e os brasileiros a colaborar na execução do plano e travar uma guerra de vida ou morte contra a inflação" (Fausto, 1995, p.522). Diz ainda o autor que "o governo parecia tornar realidade o sonho de um dia se ir dormir no Brasil e se acordar no dia seguinte na Suíça".

O Plano Cruzado após alguns meses já fracassara. Sentimento de frustração abalou a sociedade brasileira. Entretanto, alguma esperança foi depositada na Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988).

De todo modo, as liberdades públicas foram preservadas. Ainda, em maio de 1985, foram restabelecidas as eleições diretas para a presidência da República, como também foi aprovado o direito de voto aos analfabetos e a legalização de todos os partidos políticos.

Interessante observar que o PMDB, partido de oposição e de grande projeção na condução da redemocratização brasileira, nesse ano, é derrotado na capital de São Paulo, quando Fernando Henrique Cardoso perdeu as eleições da prefeitura para Jânio da Silva Quadros (1986 – 1988), mostrando

que continuavam vivas algumas das figuras políticas populistas, indicando a perda de prestígio do PMDB, em uma das mais importantes capitais do país.

Na administração Jânio Quadros, o Serviço de Psicologia Escolar voltou a pertencer aos quadros da Divisão Médica do DSE[46]. Nesse período, pode-se observar que qualquer possibilidade para a consolidação de um novo projeto de atuação para a psicologia escolar foi perdida.

Talvez já estivesse perdida, como mostra a pesquisa realizada por Wanda Maria Junqueira Neves *O Psicólogo Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo: Atividade e Representação – subsídios para uma definição profissional*[47]. Com o objetivo de conhecer a atividade do psicólogo escolar da PMSP, através de suas ações e representações, por meio de questionário respondido pelos próprios psicólogos escolares, composto por questões relativas à formação, motivos que o levaram a trabalhar na PMSP e representações quanto à sua autonomia, função da escola, condições de trabalho, e por entrevistas abertas, realizadas no ano de 1986, a autora apontou, a partir dos resultados encontrados para uma situação que lhe pareceu "muito pouco definida". Ilustra a resposta que os sujeitos deram à pesquisadora quanto à orientação do Serviço de Psicologia Escolar: "a única orientação dada é que a prioridade de trabalho deveria ser a 1ª série" (p.149).

Os resultados de Neves mostram um Serviço de Psicologia Escolar deslocado da sua história e propósito, assim sentido e percebido pelos profissionais que dele participavam. Em suas respostas à pesquisadora, apontaram problemas externos relativos ao seu trabalho, como falta de integração entre os psicólogos, postura e tipo de proposta adotada na política educacional, isolamento, baixa remuneração, entre outros, sem considerar o seu próprio desempenho, como também os fatores estruturais do sistema

[46] Nesta pesquisa, não foi localizado qualquer documento que demonstre a volta do Serviço de Psicologia Escolar para a Divisão de Assistência Médica do DSE.

[47] Neves, Wanda M.J. *O Psicólogo Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo: Atividade e Representação – subsídios para uma definição profissional*, Dissertação de Mestrado, PUCSP, 1989.

educacional, o que na análise da pesquisadora dificultava uma verdadeira avaliação da atividade e a construção de propostas subseqüentes (p.153).

Embora nesta pesquisa não se tenha obtido dados para afirmar sobre um plano elaborado pela Seção de Psicologia, que definisse precisamente a atuação dos psicólogos na escola e sua inserção oficial na equipe escolar, dados indicativos permitem imaginar movimento nesse sentido, desde a criação do Serviço (*I Ciclo de Debates sobre o Atendimento Psicológico a Escolares*, 1978), como também nos anos em que o Serviço de Psicologia Escolar integrou o Deplan (*Programa de Trabalho do Setor de Psicologia Escolar para atuação no 2º semestre de 1983 dentro do Plano Emergencial da Secretaria Municipal de Educação*, 1983; *Atendimento Psicológico na Rede Municipal de Ensino*, 1984; *Descrição de Atividades Desenvolvidas pelo Psicólogo Escolar*, 1984; *Atendimento Psicológico as Escolas da Rede Municipal de Ensino: Uma Proposta de Trabalho*, 1985; *Capacitação de Recursos Humanos da Rede Municipal de Ensino da PMSP – atualização de psicólogos e fonoaudiólogos,* 1983; *Capacitação de Recursos Humanos da Rede Municipal de Ensino da PMSP*, 1983).

Ao que parece, entretanto, houve uma impossibilidade de apropriação por parte dos psicólogos escolares do projeto que poderia ser construído. Além da política educacional implantada, após 1986 na prefeitura de São Paulo, que fechou qualquer possibilidade para uma definição do papel do psicólogo escolar, pode-se afirmar que o término das discussões sobre a psicologia escolar entre os órgãos de representação da categoria dos psicólogos e educadores e a atenção crescente ao redimensionamento do sistema de saúde público brasileiro, com a participação de psicólogos nas equipes multiprofissionais de saúde, agravaram essa situação, culminando com a extinção do Serviço de Psicologia Escolar, em 1989.

A extinção do Serviço de Psicologia Escolar: transferência dos psicólogos da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Saúde

Uma política populista, autoritária, ainda mais burocratizada se instalou na Secretaria Municipal da Educação da prefeitura de São Paulo, com a posse de Jânio Quadros, em 1986, embora os registros oficiais acusem o objetivo de se implantar uma política de descentralização, priorizando a autonomia da escola e poder de decisão às Delegacias Regionais de Educação (*O Ensino Municipal na Cidade de São Paulo*, p. 29). Documentos elaborados pela gestão anterior, que continham orientações políticas e técnico-pedagógicas para a construção de uma escola democrática foram, literalmente, destruídos.

Alguma atenção, no entanto, foi dada ao Ensino Supletivo na rede municipal, com a integração da Secretaria da Família e Bem Estar Social, responsável pelo Programa de Educação de Adultos, à Secretaria da Educação. Em janeiro de 1986, a Secretaria da Educação e a Secretaria do Bem Estar Social tornaram-se uma só – Secretaria Municipal de Educação e Bem Estar Social (Decreto n. 21862/86), até maio de 1987, quando foi retomada a organização e a denominação anterior[48].

Para o Serviço de Psicologia Escolar, a alteração na estrutura da Secretaria teve como conseqüência seu retorno aos quadros da Seção de Psicologia da Divisão de Assistência Médica do Departamento de Saúde Escolar – DSE, reaproximando-o dos objetivos desse Departamento: "desenvolver programas de merenda escolar, oferecer assistência médica, odontológica e psicológica às crianças e adolescentes das escolas, no desenvolvimento e aplicação de técnicas adequadas à prevenção de anomalias

[48] Somente em 1989, já na gestão da prefeita Luiza Erundina e do secretário da educação Paulo Freire, o Programa de Educação de Adultos foi transferido da Secretaria do Bem Estar para a Secretaria Municipal de Educação, quando então foi criado o Projeto de Alfabetização de Adultos da cidade de São Paulo – MOVA (Decreto n.28302/89), em convênio com entidades e associações de bairro.

físicas ou mentais", encaminhando-os a tratamentos especializados, quando necessário. Portanto, afastando-o da elaboração de propostas educacionais realizadas pelo Departamento de Planejamento – Deplan, em qualquer grau que ela se desse, considerando a política implantada. Chama atenção a participação dos psicólogos escolares no *Programa "Férias Felizes"*, que ocorria nos meses de férias escolares, com o objetivo de realizar programa educativo, recreativo e nutricional, desenvolvendo atividades de canto, artes plásticas, dramatizações, jogos esportivos e motores, no treinamento de prevenção de acidentes e socorro de urgência e no curso de formação de monitores para treinamento em saúde escolar, desencadeados pelo DSE.

Nesse período, a Seção de Psicologia passou a ser chefiada pela psicóloga Maria Cristina Antunes Horta (1986 - 1988), que manteve a orientação original quanto à atuação dos psicólogos nas escolas, colaborando nas questões relativas ao processo de alfabetização – pré-escola, 1ª e 2ª série, a partir do plano estabelecido por cada uma delas. Algumas orientações técnicas sobre temas específicos foram possíveis – subsídios para professores – elaborados por pequenas equipes de psicólogos escolares pertencentes a uma mesma região: *Orientação sexual na pré-escola*, *Agressividade em sala de aula*, *Aspectos psicológicos da adolescência*, e *Características do aluno do Ensino Supletivo*. Entretanto, caracterizou o período isolamento dos psicólogos nas suas unidades, pois as reuniões regulares para troca de experiências ou elaboração de uma proposta coletiva de trabalho realizadas no período anterior, não mais aconteciam.

Tempo de desesperança e frustração para muitos psicólogos escolares. Fato significativo foi o "adormecimento" da Associação dos Psicólogos da Prefeitura – APP, que parecia não ter nenhuma razão imediata para existir[49].

---

49 O "adormecimento" da APP foi decidido em assembléia extraordinária, para a qual foi muito difícil conseguir quorum mínimo de participantes, que eram, em expressiva maioria, psicólogos escolares e clínicos da Seção de Psicologia do DSE (sócios fundadores).

Tempo de desesperança e frustração para a maioria da sociedade brasileira, apesar do fim do período de ditadura (1964-1985). O Plano Cruzado implantado pelo presidente José Sarney (28/02/86), para eliminar a inflação, em poucos meses fracassara – o país estava economicamente enfraquecido, sem perspectivas no futuro imediato.

Tempo de "uma certa modorra..."[50], no órgão de representação dos psicólogos de São Paulo – CRP06. A categoria, de algum modo, também adormeceu. São fatos representativos: a candidatura de chapa única para a direção do Conselho triênio 1986-1989, fato que não ocorria há três gestões, e a desistência de quase 50% dos conselheiros, nos anos seguintes à posse. É ilustrativa uma das explicações dadas pela gestão Palavra Aberta II, para a compreensão das renúncias, em matéria publicada no Jornal do CRP06, n.53, mar./abr. 1988:

> Tal fato mostra-nos que a crise dentro do Conselho espelha de certo modo a crise instaurada no país. [...] devemos lembrar que predomina a desesperança política na sociedade brasileira como um todo. Após anos de lutas por mudanças progressistas, finalmente a oposição ascendeu ao poder, mas não realizou nenhuma transformação significativa. Da transição resultou, sobretudo, um marasmo generalizado. (CFP E CRP-6ª região, 1994, p.146).

Observa-se também, nesse período, que a psicologia escolar e a participação do psicólogo em equipes multiprofissionais na educação pública perde espaço na agenda das discussões articuladas, nos anos anteriores, pelo CRP06 e Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo junto a outras entidades representativas dos profissionais de educação, destacando-se, entre outras, Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – Apeoesp, e a Associação dos Professores e Especialistas do Ensino Municipal – Apeem.

---

[50] Uma certa modorra..., é o título do capítulo 14 do livro *Uma Profissão Chamada Psicologia (CRP06-20 anos)*, publicado pelo Conselho Federal e Conselho Regional de Psicologia – 6ª região, 1994, que trata do período vivido pelo CRP06, no período de 1986-1989.

Ladeia (1991) faz uma retrospectiva sobre esse fato e conta que nos congressos realizados pela Apeoesp, em 1984 e 1985, a proposta sobre a participação dos psicólogos nas equipes multiprofissionais na educação foi apresentada e discutida, porém sem se chegar a nenhuma posição definitiva; concluiu-se, apenas, que a proposta deveria ser amadurecida para retornar à discussão em oportunidade posterior. O autor esclarece que esse impedimento decorria de "certa pressão de orientadores educacionais e outros técnicos da educação". Assim foi, segundo Ladeia, até que "a Apeoesp altera o rumo [...] e, abandona a perspectiva de estar discutindo a questão da psicologia e da formação da equipe multiprofissional na escola pública". (p.138 - 139)

Sem nenhum espaço (na própria administração, ou nos Congressos de Educação) que permitisse reflexão sobre sua própria história e de criação de um plano que pudesse consolidar as mudanças engendradas na administração anterior, os psicólogos escolares da prefeitura "adormeceram", não buscaram mais nada...

Esse foi o contexto que Neves (1989) encontrou ao realizar sua pesquisa *O Psicólogo Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo: Atividade e Representação – subsídios para uma definição profissional*, retratando a situação dos psicólogos escolares em 1986. Em sua análise, caracterizou a situação de esvaziamento da atividade do psicólogo escolar na PMSP, e levantou a hipótese de que os psicólogos se preparavam para abandoná-la (p.163). Na verdade, parece que a situação de abandono já se concretizava tanto pela via político-administrativa, que transferiu os psicólogos escolares do Deplan para o DSE, como pela perda de espaço de discussão com os demais profissionais da educação sobre a participação de psicólogos nas equipes multiprofissionais da educação, por parte dos próprios psicólogos, que não tinham conseguido, até então, consolidar uma nova ação e lutar por espaço de trabalho.

Entretanto, é importante registrar que, nessas condições, e sem a participação do grupo de psicólogos escolares e clínicos lotados na Seção de Psicologia, esta "ganhou" o status de Divisão[51] no DSE (Lei n. 10675/88), deixando, portanto, de estar subordinada à Divisão de Assistência Médica (ver organograma no Quadro 1 pp. 92-102)

O marasmo que se instalou para os psicólogos escolares nos anos Jânio Quadros não chegou a ser abalado nem com a notícia da transferência do Departamento de Assistência Escolar do Estado de São Paulo – DAE da Secretaria Estadual de Educação para a Secretaria Estadual da Saúde, em 1987. Era nesse Departamento que os psicólogos escolares do estado trabalhavam, e alguns deles acumulavam cargos também na prefeitura. Nessa ocasião, esses psicólogos passaram a trabalhar nos Centros de Saúde.

O problema do fracasso escolar continuou na pauta das discussões da educação e ganhou expressão na área da saúde. Na pauta das discussões do CRP06 sobre a psicologia escolar não mais aparece a luta pela participação do psicólogo em equipe multiprofissional na educação, entra em cena a discussão sobre novos modelos de diagnóstico para os problemas de aprendizagem: a "velha" questão da psicologia clínica.

Importante lembrar que esse tema – diagnóstico e encaminhamento de crianças consideradas com dificuldades em adaptarem-se às condições de ensino – ainda estava em discussão entre os psicólogos escolares da prefeitura, mesmo porque era considerado por alguns como determinante na sua atuação; além disso, esse procedimento era, ainda, considerado por muitos educadores como aquele que dava ao psicólogo seu estatuto profissional.

Nesse momento, envolvidos com o tema do fracasso escolar, alguns psicólogos escolares da prefeitura buscaram aprofundamento teórico na área

[51] Compunham a Divisão de Psicologia: Seção de Psicologia Clínica, de Psicologia Escolar e Seção de Apoio Técnico.

dos problemas de aprendizagem, e se juntaram aos pedagogos que, segundo Parente (2003)[52] vinham fortalecendo a área de estudo e atuação da psicopedagogia, que emergia com grande prestígio.

Assim, envolvidos com esse tema específico; distanciados dos questionamentos sobre os paradigmas que sustentavam a teoria e a prática da psicologia escolar, das discussões sobre as transformações necessárias à escola pública, no sentido de alterar sua condição autoritária, acritica, opressora, pode-se afirmar que a maioria dos psicólogos escolares da prefeitura de São Paulo permaneceu submissa, acrítica e adormecida.

Por outro lado, parece que, a maioria dos psicólogos escolares também desconhecia as transformações, que já eram realizadas no sistema público de saúde brasileiro, e que definiriam a extinção do Serviço de Psicologia Escolar e a transferência do DSE para a Secretaria Municipal de Saúde.

Foi no contexto da crise econômica no início dos anos 80, quando a população passou a se organizar e lutar por um sistema de saúde que atendesse toda a população, e não apenas aos contribuintes da Previdência Social, que o Conselho Consultivo de Administração de Saúde Previdenciária, instância criada pelo governo federal no Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS[53], propôs priorizar a assistência à saúde primária e ambulatorial, na perspectiva de reduzir e controlar os gastos

[52] Sonia Maria B. A. Parente trabalhou na Seção de Psicologia da prefeitura de São Paulo como psicóloga escolar de 1977 a 1980 e como psicóloga clínica (nas Clínicas de Saúde Escolar atendendo crianças de pré, 1ª e 2ª séries), de 1981 a 1987. Segundo a autora, "o campo dos problemas de aprendizagem foi sendo preenchido por um grupo que vinha se fortalecendo na época e composto na sua maioria por pedagogos, com especialização em Psicopedagogia no Instituto Sedes Sapientiae", que fundou em 1986, a Associação Brasileira de Psicopedagogia.

[53] O INAMPS era uma autarquia vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, até 1990, quando passou a fazer parte do Ministério da Saúde, responsável pela prestação de assistência médica aos trabalhadores urbanos, aos servidores do estado e aos trabalhadores rurais.

públicos com a saúde, de modo a “solucionar” a crise da previdência, e integrar esses serviços nos níveis: federal, estadual e municipal.[54]

Para implementar essa proposta, portaria interministerial (Ministério da Saúde; Ministério da Previdência e Assistência Social e Ministério da Educação e Cultura - 1984) autoriza a celebração de convênios com os estados e municípios, repassando recursos para as Secretarias de Saúde, através das Ações Integradas de Saúde – AIS que

> passam a ser incorporadas como eixo de organização para atenção integral à saúde da população, através de uma rede de serviços integrados e regionalizados, que teria a seguinte organização: rede de unidades básicas de saúde, rede de ambulatórios para atendimentos especializados e a rede hospitalar (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 6ªRegião, 199, p.11).

No ano seguinte, o Ministério da Previdência e Assistência Social estabelece como prioridades: “a humanização das ações assistenciais, o saneamento financeiro da Previdência, além da universalização do atendimento médico, equiparando as populações rurais e urbanas, trabalhadores ou não”. (Fiocruz, 2003) Estes temas ganham expressão na VIII Conferência Nacional de Saúde (Brasília, 1986), ao ser discutida a situação da saúde no país, quando é aprovado relatório, recomendando não só a descentralização do sistema, mas também a participação popular e a gestão local. Constituiu-se, aí, o movimento pela Reforma Sanitária Brasileira, que, ampliado para além da categoria médica, define o Sistema Único de Saúde – SUS e luta pela sua discussão na Assembléia Nacional Constituinte e inclusão na nova Constituição.

---

[54] Já em 1979, devido ao aumento cada vez maior dos gastos do Estado na compra dos serviços da rede privada, e à diminuição da receita previdenciária, o governo federal propôs plano de reorientação aos serviços básicos de saúde, prevendo, dentre outras ações, a regionalização dos serviços e dos profissionais. Embora esse plano tenha recebido apoio dos setores progressistas da sociedade, acabou por ser rejeitado, em virtude de pressões do setor privado.

Em 05/10/1988 foi promulgada a nova Constituição brasileira, determinando que as ações e serviços públicos de saúde passariam a integrar uma rede regionalizada, constituindo um sistema único. No art. 198, ficam, portanto, explicitados:

I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo,

II – atendimento integral, com prioridade para ações preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade.

De acordo com essa orientação, foram idealizadas as propostas para a Secretaria da Saúde do município de São Paulo, para a próxima gestão 1989 – 1992, que teve como prefeita Luiza Erundina. Com ela, assumiu a Secretaria da Educação Paulo Freire, que permaneceu até o mês de maio de 1991, tendo sido substituído, até o final da gestão, por Mario Sergio Cortella e, o então Deputado Federal, Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, como secretário da Saúde.

Nos primeiros meses dessa administração, a Secretaria Municipal de Educação foi parcialmente reorganizada. Pelo Decreto n. 27813/89 foram transformadas as instâncias da Superintendência Municipal de Educação - Supeme e o Departamento de Planejamento – Deplan em Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa – Conae, e Departamento de Orientação Técnica – DOT, respectivamente, e as Delegacias Regionais de Educação Municipal em Núcleos de Ação Educativa – NAEs, e pelo Decreto n. 27695/89, transferiu o Departamento de Saúde Escolar – DSE da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria de Higiene e Saúde, extinguindo dessa forma todos as atividades realizadas até então (1967 – 1988).

Justificativa para a transferência do DSE foi dada com base no novo modelo de atenção à saúde mental (*Para compreender a atual política*

municipal de saúde mental do governo democrático e popular da cidade de São Paulo, 1989). Os profissionais desse Departamento, incluindo os psicólogos escolares e clínicos da Seção de Psicologia, passaram a integrar os quadros dos equipamentos destinados a atender nessa área: Hospital Geral, Hospital Dia, Unidades Básicas de Saúde – UBS, ou Centro de Convivência e Cooperativa[55].

Assim, por decreto, determinou-se que os psicólogos escolares participariam das equipes multiprofissionais de saúde.

O novo modelo implantado, fundamentava-se "no combate à cultura manicomial presente nas instituições e na maioria da população, na criação de um modelo assistencial de saúde mental que tornasse desnecessária a internação psiquiátrica asilar, e no confronto político contra a instituição psiquiátrica manicomial e asilar e seus interesses subjacentes" (*Para compreender a atual política municipal de saúde mental do governo democrático e popular da cidade de São Paulo*, 1989).

Nessa perspectiva, a escola passaria a encaminhar seus alunos para as Unidades Básicas de Saúde - UBSs, onde os alunos seriam recebidos por uma equipe multiprofissional para triagem, que incluía entrevistas com o professor, orientador pedagógico e com o próprio aluno. Caso confirmada a suspeita de "quadro clínico específico de saúde mental" (deficiência mental e doença mental) a providência seria a realização de psicodiagnóstico e, se necessário, atendimento terapêutico na própria UBS. Não sendo comprovado

[55] De acordo com o documento *Para compreender a atual política municipal de saúde mental do governo democrático e popular da cidade de São Paulo*, 1989, a unidade de saúde mental em hospital geral atenderia emergências psiquiátricas (leitos de observação, enfermaria psiquiátrica, e psicologia hospitalar); o hospital-dia teria a função de oferecer atenção intensiva ao paciente em crise, sem exclui-lo do convício familiar e social, evitando a internação, a reinternação, a cronificação e a estigmatização do usuário; a unidade básica de saúde teria por função estabelecer contato com as instituições – escolas, creches, fábricas – promovendo reflexão sobre seu funcionamento, exercendo papel questionador dos processos sociais geradores de sofrimento (sistema educacional inadequado, relações sociais de trabalho); e os centros de convivência e cooperativa seriam espaços de reintegração social e produtiva à parcela excluída da população, e, para isso, ofereceriam atividades culturais e esportivas.

“quadro clínico”, o procedimento previa orientação à família e aos “agentes institucionais da escola”. Na persistência da escola encaminhar alunos em que não se verificasse “quadro clínico”, uma ação da equipe de saúde mental seria realizada na própria escola, utilizando-se da estratégia de análise institucional. Além disso, a escola poderia utilizar os serviços da equipe multiprofissional do Centro de Convivência, encaminhando pais, alunos e professores, para discutirem e refletirem sobre as práticas educacionais.

Essa proposta foi fundamentada, de acordo com o plano de saúde mental proposto, na “distorção” que existia no encaminhamento de crianças aos serviços de psicologia”, e na “concepção profilática atrasada” das ações dirigidas à população escolar até 1988. Ou seja, os dados sobre encaminhamentos realizados pela escola, referentes aos distúrbios de conduta e de aprendizagem dos alunos, foram analisados como mantenedores de “exclusão autoritária”, pois esse procedimento buscava legitimar, no campo da saúde, os problemas institucionais gerados na sua dinâmica interna, seja por não compatibilizar métodos pedagógicos e necessidades dos alunos, seja como forma de resolver os conflitos que se instalavam entre a conduta do professor com aluno, ou entre os próprios alunos.

Alguns profissionais não concordavam com essa análise para o Serviço de Psicologia Escolar, e, inquietos, formaram um pequeno grupo (cerca de oito participantes), que resistiu à mudança, embora administrativamente a transferência já tivesse ocorrido. Concordavam que o Serviço de Psicologia Escolar não tinha consolidada uma proposta coletiva de atuação, mas pensavam que sua extinção caracterizaria o rompimento com qualquer possibilidade de se construir um plano que refletisse a concepção que enfatizava a atenção primária em saúde, entendida, como afirma Contini (2000), “para além dos limites da ausência de doença, ligada aos vários aspectos que estão presentes na vida do homem, como moradia, lazer, educação, trabalho, etc” (p.47).

O grupo que resistiu à transferência afirmava que transformações na ação do psicólogo escolar vinham ocorrendo, e em encontros com a chefia do Departamento de Saúde Escolar, em reuniões com o então secretário da educação, Paulo Freire, tentou reverter essa decisão. Para fundamentar as discussões, esse grupo escreveu um breve documento: *A Psicologia e a Educação Municipal*[56], no qual defende o Serviço de Psicologia Escolar, discordando da análise expressa no plano de saúde mental proposto.Assim, esse grupo considerava que

> se historicamente a psicologia era vista como possuidora de técnicas eficazes para ajudar no "aumento da produtividade" do sistema escolar, colaborando para a manutenção do *status quo*, isso há algum tempo mudou. Há anos trabalhamos com o objetivo de alterar as relações interpessoais de todos quantos pertencem à comunidade escolar, a partir de um modelo comprometido com a transformação da estrutura social e não mais com sua conservação. Nossa atuação visa a participação no processo educacional, seja na forma da organização geral da escola, na relação com a comunidade a que pertence, no seu sistema de comunicação, na sua atividade curricular.
>
> Se a psicologia escolar tem realizado atividades coincidentes com a visão tecnocrata da educação, tais como atendimento de alunos, pais e professores, na forma de contatos individuais, é porque esse tem sido o ponto de partida que tem permitido ao psicólogo escolar explicitar as relações repressivas e autoritárias observadas na prática educativa.

Entretanto, o grupo reconhecia as dificuldades e a importância do trabalho ao afirmar, que

> o sistema social internalizado pelas pessoas opõe-se à modificação do tipo de relação vigente (autoritária). A instituição tenta fortemente assimilar o

[56]Documento não publicado.

> novo ao velho, modificando algumas coisas, sem, no entanto, alterar a qualidade das relações, que no fundo se mantém a mesma.

Assim, reafirmavam a necessidade da manutenção de um núcleo ou setor de psicologia escolar. Inútil, o Serviço de Psicologia Escolar foi extinto. O rumo dado pela administração parecia não ter volta.

Esclarecedor é o depoimento da médica Ana Cecília Sucupira (1992), diretora do DSE, no período de transferência[57]:

> Quando assumi o Departamento (1989), eu já assumi com uma proposta, de passar da Secretaria da Educação para a Secretaria da Saúde, o que aconteceu logo em março. E a proposta era desativar (o DSE), dentro da proposta do Sistema Único de Saúde de que todos os órgãos públicos que prestavam serviço de saúde deviam ficar sob uma única coordenação, que era a Secretaria Municipal de Saúde. Foi isso que marcou a transferência do Departamento de Saúde Escolar para a Saúde.

Mas, para "salvar" a psicologia escolar, pode-se ainda pensar que se a grande maioria dos profissionais participassem da "resistência" a decisão pudesse ser revertida. Talvez.

São várias as possibilidades de explicação para a não adesão a esse grupo de um número maior de psicólogos. Talvez a Secretaria da Saúde desse para alguns o conforto de manterem o estatuto de psicólogo (psicologia clínica / modelo médico), para outros poderia significar que o trabalho na UBS (que passou a receber os encaminhamentos da escola) seria facilitado, pois poderiam intervir nas questões de aprendizagem, livres das interferências da

[57] Entrevista concedida à Marisa I. S. Castanho por ocasião da elaboração da tese *O Psicólogo da Educação para a Saúde: Processo de construção de uma Identidade*, São Paulo, Instituto de Psicologia – USP, 1996, apêndice da tese.

instituição escolar. Mas, há um fator que parece ter sido determinante: os profissionais, agora lotados na Secretaria de Saúde, recebiam em seu salário uma verba adicional, Gratificação de Assistência à Saúde – GAS, que aumentava em 95% seus proventos[58]. Retornar à Secretaria da Educação implicaria, portanto, em perda de salário.

De todo modo, o pequeno grupo que ainda defendia a psicologia escolar acreditava poder manter a verba GAS, pois se apoiava na concepção de assistência primária à saúde, como forma de garanti-la. Assim, contando com a verba em seus salários, algumas psicólogas escolares desse grupo, três apenas, aceitaram trabalhar no Departamento de Orientação Técnica – DOT (antigo Deplan) da Secretaria Municipal da Educação, "emprestadas" pela Secretaria Municipal da Saúde, participando de equipes responsáveis por diferentes programas implantados na rede de ensino – Programa de Alfabetização de Crianças, Programa de Alfabetização de Adultos, Programa de Orientação Sexual, Programa de Integração 4ª e 5ª série, dentre outros. Entretanto, isso só ocorreu pela sensibilidade do Professor Paulo Freire e pelo reconhecimento dos profissionais do DOT do trabalho do psicólogo, visto alguns deles terem acompanhado a trajetória do Serviço de Psicologia Escolar.

Essa foi, sem dúvida, uma oportunidade para psicólogos participarem de equipes multiprofissionais de educação, retomando uma das ações implantadas no Serviço de Psicologia Escolar, na gestão Guiomar Namo de Melo (secretária da educação 1983-1985), mas também concretizando a ação defendida pela categoria de psicólogos escolares, quando isso ainda era tema de discussão nos Congressos de Educação. Entretanto, essa possibilidade teve curta duração, pois em 1990, por determinação da Secretaria da Saúde, mereceriam gratificação no salário apenas, os profissionais que efetivamente trabalhassem nessa secretaria. Nessas

[58] A verba GAS foi a maneira pela qual a prefeitura de São Paulo encontrou para garantir o redimensionamento do atendimento à saúde no município, seguindo a proposta implantada pelo SUS, porque não recebia, como até hoje não recebe, verba desse sistema.

circunstâncias, um único profissional aceitou ter seu salário reduzido, e permaneceu até julho de 1992 na DOT, assumindo sua vaga em UBS por pouco tempo. Como protesto final me demiti em maio de 1994.

Ainda uma questão (im)pertinente

É inevitável, no entanto, que ao finalizar esta pesquisa novas questões se coloquem sobre a psicologia e o trabalho realizado por psicólogos da Secretaria da Saúde da PMSP junto à rede de ensino. Quais são as realizações da psicologia em favor das necessidades educacionais atuais? Em quais teorias e técnicas se apóia? Que atividades desenvolvem? A experiência engendrada na Secretaria da Educação, de algum modo colaborou para a análise e reflexão crítica da psicologia e a concretização das mudanças esperadas?

Novos estudos poderão respondê-las. Mas vale a pena finalizar este trabalho com algumas considerações gerais.

A psicologia, por meio dos seus órgãos de representação profissional, tem participado de movimentos sociais que buscam na efetiva consolidação da democracia brasileira, na construção de uma sociedade mais justa e solidária. “Psicologia e Compromisso Social” tem sido tema de alguns de seus congressos, jornais e revistas. Promoção de Saúde seu objetivo principal. Tenta, assim, integrar-se às novas perspectivas de transformação da realidade social, fundamentada na intervenção de cada cidadão no seu espaço de ação – família, bairro, município, nação, e ultrapassar seus limites como conhecimento desconectado da política em seu sentido lato, buscando interlocução com outras áreas do conhecimento científico, marcando seu caráter interdisciplinar.

Evidentemente a educação e a escola estão incluídas nesse propósito. Entretanto, no âmbito acadêmico parece que esse caminho se faz lentamente.

Em levantamento realizado por esta autora e colaboradores em 2001[59], em 56 estudos realizados no período de 1991 a 2000, em programas de pós-graduação de Psicologia da Educação e Psicologia Escolar em três universidades da cidade de São Paulo e em duas do interior do Estado verifica-se uma concentração de pesquisas voltadas ao ensino, particularmente na formação de professores e na relação professor-aluno. O fracasso escolar e o desenvolvimento de crianças pré-escolares e escolares são temas presentes nesses estudos. Raros são aqueles que tratam da exclusão escolar e social, das crianças institucionalizadas ou daquelas que vivem nas ruas. Embora sejam anunciadas as preocupações dos pesquisadores com as políticas públicas para a educação, um único trabalho, que aborda a psicologia no projeto educacional de uma escola pública, foi localizado.

No âmbito profissional, Yamamoto (2000) faz um alerta. O processo de mudança da psicologia pode se caracterizar como "gattopardismo"[60] – "a psicologia muda em aspectos secundários, mantendo intacto o núcleo central". Com respeito à psicologia exercida no sistema de saúde, e em novos campos como esporte, judiciário, ambiental, diz o autor que

> se aproximarmos nossa lupa para examinarmos mais de perto as atividades que os psicólogos estão desenvolvendo nesses locais é inescapável a conclusão de que *prevalece a reiteração de atividades tradicionais* (utilização de métodos e técnicas psicológicas para diagnóstico psicológico, orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica e solução de problemas de ajustamento, Lei 4119/62) em relação à *emergência de novas práticas*. (grifos do autor, p.226)

---

[59] "Contribuição da Psicologia da Educação?" Pôster apresentado na XXXI Reunião Anual de Psicologia da SBP, Rio de Janeiro, outubro de 2001. O levantamento compôs uma unidade da disciplina Psicologia da Educação I, do 6º período, do Curso de Psicologia da Universidade São Marcos, no primeiro semestre de 2001.

[60] Segundo Yamamoto (2000), a expressão gattopardismo é "uma referência ao livro *Il Gattopardo*, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa. Abordando a decadência da aristocracia e a emergência da burguesia, em meio ao processo de unificação italiana, uma das lições políticas que o príncipe Don Fabrizio da Sicília repete é que *algo deve mudar, se não se quer mudar nada*". (p.227)

Para o autor, a psicologia tem feito essa opção conservadora porque está aí, nas atividades convencionais, parte importante do “núcleo responsável pela identidade do psicólogo”. Impossível, portanto, superar o “gattopardismo”? Não. Segundo Yamamoto (2000, p.230), “é fundamental que a psicologia amplie sua base técnica para dar suporte às novas modalidades de ação; [...] é necessário transpor os limites da ação profissional e da ética do indivíduo para a ação política e coletiva...”.

Assim, a história do Serviço de Psicologia Escolar da PMSP, cujo desenvolvimento se deu entre avanços e recuos, desejos subjetivos (por quê não?), embates de forças antagônicas e tendências diversas, poderá ser utilizada como referência a novos estudos, mesmo porque parece que a questão sobre a definição do papel do psicólogo está aí, presente, tal como esteve durante o período de existência do Serviço de Psicologia Escolar. Hoje, talvez, travestida com novas denominações, posto que é exercida em novos lugares.

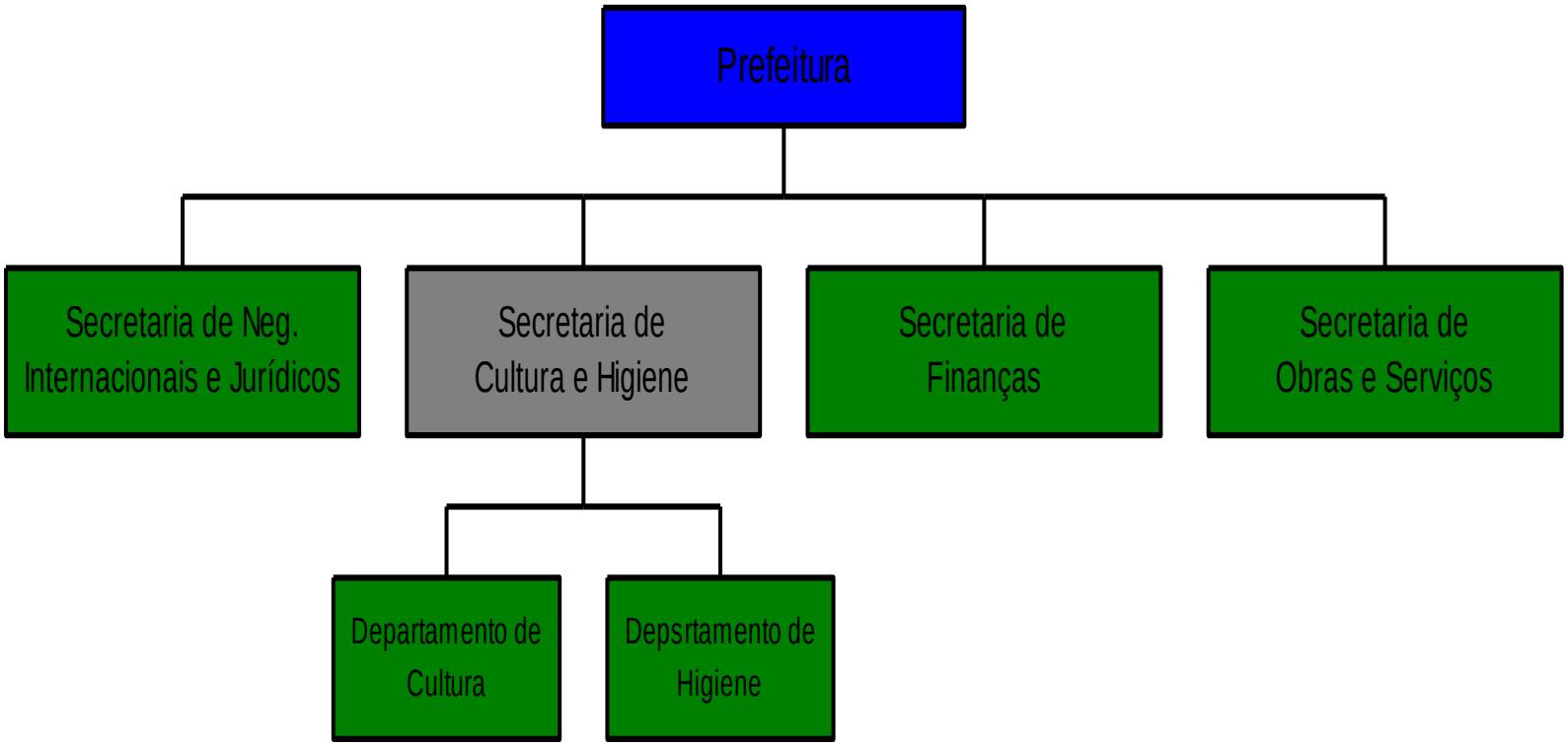
REFERÊNCIAS

LEGISLAÇÃO – Atos, Projetos de lei, Decretos, Portaria e Leis emitidas pela Prefeitura do Município de São Paulo.

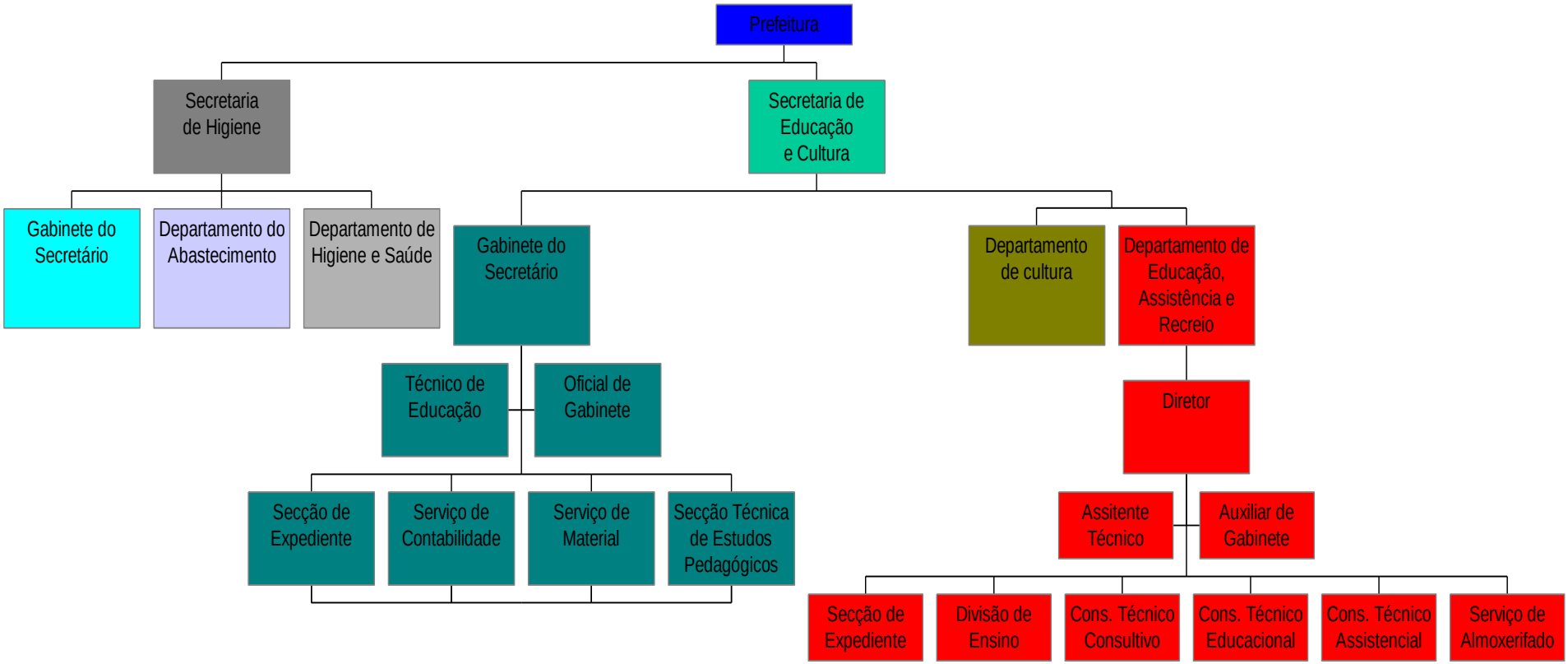
denominação	data	descrição	fonte
Ato n.767	Jan/1935	Cria o Serviço Municipal de Jogos e Recreio – localização, organização e instalação dos Parques de Jogos Infantis, com a proposta de colaborar na obra de preservação social e de contribuir para educação sanitária das crianças. O serviço seria dirigido por um higienista ou educador, auxiliado por uma Comissão Municipal de Recreio. Em cada parque teria um instrutor para meninos, e uma instrutora para meninas.	Anexo 1 do texto *A Experiência da P.M.S.P. em educação Infantil* (1975) Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental (H1.1/1)..
Ato n.861	Mai/1935	Organiza o Departamento de Cultura, responsável pelo Serviço de Parques Infantis, com a proposta de instalação dos Parques em bairros operários, nas proximidades das escolas e casas de apartamentos. Inclui o quadro de profissionais do Serviço de Parques Infantis um médico e para cada parque além dos instrutores, vigilantes. O documento apresenta a Comissão Municipal de Recreio, sendo constituída de um representante do Serviço Sanitário do Estado, de um representante da Diretoria de Ensino do Estado, de um representante do Departamento de Educação Física do Estado, do diretor do Instituto de Higiene do Estado, do professor de Biologia Educacional do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo e de um representante de instituições particulares de assistência e proteção à infância. Quando oportuno, a juízo do prefeito, seria instituída a assistência dentária nos Parques Infantis.	Anexo 2 do texto *A Experiência da P.M.S.P. em educação Infantil* (1975). Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental (H1.1/1).
Decreto Lei n. 333	1945	Cria a Secretaria de Cultura e Higiene, composta pelo Departamento de Cultura e Departamento de Higiene.	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.-

			Memória Técnica Documental SU. DOT,G. S a. 027/00 (H1.1/8).
Decreto-Lei n. 430	jul./1947	Desdobra a Secretaria de Cultura e Higiene nas Secretarias de Higiene e Educação e Cultura e na Secretaria de Cultura o Departamento de Educação, Assistência e Recreio. Esse Departamento teria por competência: promover a educação social da infância, desenvolver o espírito de cooperação, assistir e recrear, e difundir o ensino primário, vocacional e profissional.	Referência Legislativa Municipal de São Paulo
Projeto de Lei n.2549	1956	Encaminhado pelo prefeito à Câmara para a reorganização do Departamento de Educação, Assistência e Recreio, desdobrando-o em Departamento de Educação e Departamento de Recreação e Assistência, com as justificativas: de que o estado não possibilita a alfabetização de um número elevado de crianças, e não resolve o problema do analfabetismo no município de São Paulo.	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental (publicado no D.O. de 09/11/56, pp.70/71)
Lei n. 331	1956	Desdobra o Departamento de Educação, Assistência e Recreio. Cria o Departamento de Educação com: Divisão de Administração Escolar, Divisão de Assistência Pedagógica, Divisão de Instituições Peri-Escolares, na qual foi criada a seção assistência médico-dentária.	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental.
Decreto n. 5.100	1961	Dispõe sobre o funcionamento do Centro Educacional da Mooca para assistência médico-social, psicoterápica, alimentar, educacional, recreativa, e junto a esse um Setor de Psicologia Clínica, subordinado ao Setor de Psicologia Clínica da Seção Técnica Educacional do Departamento de Educação, Assistência e Recreio. Esse Setor de Psicologia Clínica seria composto por médico psiquiatra infantil, psicólogo clínico, psicopedagogo, assistente social, educador recreacionista, professor de. educação física, e auxiliar de escrito.	Referência Legislativa Municipal de São Paulo.

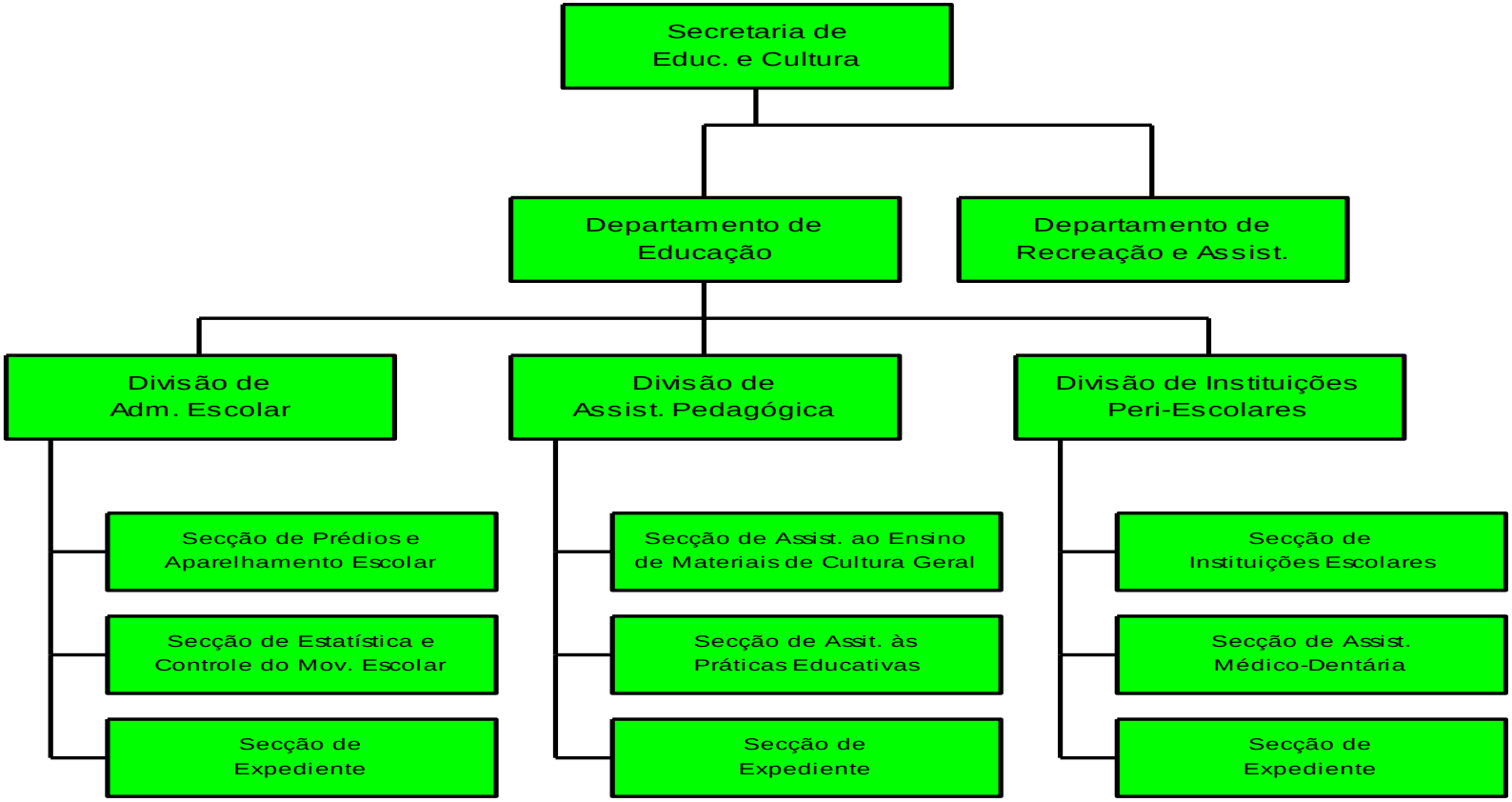
Decreto Lei 333 - 1945



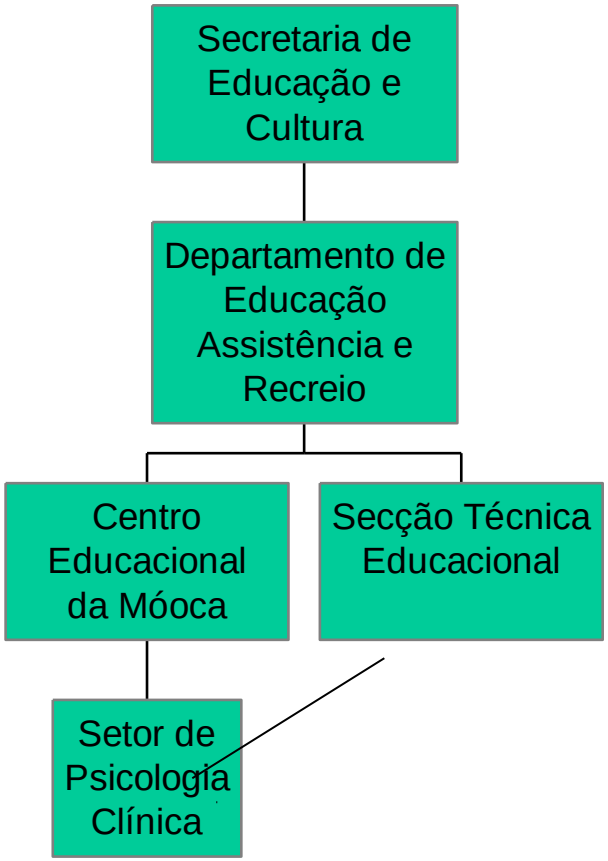
Decreto Lei 430 - 1947



Lei 331 - 1956

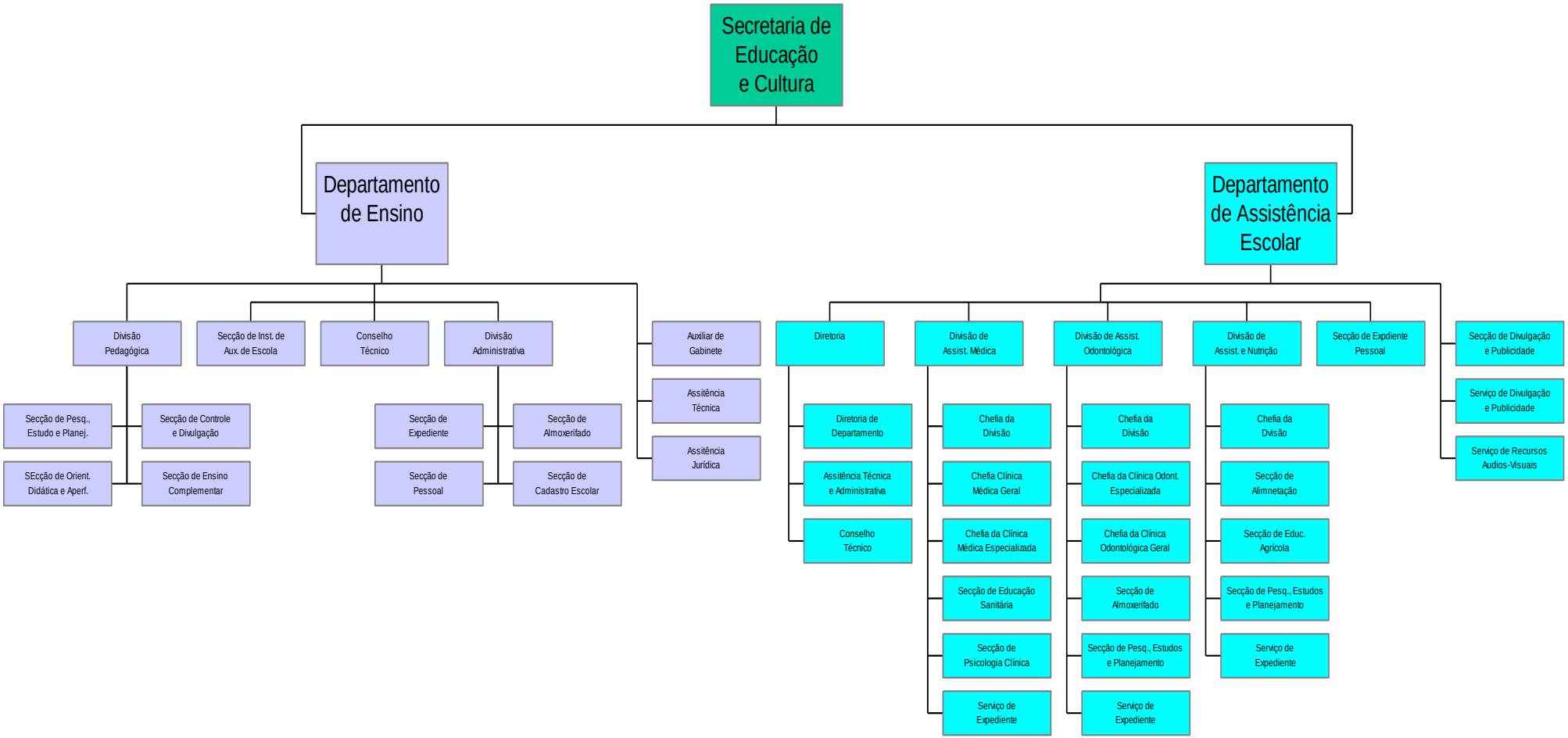

Secretaria de Educ. e Cultura
Departamento de Educação
Departamento de Recreação e Assist.
Divisão de Adm. Escolar
Divisão de Assist. Pedagógica
Divisão de Instituições Peri-Escolares
Secção de Prédios e Aparelhamento Escolar
Secção de Estatística e Controle do Mov. Escolar
Secção de Expediente
Secção de Assist. ao Ensino de Materiais de Cultura Geral
Secção de Assit. às Práticas Educativas
Secção de Expediente
Secção de Instituições Escolares
Secção de Assist. Médico-Dentária
Secção de Expediente

Decreto 5100 - 1961



Lei n. 7.037	jun./1967	Dispõe sobre a criação do Departamento Municipal de Ensino e do Departamento de Assistência Escolar, na Secretaria da Educação e Cultura. São transferidos para o Departamento de Assistência Escolar o acervo, dotações orçamentárias, pessoal, cargos e funções do Departamento de Educação, Assistência e Recreio, cujos serviços assistenciais passam a ser da competência desse departamento. Passa a constituir o Departamento de Assistência Escolar a Divisão Odontológica, a Divisão de Nutrição e a Divisão: de Assistência Médica, na qual foi criada Secção de Psicologia Clínica.	Referência Legislativa Municipal de São Paulo.
Portaria nº 2025	mai/1977	O Secretário Municipal de Educação Hilário Torloni fixa as atribuições para os psicólogos escolares do Departamento de Assistência Escolar. As atribuições do psicólogo escolar para com as classes de pré-escola e 1ª série são: proceder ao cadastramento psicológico de alunos, elaborar fichários de informações, fornecer aos professores dados psicológicos, colaborar com orientadores educacionais e assistentes pedagógicos, proceder à orientação psicológica de classes e alunos, sensibilizar professores em relação à importância da inter-relação professor-aluno, manter entendimentos com pais. Seriam atribuições também, a participação no processo de orientação profissional, o monitoramento de grupos de sensibilização e aconselhamento de professores, outros técnicos da escola e pais, proceder ao levantamento dos recursos da comunidade quanto à orientação psicológica, realizar pesquisas no campo psicológico escolar, e manter a direção da escola informada sobre as atividades realizadas.	Anexo: Capacitação de Recursos Humanos da Rede Municipal de Ensino da PMSP para psicólogos e fonoaudiólogos, realizado pelo Centro Nacional de aperfeiçoamento de Pessoal para a formação Profissional - CENAFOR - MEC Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta

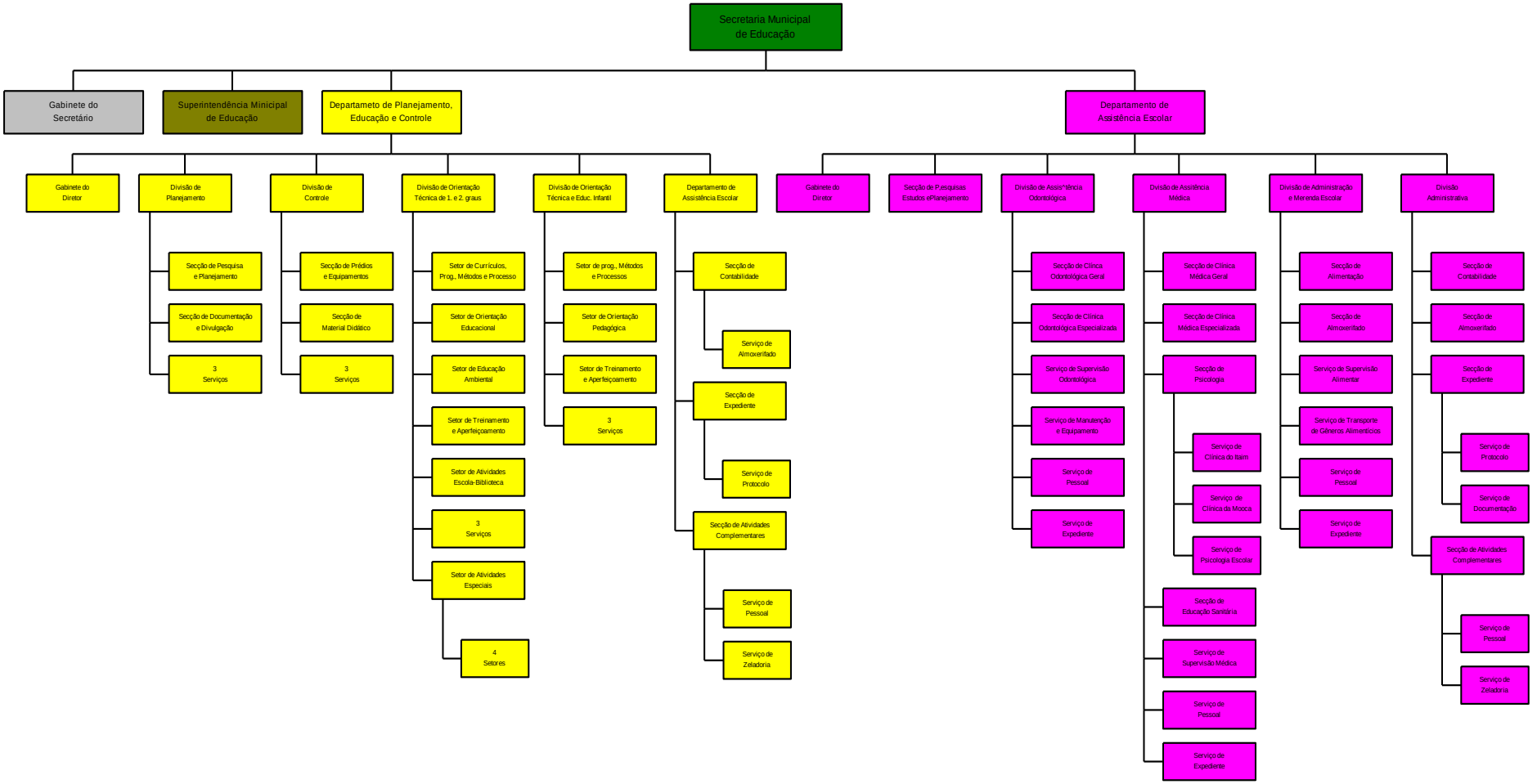
Lei 7037 - 1967



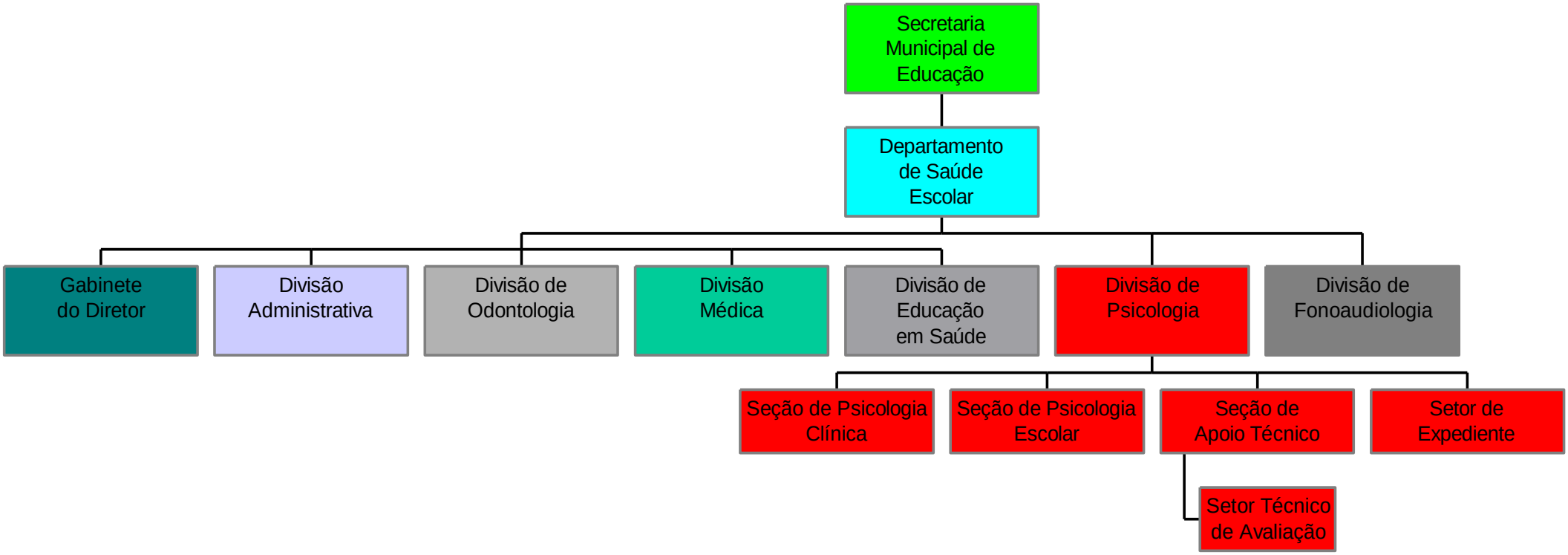
Decreto n. 15002	mar./1978	Reorganiza a Secretaria Municipal de Educação, considerando o disposto na Lei nº 8694/78 que impõe a unificação do Ensino Municipal compreendendo as áreas de educação infantil, de 1º e 2º graus, do supletivo e de educação de deficientes auditivos. Essa reorganização impõe a constituição da Superintendência Municipal de Educação, do Departamento de Planejamento, Orientação e Controle e do Departamento de Assistência Escolar e neste, dentre outras, a Divisão de Assistência Médica, responsável pela Secção de Psicologia, constituída pelos Serviços da Clínica do Itaim, da Mooca e de Psicologia Escolar.	Referência Legislativa Municipal de São Paulo
Decreto n. 17429	jul./1981	Altera a denominação do Departamento de Assistência Escolar para Departamento de Saúde Escolar.	Referência Legislativa Municipal de São Paulo
Decreto n. 21084	Jul./1985	Altera a subordinação do Serviço de Psicologia Escolar da Divisão de Assistência Médica do Departamento de Saúde Escolar – DSE para o Gabinete do Departamento de Planejamento e Orientação – Deplan, da Secretaria Municipal de Educação.	Referência Legislativa Municipal de São Paulo
Lei n. 10675	Nov./1988	Reorganiza o Departamento de Saúde Escolar da Secretaria Municipal de Educação. Cria a Divisão de Psicologia, composta pelas Seções de Apoio Técnico, de Psicologia Clínica e de Psicologia Escolar.	Referência Legislativa Municipal de São Paulo
Decreto nº 27695	Mar/1989	Transfere o Departamento de Saúde Escolar – DSE da Secretaria Municipal de Educação – SME para a Secretaria de Higiene e Saúde – SHS.	Referência Legislativa Municipal de São Paulo

Decreto 15002 – 1978

Secretaria Municipal de Educação



Lei 10675 – 1988



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO produzido pela Secretaria Municipal de Educação ou em algumas de suas unidades; entrevista e documentário em fotos.

autoria	data	descrição	fonte
produzido pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo	[1938]	*Parques Infantis* - documentário em fotos das atividades realizadas em sete Parques Infantis da prefeitura de São Paulo, com introdução e legendas das fotos escritas em português e inglês. As fotos mostram as áreas físicas dos parques, atividades de educação física, banho de sol, danças folclóricas, atividades de equilíbrio, jardinagem, costura e bordados, eleição da diretoria do Clube do Parque pelo sistema de voto secreto, jornais elaborados pelas crianças, atividades de recorte de gravuras, leitura de revistas e jogos tranqüilos. Há também fotos de uma biblioteca, atividades dramáticas ao ar livre, modelagem, carpintaria, marcenaria, assistência médica, de alimentação; os "tipos" de crianças freqüentadoras dos parques: italiano, português, sírio, brasileiro, e gráficos que demonstram a freqüência geral de crianças nos parques, a duração em horas do estágio das crianças durante uma semana e a escala de portadores de moléstias, como doenças de pele, de ouvido, de boca e garganta, infecto-contagiosas, dentre outras.	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental (DH.011-Ex.1)
produzido no Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo	1941	Origem e Propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos. Escrito por Nicanor Miranda – chefe da Divisão de Educação, Assistência e Recreio. O autor faz um histórico das idéias e a implantação em diferentes países dos Parques Infantis, especificando o trabalho dos Parques Infantis no Brasil. *Obs: esse texto faz referência ao documentário em fotos.*	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental (DH.027-Ex.1).
		Psicólogo Escolar na Área Municipal - entrevista concedida pela	Arquivo da autora

entrevista	1982	chefe da Seção de Psicologia para o jornal Folha da Tarde, contendo: estrutura de funcionamento do serviço de psicologia escolar, plano de integração do atendimento clínico e escolar	

MATERIAL DE TRABALHO: orientações aos psicólogos escolares, aos assistentes pedagógicos, orientadores educacionais e professores de escolas de 1º grau e educação infantil e a professores, produzidas por equipes da Seção de Psicologia, da Seção de Fonoaudiologia, Departamento de Assistência (Saúde) Escolar - DSE e/ou Departamento de Planejamento e Orientação – Deplan, da SME, e da Secretaria Municipal de Saúde.

autoria	data	descrição	fonte
produzido no Distrito Federal	[1930 -40]	*O Parque Infantil e Seu valor na Educação Popular* - trata dos Parques Infantis do Distrito Federal (Rio de Janeiro), salientando a importância do brinquedo; a caracterização das famílias operárias e a missão dos Parques Infantis. Na bibliografia do texto constam obras de, entre outros, Claparède, Dewey, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Mira y Lopez.	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental.
elaborado pelo Departamento de Planejamento – Deplan.	1974	*Projeto de Alfabetização* proposto pela Divisão de Orientação Técnica, Seção de Currículo, Programas, Métodos e Processos para que o professor, assessorado pelo assistente pedagógico e demais membros da equipe escolar, possa diagnosticar o nível de rendimento de sua classe e planejar o trabalho de alfabetização.	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação – Memória Técnica Documental (A. 1. 9/1).
elaborado pelo Departamento de Planejamento – Deplan.	1975	*A Experiência da prefeitura Municipal de São Paulo em Educação Infantil*, escrito por ocasião do I Encontro Municipal de Educação Pré-Escolar. Elaborado por Maria Tereza Fumagalli e outros, contendo histórico da educação infantil, da supervisão, orientação e assistência pedagógica e o trabalho desenvolvido por ocasião da elaboração do documento.	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação – Memória Técnica Documental (H. 1.1/1).
elaborado pelo Departamento de Planejamento – Deplan.	1975	*Orientação de Estudos para a 4ª Série* aos orientadores educacionais, para a realização de atividades que despertem o interesse dos alunos aos novos conteúdos. O documento oferece orientação para o diagnóstico e atividades que desenvolvam a	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação –

		noção de hábitos e horários de estudo, noção de responsabilidade e cooperação.	Memória Técnica Documental.
utilizados pela Seção de Psicologia	[1975 e seguintes]	*Teste Metropolitano de Prontidão forma R*. Adaptação e Padronização Ana Maria Poppovic – para caracterização de crianças de 1ª série. Esse teste "foi concebido para medir as características e aquisições que contribuem para o seu grau de prontidão; elaborado para testar alunos no fim do curso pré-primário ou no começo do primeiro ano e consta de seis sub-testes: palavras, sentenças, informação, semelhanças, números e cópia. O sub-teste palavras é de compreensão da linguagem; o sub-teste sentenças refere-se à compreensão de frases e sentenças; informação relaciona-se ao vocabulário; o sub-teste semelhanças é um teste de percepção visual, relativo ao reconhecimento de semelhanças; o sub-teste números mede o conhecimento de números, e o de cópia mede uma combinação de percepção visual e de controle motor". *Escala de Maturidade Mental Colúmbia*. Adaptação realizada pela equipe de psicólogos da Seção de Psicologia Clínica, utilizando-se para tal, escolares matriculados na 1ª série das escolas municipais de São Paulo. *Teste de Organização Perceptiva de N. Santucci* - Pré-Bender. Para a classificação das crianças da 1ª série e pré-escola do município, são utilizadas as Normas Brasileiras Provisórias - adaptação realizada pela equipe de psicólogos da Seção de Psicologia Clínica, em três níveis sócio-econômicos: baixo, médio e alto. *Avaliação Psico-Pedagógica* – cópia de forma geométrica e uma frase, utilizada por professores, para caracterização das crianças de 1ª série.	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta

		Avaliação da Prontidão para Alfabetização: desenho da figura Humana e avaliação dos sub temas palavras, sentenças, informação, semelhanças, de acordo com o teste Metropolitano. Essa avaliação é utilizada por psicólogos.	
elaborado pelo Departamento de Planejamento – Deplan.	1977	*Projeto Piloto de Orientação Escolar – Organização de classes de 1ª série através da utilização de testes*, com assessoramento dos psicólogos da Clínica do Itaim. O projeto pretende organizar classes com dados de nível mental e maturidade dos alunos, e tem por objetivo diminuir o elevado índice de retenção na 1ª série.	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação – Memória Técnica Documental. (P. 4.4/2).
elaborado pelo Departamento de Planejamento – Deplan.	1980	*Considerações Gerais sobre a Implementação do "Currículo Pré-Escolar" e "Programação Específica de Educação Infantil"* no processo de planejamento escolar. Desenvolvimento dos aspectos biológico, psicológico, sócio-cultural e da aprendizagem nas áreas: linguagem, habilidades conceituais, habilidades sociais, habilidades perceptivo-motoras, motricidade geral, esquema corporal, integração sensório-motora. Na bibliografia encontra-se referência ao livro Tratamento de Distúrbios da Aprendizagem de R. E. Vallett (São Paulo, Ed. Pedagógica e Universitária Ltda. 1977).	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta.
elaborado pelo Departamento de Planejamento – Deplan.	1981	*Informações Gerais sobre a Estrutura e o Funcionamento das Escolas Municipais de Educação Infantil*: características, dos fins e objetivos das escolas municipais de educação infantil, da organização administrativa, tratamento pedagógico ou forma pela qual são tratados os conteúdos específicos, o processo de avaliação e promoção.	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta.
elaborado pelo Departamento de Planejamento – Deplan.	[1981]	*Quadro Norteador do Trabalho de Prontidão*, contendo: identificação do nível de prontidão, desenvolvimento dos pré-requisitos e dificuldades que algumas crianças podem apresentar nas áreas de coordenação motora ampla ou motricidade geral, coordenação motora fina, coordenação visomotora fina, orientação	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta.

		espacial, orientação temporal, discriminação visual e auditiva, memória auditiva, visual e visomotora, atenção, observação e concentração, e análise e síntese.	
elaborado pelo Departamento de Planejamento – Deplan.	[1981]	*Algumas Considerações sobre o Ajustamento Escolar*, contendo: o clima psicológico em sala de aula; interação professor – aluno. Trata do professor como observador, como encorajador e como dinamizador de relacionamento. Subsídio elaborado pelo Setor de Orientação Educacional e disatribuído às escolas provavelmente para ser trabalhado pelos orientadores educacionais junto aos professores.	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta. Obs: cópia em mimeógrafo a álcool da EMPG João De Deua Cardoso de Mello.
elaborado pelo Departamento de Planejamento – Deplan.	1981	*Período Preparatório* escrito por Gammardella, Albanize A. A. Neves e Herchani, Norma B., por ocasião do Jubileu de Prata do Ensino Municipal, contendo: considerações gerais, aspectos do período preparatório a serem trabalhados na 1ª série: funções psiconeurológicas: coordenação motora ampla, visomotora e coordenação motora fina, esquema corporal, orientação temporal e espacial, percepção auditiva e visual; operações cognitivas: observação, atenção e concentração, memorização, classificação, ordenação, análise e síntese, e linguagem oral: fala, audição e vocabulário com sentido. Na bibliografia utilizada encontra-se Pensamento e Linguagem de Ana Maria Poppovic e equipe, 1ª ed., Abril S/A Cultural e Industrial, 1980.	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação – Memória Técnica Documental. (A. 1.6/2).
elaborado pela Seção de Fonoaudiologia	1982	*Orientação Fonoaudiológica* dirigida aos psicólogos escolares, para encaminhamento às Clínicas Psicológicas, onde o atendimento em fonoaudiologia era realizado. A orientação refere-se aos dados de anamnese específicos a fonoaudiologia; à comunicação oral e gráfica. Obs: Provavelmente essa orientação compõe a proposta do plano de integração clínica-escola.	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta.

elaborado pela Seção de Psicologia	[1982]	*Plano de Caracterização Escolar para Atendimento Psicológico* – orientação aos psicólogos escolares para observação das classes e para a realização de entrevistas com professor sobre as características da população atendida, formação da classe, atribuição da classe, dificuldades ou problemas encontrados, e quanto à elaboração de programas utilizados; com assistente pedagógico e orientador educacional com o objetivo de coletar dados que contribuam na análise da dinâmica geral da escola e do relacionamento dos técnicos. Obs: Diagnóstico baseado na queixa escolar para atendimento específico. Provavelmente escrito por uma equipe de psicólogos escolares que participam de um plantão para visitar escolas que requisitavam o trabalho do psicólogo escolar.	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta.
elaborado pela Seção de Psicologia	[1982]	*Considerações sobre o Atendimento Psicológico à 1ª série*. Orientação aos psicólogos escolares, com a descrição dos propósitos do Serviço de Psicologia Escolar – proposta de discussão sobre atitudes, técnicas, métodos, instrumentos utilizados pelos professores, principalmente em relação aos alunos multirepetentes. Obs: essa orientação considera os psicólogos escolares como técnicos da educação.	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta.
elaborado pelo Departamento de Planejamento – Deplan	1983	*Alguns Momentos da Interação da Criança com o Mundo*. O material trata do desenvolvimento das formas de representação da criança, abordando a imitação, egocentrismo, interiorização da ação, seus recursos intelectuais, emocionais e afetivos, bem como o seu contato com o professor.	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta.
		Programa de Trabalho do Setor de Psicologia Escolar para atuação	Arquivo de Maria Cristina

elaborado pela Seção de Psicologia	1983	*no 2º semestre de 1983 dentro do Plano Emergencial da Secretaria Municipal de Educação*. Relatório a ser encaminhado provavelmente à nova administração da Secretaria Municipal de Educação, contendo: apresentação; histórico – formação do setor e situação atual; projetos – integração das escolas municipais de educação infantil e classes de pré-escola nas escolas municipais com a escola de 1º grau; atendimento à 1ª série; distribuição dos psicólogos na rede municipal de ensino e formas de avaliação, como forma de apresentar as atividades realizadas pelo Serviço de Psicologia Escolar. Nesta data o Serviço de Psicologia Escolar conta com 95 psicólogos, sendo que cada um responde por uma ou duas escolas, realizando os seguintes trabalhos, de acordo com a necessidade e condições das unidades: encaminhamento de alunos, psicomotricidade, monitoria de alunos, trabalho com mães, trabalho com professores, classe experimental trabalho de integração escola municipal e escola de educação infantil, grupos de pesquisa, trabalho com estagiários de psicologia, trabalho com deficientes auditivos.	Antunes Horta.
elaborado pela Seção de Psicologia	1983	*Ficha de Caracterização de classe de 1ª série*, contendo: identificação da escola e da classe, nome do professor, tipo de classe, critérios para a formação da classe, época em que foi formada, se a classe foi submetida a alguma testagem psicológica ou pedagógica coletiva, dificuldades apresentadas pela classe, programação desenvolvida, planejamento de atividades relacionadas às funções específicas para a alfabetização, qual o critério de escolha do professor, perspectivas de mudança de professor, relação professor-aluno, nível de participação do professor no planejamento e na execução das atividades, se o professor busca auxílio do psicólogo para encaminhamentos de alunos, orientação individual com relação ao aluno, com relação a classe e outros integrantes da escola.	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta.

elaborado pela Seção de Psicologia	1983	*Roteiro de Relatório Escolar para Encaminhamento Psicológico*. O relatório de encaminhamento deve ser elaborado pelo psicólogo escolar, contendo: identificação da criança encaminhada, identificação do problema; caracterização do aluno a partir de entrevista e ficha de encaminhamento, preenchida pelo professor, entrevista com o responsável, análise do material escolar, dados de observação dos comportamentos do aluno em contato com o psicólogo na classe, no recreio, em outras atividades; síntese de como o caso vem sendo trabalhado pelo professor, pelo psicólogo escolar e outros dados considerados relevantes. Obs: anexos ao documento constam: modelo de ficha de encaminhamento do professor e roteiro para a análise do material escolar.	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta
elaborado pelo Departamento de Saúde Escolar	1984	*O Departamento de Saúde Escolar*. O documento aponta os objetivos do departamento, em uma ação voltada para os aspectos de promoção de saúde das crianças e demonstra suas atividades quanto: 1. à assistência médica – inspeção médica para fins de Educação Física, assistência médica a pré-escolares e escolares de 1º grau; assistência oftalmológica, vacinação, controle de doenças transmissíveis, medidas profiláticas de ordem geral e na escola, assistência psicológica, psicologia escolar e psicologia clínica, assistência fonoaudiológica. 2. Assistência Odontológica. 3. Assistência Alimentar. 4. Assistência à Saúde do Professor. Ao final segue, para conhecimento dos diretores de escola as normas do controle administrativo e técnico do trabalho de médicos e dentistas a serviço nas escolas municipais e uma lista com nome e endereço de instituições que atendem à população em geral. Obs: Provavelmente esse documento é elaborado para orientar diretores de escolas sobre as atividades do Departamento de Saúde Escolar.	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental (A.3.2. 5/5)
		Proposta Inicial de Plano de Ação para 1984. Essa proposta	Arquivo de Maria Cristina

elaborado pela Seção de Psicologia	1984	considera os aspectos: contexto institucional do exercício profissional; a formação do psicólogo e a proposta técnica de trabalho para atuação nos níveis: Departamento de Planejamento Deplan – participação dos psicólogos nas orientações técnicas a serem levadas às escolas nas formas de planos, subsídios, treinamentos; Delegacia Regional de Ensino – atuação em equipes multidisciplinares no atendimento as escolas; Escola de 1º grau e escola de Educação Infantil.	Antunes Horta
elaborado pela Seção de Psicologia	1984	*Atendimento Psicológico na Rede Municipal de Ensino*. O documento traz um histórico do Serviço de Psicologia, caracterizando o atendimento clínico, com a utilização da Psicoterapia Breve no atendimento grupal de crianças, e a ação do psicólogo na escola, apontando como contribuição mais efetiva o trabalho desenvolvido junto aos professores de 1ª série. O documento tem anexo tabela contendo as atribuições do quadro de profissionais da Seção de Psicologia, objetivos das funções e descrição das suas atividades, tempo gasto para cada atividade e a média mensal. Compõem o quadro da Seção de Psicologia: chefia de seção, encarregatura do Setor de Psicologia Escolar, encarregatura do Setor de Psicologia Clínica, encarregado de Clínica Psicológica de Saúde Escolar, coordenador regional de Psicologia Escolar, psicólogo escolar, psicólogo consultor, psicólogo clínico, psicopedagogo, professor especializado em deficientes mentais, escriturário, estagiário de psicologia escolar, e estagiário de psicologia clínica.	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental.
elaborado pela Seção de Psicologia	1984	*Caracterização de alunos Repetentes de dois ou mais anos na 1ª série de Escolas Municipais de São Paulo*. O estudo considera a situação sócio-econômica-cultural da população, avaliação qualitativa do professor sobre o aluno multirepetente, verificação do desempenho desse aluno em prova de leitura silenciosa com interpretação de texto, prova de gramática e ditado, prova de leitura	Arquivo da autora.

		oral, de matemática. A conclusão aponta para a questão do papel da escola não só para com os alunos multirepetentes; reconhecendo através das atividades realizadas, principalmente de matemática, que as experiências de vida que a criança traz para a escola é pouco aproveitada pela programação e sugerindo ao educador sensibilidade para perceber as capacidades dos alunos. O documento salienta o aspecto da disciplina como necessário a ser discutido e responsabiliza à estrutura de ensino por essa situação. Sugere a revisão da proposta educacional para os alunos multirepetentes em três níveis: procurando intervir no problema já instalado, propondo uma atuação preventiva, e refletindo sobre a questão da definição do processo ensino-aprendizagem. Obs: Os dados para a caracterização foram coletados em 1981. A publicação é justificada pela Seção de Psicologia na data de 1984, por considerar os dados coletados atuais para a data dessa orientação.	
elaborado pela Seção de Psicologia	1984	*Projeto de uma sala modelo e ludoteca de uma EMEI de Campo Limpo*. O projeto é escrito pela psicóloga escolar Márcia Carolina Handler. O texto trata das dificuldades do trabalho na pré-escola na periferia da cidade de São Paulo, da importância do jogo e do trabalho com arte, da situação de trabalho na escola, da constituição da sala de ludoteca, oferecendo uma lista de alguns materiais de sucata possíveis de serem coletados entre a comunidade e equipe escolar e utilizados nas atividades da sala e um índice de receitas de materiais, como tinta para pintura a dedo, guache, tinta de anilina, tinta para pintura caseira e outras.	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta.
elaborado pela Seção de Psicologia	1984	*Descrição de Atividades Desenvolvidas pelo Psicólogo Escolar*. São as seguintes as atividades: o psicólogo deve procurar conhecer a escola e se integrar à equipe escolar; informar e oferecer seus serviços à comunidade; realizar atendimento a alunos com dificuldade de adaptação e/ou rendimento escolar; participar das	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental

		reuniões pedagógicas como ouvinte ou com uma atividade definida anteriormente junto aos técnicos; auxiliar na avaliação de alunos para a formação de classes no início do ano letivo e nos remanejamentos durante o ano; participar em conjunto com a assistente pedagógica e orientadora educacional da orientação e acompanhamento de classes com programação específica de prontidão para a alfabetização ou de multirepetentes, identificando as necessidades dos alunos e apoiando os professores para esses trabalhos; participar da orientação e acompanhamento de classes de 2ª série em processo de alfabetização; participar do levantamento, orientação e acompanhamento da programação da pré-escola, voltado para a estimulação das habilidades consideradas necessárias ao processo de alfabetização; promover reuniões, entrevistas com professores; trabalhar na integração Escola Municipal e Escola Municipal de Educação Infantil. Nas Escolas de Educação Infantil deve o psicólogo escolar desenvolver atividades junto aos professores e alunos que proporcionam melhor adaptação do aluno novo; participar das atividades programadas pela escola, apoiando e subsidiando os envolvidos quanto aos aspectos de desenvolvimento infantil, relacionamento professor-aluno, caracterização de alunos, auto conhecimento e auto conceito; agilizar a formação de serviço de monitoria de alunos; participar e colaborar na elaboração do Plano de Trabalho da escola. Para o ano de 1984 as prioridades da Seção de Psicologia referem-se ao atendimento à pré-escola, 1ª série e 2ª série em processo de alfabetização; atuação do psicólogo escolar como consultor nas Delegacias Regionais de Ensino, atendendo escolas sem psicólogo, como também participando da equipe técnica da Delegacia.	
		Orientação para o Período Preparatório. O material contém	Arquivo de Maria Cristina

elaborado pelo Departamento de Planejamento – Deplan	1984	sugestões de atividades para aproximadamente 15 dias de trabalho, levando em conta a complexidade das habilidades a serem desenvolvidas, supondo a utilização de materiais simples. Para a utilização do material sugere-se, inicialmente, a aplicação da avaliação diagnóstica de prontidão para a alfabetização, análise do desempenho dos alunos na avaliação, remanejamento dos alunos de modo a manter reunidos os que necessitem de trabalho semelhante. Compõe essa orientação, atividades que desenvolvam as funções psiconeurológicas, operações cognitivas e linguagem oral. A orientação é para os assistentes pedagógicos das escolas de I grau para ser utilizada nas classes de pré-escola e de 1ª série, e às escolas de educação infantil.	Antunes Horta.
elaborado pelo Departamento de Planejamento – Deplan	1985	*Orientação para classes de 1ª série com dificuldades de aprendizagem – sugestões de atividades – 1ª etapa*. O texto trata do desenvolvimento da escrita e da sua compreensão e do papel do professor como alguém que cria condições para que a criança descubra por si mesma o sistema alfabético. As atividades sugeridas referem-se ao nome próprio, a utilização de palavras-chave na hora da história, passeio pela escola, desenho, rima de palavra, pescaria de palavras, ditado de fixação, ditado de adivinhação, dentre outras. Há sugestões de atividades que favoreçam a presença e uso da língua escrita, de atividades em pequenos grupos como jogo de baralho, dominó de cartas, quebra-cabeça e receitas de massa de modelagem para serem utilizadas em atividades plásticas.	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta.
elaborado pelo Departamento de Planejamento – Deplan	1985	*Estudos dos Índices de Retenção 82/83*. Trata-se de um relatório do estudo proposto a partir da comparação dos índices de retenção nas 1ª e 5ª séries quando observada modificação significativa nos mesmos.após a implantação do Plano Emergencial. Compõem o documento: justificativa, procedimentos, descrição das etapas, aplicação do instrumento e análise dos resultados por regiões e por	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental.

		escola. As ações para a resolução do problema da retenção destacadas são: recuperação, desdobramento, remanejamento; no entanto, o estudo aponta como necessidades: definição de uma linha pedagógica que viabilizasse um trabalho voltado para a aquisição do conteúdo, critérios para a aprovação, entendimento do processo de alfabetização como pertinente a todas as áreas do conhecimento, e garantia de uma continuidade sistematizada quanto à seqüência e gradação da dificuldade.	
elaborado pelo Departamento de Planejamento – Deplan	1985	*Por um Modelo de Escola Pública – subsídio para discussão do Regimento Escolar de 1º e 2º graus*. O documento trata dos seguintes aspectos: 1. a escola que desejamos: "escola universal, gratuita, obrigatória, sustentada no princípio da igualdade e no princípio da diversidade; a escola que cumpre a tarefa de ensinar e que tenha adequada sua pedagogia e didática às condições de vida material, características psicológicas e sócio-culturais dos alunos, e que seja uma escola crítica; que revalorize seus conteúdos, que considere o professor como um mediador, garantindo a ligação dos conteúdos com as condições de aprendizagem do aluno. 2.um currículo comum para a escola de 1º grau, respondendo a questão o que ensinar? E 3. a nova proposta curricular – currículo comum, como uma proposta de democratização da escola".	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta.
elaborado pelo Departamento de Planejamento – Deplan	1985	*Por um Modelo de Escola Pública – subsídio para discussão do Regimento Escolar relativo à Educação Infantil*. O documento apresenta uma reflexão sobre a situação atual, ressaltando a necessidade da pré-escola e a pressão dos movimentos populares pelo aumento do número de creches e pré-escolas públicas. Define as bases para a construção de uma pedagogia para a criança de baixa renda: que parta dos conhecimentos que a criança possui, que valorize esses conhecimentos e procure amplia-los, que	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta.

		busque desenvolver atitudes de curiosidade, observação e crítica, que propicie uma relação educador-educando calcada em base afetiva. O documento trata ainda, da necessidade de implantação de um currículo estruturado e de preparação para a alfabetização, da necessidade de assistir as crianças com o fornecimento de merenda, o desenvolvimento dos cuidados básicos de higiene e saúde e a oferta de período integral para as crianças cujas mães trabalham.	
elaborado pelo Departamento de Planejamento – Deplan	1985	*Programa de 1º Grau – Primeira Série*. Orientação específica sobre: Para quem e para que ensinar Língua Portuguesa – orientações metodológicas para a prática de leitura e produção de textos, e prática de análise lingüística. Para que ensinar Matemática – orientações metodológicas quanto ao modelo do programa, reorganização dos conteúdos – noção de número, coleções, correspondência, ordenação, agrupamento, equivalência, seqüência, cálculo mental, adição, multiplicação, subtração, figuras geométricas, características dos sólidos. Para que ensinar Estudos Sociais – orientações metodológicas quanto ao trabalho com relações sociais; espaço; tempo. Para que ensinar Ciências e Saúde – orientações metodológicas quanto: os órgãos do sentido e a percepção dos componentes do espaço físico, e classificação segundo diferentes critérios dos objetos do ambiente – tamanho, espessura, textura e forma.	Arquivo da autora.
elaborado pela Seção de Psicologia	1985	*Atendimento Psicológico as Escolas da Rede Municipal de Ensino: Uma Proposta de Trabalho*. A proposta tem por objetivo redimensionar a ação do psicólogo escolar na Secretaria Municipal de Educação. Na introdução, o documento aponta sobre as atividades isoladas da psicologia escolar, de base clínica, de consultório e sobre a transferência do Serviço de Psicologia Escolar para o Deplan, como forma de concretizar a participação da psicologia nos vários níveis do processo educativo, do planejamento	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta.

		e orientações técnicas gerais à rede. No item II Princípios o documento aborda as contribuições da psicologia enquanto ciência – desenvolvimento afetivo-emocional, cognitivo e social, relações humanas e funcionamento de grupos – define o psicólogo como técnico do Deplan, auxiliando e apoiando a escola no processo ensino-aprendizagem. No item III Considerandos, o documento aponta a necessidade de esclarecimento sobre as funções do psicólogo escolar e a necessidade de reorganização e redefinição da estrutura e funcionamento do Serviço de Psicologia Escolar, garantindo um trabalho interdependente em relação aos demais órgãos, setores e áreas da Secretaria Municipal de Educação. No item IV Propostas, define-se o atendimento direto às escolas; o atendimento a escolas sem psicólogo; a ação do psicólogo no planejamento das orientações técnicas dirigidas à rede; na orientação, documentação e supervisão geral do trabalho. No item Acompanhamento e Avaliação, o documento propõe uma supervisão técnica contínua do Serviço, através de visitas, relatórios e entrevistas, bem como apreciações da equipe escolar e dos técnicos das Delegacias Regionais de Ensino.	
elaborado pelo Departamento de Planejamento – Deplan	1986	*Características Psicológicas do Aluno do Ensino Supletivo*.Orientação aos professores para fim de planejamento, contendo: I. O processo da inteligência: o que é inteligência, as fases do desenvolvimento intelectual, as características do aluno do Supletivo; II. Linguagem: a linguagem do aluno do Supletivo; III. Afetividade: a afetividade do aluno do Supletivo. Obs: Para elaboração do documento, o Serviço de Ensino Supletivo do Deplan contou com a orientação de uma psicóloga escolar.	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental. (N1.5/8)
elaborado pelo Departamento de Saúde Escolar	1986	*Programa "Férias Felizes"*, com o objetivo de realizar um programa educativo, recreativo e nutricional. A orientação é dirigida a monitores; dentre esses psicólogos escolares que deveriam desenvolver atividades de canto, artes plásticas, dramatizações,	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta

		jogos esportivos e motores. O programa contém também orientações quanto à prevenção de acidentes, socorro de urgência e uma listagem de hospitais para encaminhamento do escolar doente.	
elaborado pela Seção de Psicologia	[1986/88]	*Orientação Sexual na Pré-Escola*. Texto produzido por uma equipe de psicólogos escolares para professores de educação infantil, com o objetivo de "possibilitar reflexão sobre a sexualidade infantil auxiliando o educador no contexto escolar". A orientação trata do conceito de educação sexual, de quando começar a orientação sexual, a evolução da curiosidade infantil, masturbação. O documento tem anexo um exemplo de um programa de educação sexual, com sugestões de atividades.	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta
elaborado pela Seção de Psicologia	[1986/88]	*Agressividade em Sala de Aula*. Subsídios relativos ao tema, com o objetivo de oferecer informações que atendam às solicitações de professores e equipe técnica das escolas. O documento foi produzido por uma equipe de psicólogos escolares e aborda as possíveis causas da agressividade, e as características da agressividade segundo as diferentes fases de desenvolvimento.	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta
transcrição de palestra promovida no Deplan	1987	*A Disciplina na Sala de aula*. Palestra proferida pela Profa. Dra. Arlete D' Antola, em 23/10/87. Aborda a questão das relações de poder na escola, da influência do clima na sala de aula sobre o comportamento dos alunos – atmosfera permissiva, autoritária e democrática, a defasagem entre teoria e prática, a falta da vivência da democracia. Apresenta a experiência de um Ginásio Vocacional.	Arquivo da autora.
elaborado pela Seção de Psicologia	1988	*Aspectos Psicológicos da Adolescência*. O texto é de autoria de uma equipe de psicólogos escolares, escrito provavelmente para orientar professores das escolas municipais. Ao final traz um caso para discussão e uma ficha para a avaliação da atividade.	Arquivo da autora.

elaborado pela Secretaria – Municipal de Saúde	1989	*Para compreender a atual política municipal de saúde mental do governo democrático e popular da cidade de São Paulo*. Documento elaborado pela Assessoria do Programa de Saúde Mental, da Coordenação da Organização de Atenção à Saúde – COAS. O texto tem por objetivo colocar em discussão a estratégia programática da atual Política Municipal de Saúde Mental Democrática e Popular e apresenta um novo modelo de atenção em saúde mental, uma alternativa ao hospital psiquiátrico, com a implantação de Hospital-Dia, Unidade Básicas de Saúde – UBS, Centro de Convivência e Cooperativa. Destaca-se no documento as ações de saúde mental, realizadas na PMSP dirigidas à criança e ao adolescente, até 1988 e a proposta para atendimento das necessidades da escola, a qual esclarece que as ações de Saúde Mental em relação às necessidades da escola podem desenvolver-se predominantemente na Unidade Básica de Saúde, Centro de Convivência e Cooperativa e na Escola.	Apêndice da Tese: O Psicólogo da Educação para a Saúde: Processo de Construção de uma Identidade, de autoria de Marisa Irene Siqueira Castanho, defendida no IP/USP, em 1996.
elaborado pela Secretaria da Educação	1990	*Construindo a Educação Popular – Caderno 22 meses*. Relatório sobre os feitos do período da Secretaria da Educação, orientado pelas prioridades: 1. democratização do acesso – ampliação do atendimento à população – taxa de crescimento das matrículas 81/90. 2. democratização da gestão – com o funcionamento do colegiado central, colegiado intermediário, colegiado dos núcleos de ação educativa (antigas Delegacias Regionais de Ensino) e colegiado de escola. 3. Construção de uma nova proposta pedagógica – projetos próprios das escolas; interdisciplinaridade; formação permanente; apoio ao trabalho do professor através do programa Salas de Leitura e Centro de Multimeios; projeto gênese de informática Educacional; assessoria cultural e setor de Educação Ambiental. 4. Educação de jovens e adultos, com o MOVA – movimento de alfabetização de jovens e adultos da cidade de São Paulo. 5. suporte à proposta pedagógica – valorização dos	Arquivo da autora.

		trabalhadores em educação, política salarial, recursos materiais para a ação pedagógica, intervenções na rede física das escolas – construção, reformas e manutenção. 6. Informatização da Secretaria Municipal de Educação.	

CURSOS

a) programados pelo Setor de Psicologia, ministrados por psicólogos.

autoria	data	descrição	fonte
Setor de Psicologia	1959	Cursos destinados aos dirigentes de Parques e Recreios Infantis: aulas sobre Personalidade, curso sobre o Problema da Normalidade, Liderança e sobre Desenvolvimento Infantil: motor, linguagem e distúrbios da linguagem, social, sexual, intelectual, moral, evolução dos interesses e sobre oligofrenia. Na bibliografia dos cursos destacam-se os autores: Gesell, Myra y Lopez, Paul Osterrieth, Piaget, M. Cristina Maria, dentre outros.	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental.
Seção de Psicologia	1977	Treinamento destinado a diretores e professores das Escolas Municipais de educação Infantil e professores das classes de pré das Escolas de I Grau, abordando os temas: desenvolvimento infantil – afetivo, psicomotor e intelectual; privação cultural; prontidão – maturidade.	Programa de Trabalho do Setor de Psicologia Escolar para atuação no 2º semestre de 1983 dentro do plano emergencial da Secretaria Municipal de Educação.
Seção de Psicologia	1984	*Aspectos do Desenvolvimento Infantil*. O curso é oferecido a professores de pré-escola de uma região da cidade de São Paulo e aborda o desenvolvimento psicomotor, socialização – processo de adaptação de uma criança à vida de grupo (família, escola, comunidade): agressividade, negativismo, timidez, inquietude, e sexualidade infantil. Neste curso são sugeridas técnicas de trabalho para o professor.	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta

b) programados pela ou para a Secretaria Municipal de Educação, dos quais psicólogos escolares participaram.

Associação de Psicólogos da Prefeitura - APP	1980	*Planejamento do Trabalho do Psicólogo em Entidades Públicas: áreas de atuação em Psicologia Escolar, Clínica e Social*, contendo: elementos de planejamento, saúde no Brasil; educação e sociedade, análise da instituição, papel do psicólogo, níveis de intervenção: primária, secundária e terciária; intervenções junto à equipe institucional, comunidade e criança e adolescente; recursos e estratégias; avaliação. Período: 19/03/80 a 26/06/80, e duração de 60 horas.	Arquivo da autora – certificado de participação. .
Centro Nacional de aperfeiçoamento de Pessoal para a formação Profissional - CENAFOR – MEC	1983	*Capacitação de Recursos Humanos da Rede Municipal de Ensino da PMSP – atualização de psicólogos e fonoaudiólogos*, 1ª fase. O curso tem por objetivo geral "analisar a função dos psicólogos e fonoaudiólogos a partir de uma visão abrangente da Educação e do posicionamento dos especialistas como educadores considerando a sua prática e a legislação que regulamenta a sua função". O curso é estruturado em 3 momentos: o cotidiano das pessoas na escola, a escola como espaço de atuação do psicólogo e fonoaudiólogo, e a função desses profissionais como educadores.	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta
Centro Nacional de aperfeiçoamento de Pessoal para a formação Profissional - CENAFOR – MEC	1983	*Capacitação de Recursos Humanos da Rede Municipal de Ensino da PMSP*, 2ª fase, envolvendo diretor, assistente de diretor, auxiliares de direção, técnicos de educação, orientadores educacionais, assistentes pedagógicos, supervisores de ensino, psicólogos e fonoaudiólogos. O curso tem por objetivo "analisar os meios que tornem possíveis a reapropriação da competência profissional por parte dos educadores, considerando a necessidade de uma prática educativa inteligente e responsável". O curso é estruturado em quatro	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta

		situações básicas: reflexão sobre democratização do ensino e compromisso político e competência profissional como mediadora do compromisso político; o fracasso escolar – problemas reais e problemas fundamentais; análise das práticas educativas – liderança, pressupostos teóricos e necessidades práticas, planejamento, gênese do problema planejamento, nível histórico-social, nível crítico-operacional; os especialistas da educação – bases legais e atuação legítima; e elaboração de uma proposta de atuação em nível de unidade escolar.	
Divisão de Assistência Médica do Departamento de Saúde Escolar da Secretaria Municipal de Educação.	1987	*1º curso de formação de Monitores para Treinamento em "Saúde Escolar e o Professor de Educação Física"*. Período: de 24 a 27 de agosto, com duração de 16 horas.	Arquivo da autora – certificado de participação.

SEMINÁRIOS, ENCONTROS e CONGRESSOS dos quais participaram psicólogos escolares da Prefeitura Municipal de São Paulo

autoria	data	descrição	fonte
organizado pela Seção de Psicologia do Departamento de Assistência Escolar e Associação dos Psicólogos da Prefeitura	1978	*1º Ciclo de Debates sobre o Atendimento Psicológico a Escolares* – Anais. Os textos são escritos por equipes de psicólogos da Seção de Psicologia e relatam as atividades por eles realizadas. Compõem o volume: A Assistência Psicológica a Escolares na PMSP; Projeto Psicoeducacional para atendimento às deficiências de aprendizagem; Grupos de Mães nas Escolas; Uso da análise Transacional em Grupos de orientação de Mães; Um Estudo sobre o Desenho da figura Humana de Crianças de Sete Anos das Escolas da PMSP; Monitoria como um Sistema Integrado de Trabalho junto a alunos de Nível I (1ª a 4ª série) e II (5ª a 8ª série) das Escolas de 1º Grau da PMSP – Aspectos Psicopedagógicos; e Levantamento do repertório de comportamentos considerados básicos à alfabetização.	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta, e memória da autora.
organizado pelo Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região.	1980	*I Encontro de Psicólogos na Área de Educação*. Objetivos: a. discutir as atividades e os principais problemas dos psicólogos que atuam na área; b. discutir e analisar os currículos no que diz respeito à formação específica do profissional para atuar em educação; c. refletir sobre alternativas de ação para o psicólogo. Obs: o relato do encontro foi publicado em anais, em 1981, não localizado para esta pesquisa.	Neves, Wanda M. J. O Psicólogo Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo: Atividade e Representação – subsídios para uma definição profissional. Dissertação de Mestrado, PUCSP, 1989, p.8.

organizado pelo Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região.	1981	II Encontro de Psicologia Educacional*. Objetivos: a. divulgar trabalhos desenvolvidos por psicólogos na educação, alternativos ao modelo tradicional; b. discutir os principais pontos que devem orientar a ação dos psicólogos na área educacional. Período: 13/11/81 a 15/11/81.*	Arquivo da autora – certificado de participação, memória da autora, e em Neves, Wanda M. J. O Psicólogo Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo: Atividade e Representação – subsídios para uma definição profissional. Dissertação de Mestrado, PUCSP, 1989, p.11
organizado pelo Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região.	1982	Seminário sobre Modelo de Atuação do Psicólogo na Área de Educação. *Modelo Clínico X Modelo Educacional. Data: 18/09/82.*	Arquivo da autora – certificado de participação, memória da autora, e em Neves, Wanda M. J. O Psicólogo Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo: Atividade e Representação – subsídios para uma definição profissional. Dissertação de Mestrado, PUCSP, 1989, p.12.
organizado pelo Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região.	1983	III Encontro de Psicólogos na Área da Educação. *Objetivo: definir subsídios para a elaboração de uma proposta de atuação do psicólogo da área de educação. Contou com a participação dos debatedores: Elenita de Riccio, Jane Trujillo, Lisete Arelaro e Joel Martins.*	Neves, Wanda M. J. O Psicólogo Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo: Atividade e Representação – subsídios para uma definição profissional. Dissertação de Mestrado, PUCSP, 1989, pp.12-13.
organizado por aesp; udemo; anpuh; aoesp; apase; apeem;	1983	Congresso Estadual de Educação*. Período: 6,7,8 de outubro, com duração de 24 horas.*	Arquivo da autora – certificado de participação e memória da autora.

aproesp; apeoesp; agb; apef; apll; asesp; sbq; e Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo			
organizado pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo	1985	Congresso comemorativo dos 50 anos da pré-escola municipal. *Período: 15 a 18 de agosto.*	Arquivo da autora – certificado de participação e memória da autora.

TEXTOS de diversos autores utilizados em cursos de capacitação e/ou treinamento, que envolveram técnicos desse Departamento, fonoaudiólogos e psicólogos escolares do Departamento de Saúde Escolar, e professores.

conjuntos de textos	**data**	**descrição**	**fonte**
1º conjunto de textos	1982	Aspectos Sociológicos e Antropológicos do Desenvolvimento Infantil e Aprendizagem*. Conteúdo: organização familiar; o migrante – origem e inserção na vida urbana; a favela – de habitação temporária a permanente; a cultura da comunidade; a cultura da escola. Na bibliografia constam os seguintes autores e obras: Engels, Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado; Althusser, Ideologia – aparelho Ideológico de Estado; D. Ribeiro, Processo Civilizatório; E. Durhan, Rumo à cidade; E. Pichon-Rivière, Del Psicoanalisis a la Psicologia Social II; Trindade, Uma análise do movimento de favelados em São Paulo, Nosella, As Belas Mentiras.* *Obs: Texto nº I.* A Questão Política da Educação Popular - *prefácio e posfácio do livro de Carlos Rodrigues Brandão e outros, São Paulo, Brasiliense, 1980.* *Obs: Texto nº II - A.* *A Educação pela Pedra* – do livro Antologia Poética de João Cabral de Melo Neto.	Arquivo da autora e de Maria Cristina Antunes Horta.

		Obs: Texto nº II - B. *Tecendo a Manhã* – do livro Antologia Poética de João Cabral de Melo Neto, e *Do Homem Desumanizado – A escola não exige muito dos alunos*. Trecho da obra Dialogues D' Exiles de Bertold Brecht, L' Arche, Paris. Obs: Texto nº II - C. A Saúde Mental da Criança – *trecho do livro* A Saúde Mental da Crianças*, de Celestin Freinet, Lisboa, Edições 70, , Martins Fontes, 1978.* Obs: Texto nº III. *Atitudes e Cognição no Marginalizado Cultural* – artigo de Ana Maria Poppovic, do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – MEC/INEP, 1972. Obs: Texto nº VI. *A Escola, Objeto de Controvérsia* – artigo de Aparecida Joly Gouveia, do Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP. Na bibliografia encontra-se, dentre outros, Althusser, Ideologia y aparatos ideológicos de estado, 1974; Pierre Bourdieu, L' école conservatrice: lês inégalités devant Pécole et la culture, 1966; Bourdieu et Passeron, La reproducion, 1971. Obs: Texto nº VIII. *Professores de Periferia: soluções simples para problemas complexos* – pesquisa de Elba Siqueira de Sá Barreto, do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, apresentada na XXVII Reunião Anual da SBPC, publicada	

		nos Cadernos de Pesquisa n. 14 da fundação Cargos Chagas e como capítulo no livro Introdução à Psicologia Escolar, organizado por, Maria Helena S. Patto. Na bibliografia encontra-se, dentre outros, Boltanski, Prime éducation et morale de classe; Bourdieu et Passeron, La Reprodution; Goffman, Asiles, Pereira, A escola primária numa área metropolitana e O professor primário numa sociedade de classe. Obs: Texto nº X. *O Educador Perplexo* de Luiz Carlos Lisboa. Texto extraído do livro Olhos de Ver, Ouvidos de Ouvir, Ed. Difel. Obs: Texto nº XIII *A dinâmica Grupal e Institucional*, redigido por Ana Lucia Cavani Jorge (1980), contendo: grupos primários e secundários; dinâmica familiar; dinâmica em sala de aula e na instituição. Na bibliografia encontra-se, dentre outros, Pichon-Rivière, Del Psicoanalisis a la Psicologia Social, José Bleger, Psichigiene y Psicologia Institucional, Maria Tereza Nidelcoff, Uma Escola para o Povo. Obs: Texto nº XV. A redatora do texto compõe o Serviço de Psicologia Escolar da Prefeitura de São Paulo.	
2º conjunto de textos	1983	Seleção de letras e músicas: *Fascinação*, de Marchetti Ferandy; canta Elis Regina. *Sai Dessa*,de Natham Marques e Ana Terra; canta Elis Regina. *Drama*, de Caetano Veloso, canta Maria Bethânia. *Bom Conselho*, de Chico Buarque, canta Maria Bethânia. *Redescobrir*, de Luiz Gonzaga Junior, canta Elis Regina.	Capacitação de Recursos Humanos da Rede Municipal de Ensino da PMSP Realizado pelo Centro Nacional de aperfeiçoamento de Pessoal para a formação Profissional - CENAFOR - MEC Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta

		Maria-Maria, de Milton Nascimento e Francisco Brant, canta Elis Regina. *Caçador de Mim*, de Sérgio Magrão e Luiz Carlos Sá, canta Milton Nascimento. *O Quadro Negro*, de Clarilza Prado de Souza e Jeanete Beauchamp. Artigo publicado em Educação e Avaliação – Revista Semestral de Avaliação Educacional, ano I, junho de 1980, São Paulo, Cortez Editora – Critério/Avaliação. O texto trata da semana de planejamento escolar. *Sobre Jequitibás e Eucaliptos – Amar*, de Rubem Alves em *Conversas com quem gosta de ensinar* – Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, São Paulo, Cortez Editora, 1981. Decálogo em Defesa do Ensino Público, de Kloé, publicado na Revista ANDE, da Associação Nacional de Educação, ano 1, nº 5, 1982. *Fatores Intra-Escolares como Mecanismo de Seletividade no Ensino de 1º Grau*, de Guimar Namo de Mello, extraído da Revista Educação e Sociedade, ano I, n. 2, jan. 1979.	
3º conjunto de textos	1983	*Professora e Aluno na Escola Básica: Encontros e Desencontros* de autoria de Elba Siqueira de Sá Barreto. Texto extraído de colocações expostas em estudo realizado pela autora sob o título: A professora primária frente a alunos e alunas de distinta condição social. São Paulo, 1980.	

		A Escola e a Política, de Georges Snyders, extraído do livro do mesmo autor, Pedagogia Progressista, Coimbra, Livraria Almediana, 1974. *Enfrentando o Fracasso Escolar*, de Ana Maria Poppovic, artigo publicado na revista ANDE, ano 1, n.2, Associação Nacional de Educação, 1981. *Como poderei criar uma relação de ajuda*, de Carl R. Rogers, extraído do capítulo II, As características das relações de ajuda psicológica, do livro *Tornar-se Pessoa*, Lisboa, Moraes, 1970. *O Rei dos Animais*, de Millôr Fernandes, extraído do livro *Fábulas Fabulosas*, Rio de Janeiro, José Álvaro, 1964. *O Socorro*, de Millôr Fernandes, extraído do livro *Fábulas Fabulosas*, Rio de Janeiro, José Álvaro, 1964. *Planejamento Educacional e a Prática dos Educadores* – texto elaborado pela equipe do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional - CENAFOR – MEC, responsável pelo Projeto das Escolas Técnicas Federais. *Aspectos Políticos do Planejamento*, de Fernando Henrique Cardoso, trecho extraído do capítulo de mesmo nome, do livro *Planejamento no Brasil*, de Betty Mindlin Lafer e outros, São Paulo, Editora Perspectiva, 1975. *Tomada de Posição*, de Philip H. Combs, texto extraído do capítulo de mesmo nome, do livro do mesmo autor, *A Crise Mundial da Educação*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1976. *Rumos do Planejamento no Brasil: Revisão Crítica*, de Arlete	

		Marques da Silva, extraído do capítulo “O planejamento da educação para o desenvolvimento sócio-econômico no Brasil”, do livro da mesma autora, *Educação: Terra de Ninguém*, São Paulo, Edições Loyola, 1983. *Visão Atual do Planejamento da Educação*, texto extraído da introdução do livro *Planificação da Educação – um levantamento mundial de problemas e prospectivas*, das Conferências promovidas pela UNESCO, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971. *Planejamento: Níveis e Suas Relações*, de Turra e outros, extraído do livro dos mesmos autores, *Planejamento de ensino e avaliação*, Porto Alegre, Sacra S.A. Editora, 1981. *Os Especialistas da Educação: As Bases Legais de sua Atuação Profissional*, de Lisete R. G. Arelaro, escrito especialmente para a 2ª fase da Capacitação de Recursos Humanos da Rede Municipal de ensino da PMSP. *Quadro do Ensino Municipal*, texto elaborado por uma equipe de profissionais da Superintendência Municipal da Educação da Secretaria Municipal da Educação, demonstrando a maneira pela qual os cargos foram criados e a evolução na secretaria, quanto ao número de cargos, no período de 1959 a 1981 *Orientação Educacional. Função Obscura: O que fazer?*, de Osny Telles M. M. Galvão, sem outras indicações. *O Diretor da Escola em Situação de Conflito*, de José Misael F. do Vale, extraído do artigo de mesmo nome, publicado nos *Cadernos do Cedes*, n. 6.	

4º conjunto de textos	1983	*Educação Construtivista: uma orientação para o Século 21* – Palestra de Constance Kamii, no Centro de Círculo de Crianças da Universidade de Illinois – tradução de Zayra Freitas Guimarães. Apresenta exemplos a partir das idéias de Piaget e da pesquisa sobre leitura realizada por Emilia Ferreiro, em 1978; compara educação tradicional com educação construtivista, apresenta pesquisa própria em andamento na aritmética da 1ª série com jogos em grupo e confirma a orientação construtivista para o século XXI. Obs: Essa tradução é oferecida para uso exclusivo e de circulação interna do Departamento de Planejamento – Deplan. *Deve-se ou não ensinar a ler e escrever na pré-escola? Um problema mal colocado*. Artigo escrito por Emilia Ferreiro e publicado no Boletim da direção de Educação Pré-Escolar, n.2, dezembro de 1982. *O Desenvolvimento Cognitivo e a Prontidão para a Alfabetização*. Capítulo 2 do livro, *Aprender Pensando*, Recife, Secretaria da Educação do Estado de Pernambuco, 1983, escrito por Lucia Lins B. Rego.	Arquivo de Maria Cristina Antunes Horta

DOCUMENTOS SECUNDÁRIOS

a) pesquisas históricas sobre educação e ensino municipal produzidos durante o período em estudo, mas também outros mais recentes.

autoria	data	descrição	fonte
elaborada por pesquisadores do Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental	2000	Histórico do Ensino Municipal de São Paulo – Organogramas- *1936 – 1989.*	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental SU. DOT,G. S a. 027/00 (H1.1/8). .
elaborada por pesquisadores do Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de	2000	*O Ensino Municipal na Cidade de São Paulo* – síntese de dados contidos em documentos do acervo do Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental. Trata da educação municipal inserida no contexto da história da educação no Brasil, na história de São Paulo, o ensino pré-primário, primário e supletivo. Como anexos constam quadros com nomes dos	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental SU. DOT, G. S a. 027/00 (H1.1/8).

Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental		prefeitos, dos secretários e educação e os respectivos períodos de suas gestões.	
elaborada por pesquisadores do Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental.	2000	*Memória do Ensino Paulistano – A imprensa e a educação no município de São Paulo* – síntese de pesquisas em jornais, tendo como eixo o tema "A Memória do Ensino Municipal em São Paulo – 1889-1980".	Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental (VI).

b) pesquisas sobre psicologia escolar na prefeitura de São Paulo

elaborada por Maria Helena Souza Patto	[1979/80]	"Pesquisa realizada junto a uma amostra de psicólogos escolares que atuam na rede pública municipal e estadual de ensino na cidade de São Paulo, com o objetivo de apreender o sistema de representações sobre a sociedade, a escola e psicologia escolar que norteia sua ação profissional".	Capítulo V do livro *Psicologia e Ideologia – uma introdução crítica à psicologia escolar*, escrito por Maria Helena Souza Patto, T. A. Queiroz, São Paulo, 1984, pp. 160-187.
elaborada por	1989	*O Psicólogo Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo: Atividade e Representação – subsídios para uma definição*	Biblioteca da PUC-SP.

Wanda Maria Junqueira		*profissional* Dissertação de Mestrado, PUCSP	
elaborada por Marisa Irene Siqueira Castanho	1996	*Da Educação para a Saúde: o processo de construção da identidade do psicólogo*. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia – USP.	Biblioteca da Universidade São Marcos/ SP.

c) livros publicados durante o período em estudo, por autores brasileiros, sobre psicologia escolar.

autoria de Maria Helena Novaes	1970 – 1ª edição 1972 – 2ª edição.	*Psicologia Escolar*, Petrópolis, Vozes.	Biblioteca da Universidade São Marcos/ SP.
autoria de Therezinha Lins de Albuquerque	1976	*Acompanhamento Psicológico à Professora – seus rumos*, Petrópolis, Vozes.	Biblioteca da autora.
autoria de Elcie Salzano Masini	1981	*Ação da Psicologia na Escola*, São Paulo,.Moraes, 2ª ed., Coleção Educação Universitária.	Biblioteca da autora.
organização de Maria Helena Souza Patto	1981	*Introdução à Psicologia Escolar*, São Paulo, T. A. Queiroz.	Biblioteca da autora.
autoria de Maria	1984	Psicologia e Ideologia -uma introdução crítica à psicologia escolar, São Paulo, T. A. Queiroz.	Biblioteca da Universidade São Marcos/ SP.

Helena Souza Patto			
autoria de Yvonne G. Khouri e colaboradores	1984.	*Psicologia Escolar*, São Paulo, EPU, Coleção Temas Básicos de Psicologia.	Biblioteca da autora

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Mitsuko A. M. “Algumas Reflexões acerca dos fundamentos da abordagem social”. In: BROZEK, Josef e MASSIMI, Marina (orgs.) *Historiografia da Psicologia Moderna – versão brasileira*, São Paulo, Unimarco/Loyola, 1998.

_____ *A Psicología no Brasil – leitura histórica sobre sua constituição*, São Paulo, EDUC/UNIMARCO,1999.

_____ “Lourenço Filho”. In: CAMPOS, Regina H. de F.(org.) *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil*, Rio de Janeiro, Imago; Brasília, CFP, 2001, pp.209-211.

AZEVEDO, Fernando e outros. *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*, www.pedagogiaemfoco.pro.br

BAPTISTA, M. T. “Madre Cristina”. In: CAMPOS, Regina H. de F.(org.) *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil*, Rio de Janeiro, Imago; Brasília, CFP, 2001, pp. 213-216.

_____ *Madre Cristina*, Rio de Janeiro, Imago; Brasília, Conselho Federal de Psicologia, Pioneiros da Psicologia Brasileira, vol. 6, 2001.

BEISIEGEL, Celso R. “Paulo Reglus Neves Freire”. In: FAVERO, Maria De L. A. e BRITTO, Jader de M. *Dicionário de Educadores no Brasil*, UFRJ/MECINEP, 1999, pp. 440-446.

BERBERIAN, Ana Paula. *A Normatização da Língua Nacional – práticas fonoaudiológicas 1920 – 1940*. Mestrado no Programa de Estudos Pós Graduados em Distúrbios da Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1993.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. “As Voltas de um Parafuso”. In: *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.30, n.8, 1978, pp. 913 – 924.

BROZEK, Josef. e GUERRA, Erlaine L.. “Que Fazem os Historiógrafos?” In: CAMPOS, R.H.F. *História da Psicologia*, São Paulo, EDUC/ANPEPP, 1996, Coletâneas da ANPEPP, v.1, nº 15, p.11 – 27.

BURGUIÈRE, André. *Dicionário das Ciências Históricas*, Rio de Janeiro, Imago, 1993.

CAMARGO, Procópio F. e outros. *São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza*. São Paulo, Loyola, 1975.

CAMPOS, Regina Helena F. “Introdução à Historiografia da Psicologia”. In: BROZEK, J. e MASSIMI,M. (org.) *Historiografia da Psicologia Moderna – versão brasileira*, São Paulo, UNIMARCO/Loyola, 1998, p.15 –19.

CHAVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe. “Questões para a História do Presente”. (1992) In: CHAVEAU, A. e TÉTART, PH. *Questões para a História do Presente*. Bauru/SP, EDUSC, 1999, p.7 – 38.

CIAMPA, FERNÃO. *Olhares de Madre Cristina*, documentário em vídeo, Brasília, Conselho Federal de Psicologia, Projeto Memória da Psicologia Brasileira, 2001.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. e CRP - CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 6ª Região. *Uma Profissão Chamada Psicologia (CRP-O6, 20 anos)*, São Paulo, CRP-06, 1994.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 6ªRegião. *Estudo sobre a inserção dos psicólogos nas Unidades Básicas de Saúde*. Cadernos CRP-O6, n.1, 1991.

CONTINI, Maria de Lourdes J. “Discutindo o conceito de Promoção de Saúde no Trabalho do Psicólogo que Atua na Educação”. In: CONSELHO Federal de Psicologia. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, n.2, 2000, pp.46-59.

EMEF Prof. Fernando de Azevedo. *Biografia de Fernando de Azevedo*. Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação.- Memória Técnica Documental, PMSP, 2002.

FAUSTO, Boris. “A Revolução de 1930”. In: MOTA, Carlos G. *Brasil em Perspectiva*, Rio de Janeiro, Difel, 1978, pp.227-255.

_____ *História do Brasil*, São Paulo, Edusp/FDE, 1995.

FIOCRUZ. *Coleção Políticas Prioritárias do INAMPS* (1985-1988), In: www. fiocruz.br/coc/guia_acervo, 2003

GARCIA, Regina L. *Orientação Educacional: o trabalho na escola*, São Paulo, Loyola, 1990.

GERGEN, Kenneth J. “Social Psychology as History”. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, 1973, vol. 26,n. 2, p. 309 –3020.

GOVERNO DEMOCRÁTICO DE SÃO PAULO / SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. *Documento Preliminar para Reorientação das Atividades da Secretaria*. Documento de Trabalho n. 1, 1983.

HOSBAWN, Eric *Sobre História*, São Paulo, Cia das Letras, 1998.
JAPIASSU, Hilton. *A Psicologia dos Psicólogos*, Rio de Janeiro, Imago, 1979.

KUHLMANN JR., Moysés. “A circulação das idéias sobre a educação de crianças; Brasil, início do século XX”. In: FREITAS, Marcos C. e KUHKMANN JR., Moysés (orgs.) *Os Intelectuais na História da Infância*, São Paulo, Cortez, 2002, pp.459-503.

LADEIA, Carlos R. “Educação e Política: onde situar o psicólogo?” In: CRP-6ª Região. *Anais do I CONPSIC*, São Paulo, CRP06, pp. 126-140.

MASSIMI, Marina. “Historiar a Psicologia: assumindo uma perspectiva e um lugar de observação”. In: I *Seminário de Historiografia da Psicologia*. 1999, São Paulo. Anais do I Seminário...:USP/FAPESP, 2000, pp.11-31.

MELLO, Sylvia L. *Psicologia e Profissão em São Paulo*, São Paulo, Ática,1978.

MENDES, Erasmo G. “Paulo Duarte”. In: *Revista Comemorativa dos 60 anos da USP* – Perfis de Mestres, 1994, www.usp.br/iea/revista/online/revista22.

MIRANDA, Nicanor. *Origem e Propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos*. São Paulo, Departamento de Cultura, PMSP, 1941.

NUNES, Clarice “Anísio Spínola Teixeira”. In: FAVERO, Maria De L. A. e BRITTO, Jader de M. *Dicionário de Educadores no Brasil*, UFRJ/MECINEP, 1999, pp.56-61.

OZELLA, Sérgio. *O Ensino de Psicologia Social no Brasil - Um estudo sobre o pensar e o agir de seus professores*, São Paulo, Tese de Doutorado, PUCSP,1991.

PARENTE, Sonia M. B. A. “Momentos de um Percurso: A Experiência Institucional”, cap.1 de tese de doutorado em elaboração, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP, 2003 (cedido pela autora).

PEREIRA, Luiz. “Brasil: etapa contemporânea”. In FENELON, Dea R. (org.) *50 Textos de História do Brasil*, São Paulo, Hucitec, 1974, pp.180-185.

PILAGALLO, Oscar. *O Brasil em Sobressalto: 80 anos de História contados pela Folha*, São Paulo, Publifolha, 2002.

PMSP, Secretaria Municipal de Planejamento. *São Paulo em Números 2000 – 2001*, caderno n. 9, 2001.

RIOUX, Jean Pierre. “Pode-se fazer uma História do Presente?” (1992) In: CHAVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe *Questões para a História do Presente*. Bauru/SP, EDUSC, 1999, p.39 – 50.

SAVIANI, Dermeval - *Política e Educação no Brasil: O papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*, 2ª ed., São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1988.

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO ESTADO DE SÃO PAULO e CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 6ª REGIÃO. *O Perfil do Psicólogo no Estado de São Paulo*, Cortez, 1984.

SOLA, Lourdes. "O Golpe de 37 e o Estado Novo". In: Mota, Carlos G. (org.) *Brasil em Perspectiva*, Rio de Janeiro, Difel, 1978, pp.256-282.

TAVERNA, Carmem S. R. e FERNANDES, Ana Luisa R. "Contribuições da Psicologia da Educação?" In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA. Resumos da XXXI Reunião Anual de Psicologia, Rio de Janeiro, 2001.

WOODWARD,William R. "Rumo a uma Historiografia Crítica na Psicologia". In BROZEK, J. e MASSIMI,M. (org.) *Historiografia da Psicologia Moderna* – versão brasileira, São Paulo, UNIMARCO/Loyola, 1998, p. 61 – 87.

YAMAMOTO, Oswaldo H. "A Psicologia em Movimento: O Gattopardismo e o Neoliberalismo" In: *Psicologia e Sociedade* – Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO, São Paulo, VOL.12, NS. ½, JANEIRO/DEZEMBRO 2000.

ANEXO

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
		1930 – Lourenço Filho publica "Introdução ao Estudo da Escola Nova". **1931** – IV Conferência Nacional de Educação. **1932** – publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; – Programa Educacional Nacional – Código de Educação (elaborado por Fernando de Azevedo) 1ª lei que trata da abertura dos Parques Infantis. **1934/38** – Fábio da Silva Prado é prefeito da cidade de São Paulo. **1934** – Constituição da República, indica a aplicação de 10% da renda resultante de impostos dos municípios, na manutenção dos sistemas educativos. (art. 156)
	1935 – Ato nº 767. Criação do Serviço Municipal de Jogos e Recreios, ligado diretamente ao prefeito, para atender crianças de 3 a 12 anos – criados três Parques Infantis. – Ato nº 861, criação da Divisão de Educação e Recreio, no Departamento de Cultura, responsável pelos Parques Infantis.	**1935** – Paulo Duarte é consultor jurídico do prefeito. – Mario de Andrade é o diretor do Departamento de Cultura e Recreação. – realização do I Congresso das Municipalidades Paulistas.

– Nicanor Miranda é chefe da Divisão de Educação e Recreio.	
1936 – criação da Seção de Parques Infantis, subordinada à Divisão de Educação e Recreio no Departamento de Cultura.	
1937 – realização do primeiro concurso público para o ingresso dos instrutores nos Parques Infantis: educadores normalistas e professores de Educação Física. – contratação de educadores sanitários para os Parques Infantis.	**1937** – as instalações dos Parques Infantis, passam a abrigar, no período noturno, os Centros de Menores Operários e os Centros de Moças.
1938 – publicação de coleção de fotos, provavelmente para divulgação das atividades realizadas nos sete Parques Infantis do município de São Paulo (legendas e introdução em português e inglês).	**1938/45** – Francisco Prestes Maia é prefeito da cidade de São Paulo.
1941 – Nicanor Miranda, chefe da Divisão de Educação e Recreio, publica "Origem e Propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos", pelo Departamento de Cultura. – a cidade de São Paulo conta com sete Parques Infantis nos bairros: Brás, Mooca, Ipiranga, Lapa, Santo Amaro, Barra Funda, Catumbi e Vila Romana.	**1941** – a prefeitura do Distrito Federal mantém dois Parques Infantis, anexos aos Centros Cívicos Distritais, localizados no Engenho de Dentro e na Gávea. – em Porto Alegre são onze os Parques Infantis e vinte e seis no interior do estado do Rio Grande do Sul. – em Manaus é criado o Serviço Municipal de Parques Infantis, com a

		construção do primeiro parque. – o governo baiano instala um parque na Colônia de Férias de Bogari. – na cidade de Pouso Alegre, Minas Gerais é inaugurado um Parque Infantil.
1945 – data presumida da criação do Setor de Orientação Psico-Pedagógica na Divisão de Assistência e Recreio da Secretaria de Cultura e Higiene.	1945 – criação da Secretaria de Cultura e Higiene com a Divisão de Assistência e Recreio, responsável pelos Parques Infantis.	**1945/47** – Abrahão Ribeiro é prefeito da cidade de São Paulo. – Ignácio Proença de Gouvêa é o diretor do Departamento de Cultura.
1947 – transformação do Setor de orientação Psico-Pedagógica em Setor de Psicologia Clínica, no qual é criado o Laboratório de Investigações Educacionais. – criado no Laboratório de Investigações Educacionais o Serviço de Fonética.	1947 – Decreto-Lei n. 430. Criação da Secretaria de Educação e Cultura e da Secretaria de Higiene, pelo desdobramento da Secretaria de Cultura e Higiene. – a Divisão de Assistência e Recreio é transformada em Departamento de Educação, Assistência e Recreio, subordinado à Secretaria de Educação e Cultura. – é criado o cargo de Secretário de Educação, assumido por Diógenes Augusto Certain, em 08/07 permanecendo até 22/10. – o quadro de profissionais dos Parques Infantis, sob a responsabilidade do Departamento de Educação, Assistência e Recreio é composto por: instrutor, pessoal formado em Educação Física; Educador Sanitário, formado pela faculdade de Higiene; Educador Musical, formado em conservatório; Educador Recreacionista,	**1947** – um dos objetivos da Secretaria da Educação e Cultura é "difundir o ensino primário, vocacional e profissional". – criação dos Recantos Infantis: "áreas livres e praças, nos bairros centrais, para atendimento de crianças de 3 a 12 anos". – Cristiano Stockler das Neves é prefeito da cidade de São Paulo.

	professor normalista (jardineiras e educadores); médicos; dentistas e encarregados de limpeza. - colocado um responsável pelo Parque Infantil, com funções administrativas (geralmente um educador sanitário ou recreacionista). 1951/52 – Nélson Marcondes do Amaral é Secretário da Educação. 1951 – Cantídio Nogueira Sampaio é o Secretário da Educação durante os meses de fevereiro a julho. 1952/53 – Pedro Brasil Bandecchi é Secretário da Educação. 1955/56 – João Baptista Gonçalves Accioli é Secretário da Educação. 1956/57 – Henrique Richetti é Secretário da Educação.	**1951/53** – Armando de Arruda Pereira é prefeito da cidade de São Paulo. **1951** – Pierre Weil realiza na Secretaria de Educação e Cultura conferência "Como Organizar a Orientação Profissional em São Paulo". – transformação dos Centros de Moças e Rapazes em funcionamento nos Parques Infantis, no período noturno, em Centros de Formação Doméstica e Centros Populares de Cultura. **1955/1956** – Juvenal Lino de Mattos é prefeito da cidade de São Paulo. **1956/57** – Wladimir de Toledo Pizza é prefeito da cidade de são Paulo.
1956 – criação do Serviço de Assistência ao Escolar no Departamento de Educação, Assistência e Recreio, ao qual o Setor de Psicologia Clínica passa a ser submetido. Esse serviço conta também com médicos e dentistas, que passam a dar assistência à	1956 – Projeto de Lei n. 2549. Encaminhado pelo prefeito à Câmara Municipal, para o desdobramento do Departamento de Educação, Assistência e Recreio em Departamento de Educação e Departamento de Recreação e Assistência.	**1956** – diretrizes do Ministério da Educação para a municipalização do ensino. – O Ensino Primário Vocacional, na prefeitura de São Paulo, passa a ser realizado através do Sistema Escolar Municipal: ensino primário fundamental; ensino primário

criança e ao adolescente matriculado em qualquer série.	– Lei 331 desdobra o Departamento de Educação, Assistência e Recreio em Departamento de Educação e Departamento de Recreação e Assistência. – criação de 34 novos Parques Infantis. – criação do Grupo Escolar do Jaçanã, o primeiro "Grupo Municipal de Ensino Primário", "com a finalidade de proporcionar educação primária e gratuita à infância em geral, bem como a assistência médico-educacional aos educandos".	complementar vocacional; ensino primário supletivo-elementar. – As Escolas Municipais isoladas são agrupadas, criando-se 4 Regiões Escolares, subdivididas em 20 Setores Escolares. **1957** - "As unidades educativas (Escolas Primárias Agrupadas Municipais, Parques Infantis, Bibliotecas Infanto-Juvenis) situadas no mesmo subdistrito, passam a funcionar coordenadamente sob a denominação de Centro Municipal de Educação". **1958/61 –** Adhemar Pereira de Barros é prefeito da cidade de São Paulo.
1959 – Setor de Psicologia Clínica oferece cursos aos dirigentes de Parques e Recreios Infantis. Os cursos tratam de temas relativos à personalidade, liderança, ajustamento e desenvolvimento motor, de linguagem, social, intelectual, moral e de interesses, e sobre oligofrenia.	1959 – organização da Secretaria de Educação e Cultura em 3 Departamentos: de Cultura; de Ensino Primário; de Educação Assistência e Recreio, – O Departamento de Educação, Assistência e Recreio é composto pelo Serviço de Parques Infantis e pelo Serviço de Assistência ao Escolar. – Levy de Azevedo Sodré é o Secretário da Educação. 1961/63 – Carlos de Andrade Rizzini é Secretário da Educação.	**1959 –** instituído o Ensino Municipal de Ciclo Secundário (curso ginasial) e criação de cursos intensivos de admissão aos candidatos à 1ª série do curso ginasial. **1961/65** – Francisco Prestes Maia é prefeito da cidade de São Paulo.

1961 – criação de um Setor de Psicologia Clínica, subordinado ao Setor de Psicologia da Seção Técnica Educacional do Departamento de Educação, Assistência e Recreio junto ao Centro Municipal de Educação da Mooca – Clínica Psicológica da Mooca.

– oficializada a assistência psicoterápica à criança e ao adolescente.

1962 – O Setor de Psicologia, constituído na Seção Técnica Educacional ganha novas instalações na região do Ibirapuera e passa a chamar-se Clínica Psicológica Ibirapuera.

1961 – Decreto n. 5100. Autoriza o funcionamento do Centro Educacional da Mooca, subordinado ao Departamento de Educação, Assistência e Recreio, para a realização de atividades relativas à assistência médico social, psicoterápica, alimentar, educacional e recreativa a serem prestadas à criança e ao adolescente. O Centro Educacional abriga em seu quadro de pessoal, médico psiquiatra, psicólogo clínico, psicopedagogo, assistente social, educador recreacionista, e professor de educação física.

– Fernando de Azevedo é Secretário da Educação.

1963/65 – Adelpha S. Rodrigues Figueiredo é Secretária da Educação.

1961 – Lei 4024, Diretrizes e Bases para a Educação Nacional

1964 – criação das classes de aplicação no Departamento de Ensino Primário, "destinadas à realização de estágio para o aperfeiçoamento de professores", pelo Decreto n. 6015.

1965/69 – José Vicente Faria Lima é prefeito da cidade de São Paulo.

1966 – criação do Ensino Pré-Vocacional, com instalação das escolas primeiramente nos bairros mais populosos e de maior concentração industrial.

1967 – criação da Seção de Psicologia Clínica, na Divisão de Assistência Médica do Departamento de Assistência Escolar, composta pela Clínica Psicológica da Mooca e Clínica Psicológica do Itaim (antiga Ibirapuera).	**1967** – Lei nº 7037 cria na Secretaria Municipal de Educação, o Departamento Municipal de Ensino e o Departamento de Assistência Escolar. – o Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura é composto pelas Divisões: de Assistência Médica, Assistência Odontológica, Assistência e Nutrição. – Araripe Serpa é Secretário da Educação no período da reorganização da Secretaria de Educação e Cultura. – inicia-se os estudos para uma programação pedagógica para os três graus de educação pré-escolar apoiados "na idéia que as atividades desenvolvidas nas classes de pré-escola reduziria os índices de reprovação na escola primária".	
	1968 – criação das classes de pré-primário nos Parques Infantis	**1968** – criação da Escola Técnica de Comércio Municipal.
	1969 – Paulo Ernesto Tolle é Secretário da Educação de abril a setembro. – José Luiz de Anhaia Mello é Secretário da Educação durante o mês de outubro.	**1969/71** – Paulo Salim Maluf é prefeito da cidade de São Paulo.
	1969/71 – Paulo Zingg é Secretário da Educação.	

	1971 – Definição das linhas de atuação do Serviço de Supervisão nos Parques Infantis: nas áreas de Educação Física, Musical e Pedagógica, com atividades de orientação quanto ao plano de ensino, racionalização do trabalho, uso de material didático-pedagógico, estreitamento das relações das unidades com os pais dos educandos.	**1971** – Reforma na Educação Nacional - Lei nº 5692. Novas Diretrizes e Bases. – inicio na Rede Municipal de Educação, de forma oficial, da Escola de 1º grau integrada – ampliada para oito anos de educação obrigatória.
	1971/73 – Paulo Nathanael Pereira de Souza é Secretário da Educação.	**1971/73** – José Carlos de Figueiredo Ferraz é prefeito da cidade de São Paulo.
	1972 – estabelecimento de programação regular na educação pré-escolar. – a especialização Pré-Primária passa a ser obrigatória ao educador recreacionista – Lei 7725 do Município de São Paulo.	**1972** – reestruturação do Departamento Municipal de Ensino – criação dos cargos de: Assistente Pedagógico, Orientador Educacional, Orientador Pedagógico e de Secretário de Escola.
	1973 – Paulo Vilhaça é Secretário da Educação.	**1973/75** - Miguel Colassuono é prefeito da cidade de São Paulo.
1974 – Seção de Psicologia realiza levantamento para caracterização da população encaminhada às Clínicas Psicológicas do Itaim e Mooca. Provavelmente são utilizados os testes: Metropolitano de Prontidão, de Organização Perceptiva de N. Santucci – Pré-Bender, a Escala de Maturidade Mental Colúmbia e Avaliação de Prontidão para Alfabetização.	**1974/75** - Roberto Ferreira do Amaral é Secretário da Educação. 1974/76 - são instaladas classes de ensino pré-escolar nas Escolas Municipais de Primeiro Grau – EMPG, de acordo com o Plano de Educação Infantil – Planedi.	

	1974 – elaborada a estrutura curricular para as escolas municipais de educação pré-escolar. – a equipe de supervisão Técnica da Seção de Currículo, Programas, Métodos e Processos do Departamento Municipal de Educação propõe Projeto de Alfabetização para que o professor assessorado pelo assistente pedagógico e demais membros da equipe escolar possa diagnosticar o nível de rendimento de sua classe e planejar o trabalho de alfabetização. **1975/79** – Hilário Torloni é Secretário da Educação.	
1975 – Início do Programa Piloto de Psicologia Escolar da Seção de Psicologia. Provavelmente continuam sendo utilizados os testes: Metropolitano de Prontidão, de Organização Perceptiva de N. Santucci – Pré-Bender, a Escala de Maturidade Mental Colúmbia e Avaliação de Prontidão para alfabetização, além de uma avaliação psico-pedagógica aplicada por professores para caracterização das crianças de 1ª série.	**1975** – elaboração de pesquisa por Ana Maria Poppovic e colaboradoras (Fundação Carlos Chagas), financiada pela Fundação Holandesa Van Leer, em convênio com a Secretaria Municipal de Educação, "com o objetivo de encontrar soluções capazes de sanar as desvantagens apresentadas pelas crianças marginalizadas culturalmente, no desempenho escolar, na Capital".	**1975/79** – Olavo Egidio Setúbal foi prefeito **1975 –** a Secretaria de Educação e Cultura foi desdobrada em duas secretarias: Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Cultura; – o Departamento de Educação e Recreio passou a ser denominado Departamento de Educação Infantil e os parques, recantos e recreios passaram a ser denominados Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI. **1976 –** Lei n. 8389 institui o Ensino Supletivo, com o objetivo de promover a

		alfabetização de jovens e adultos que não puderam ter escolarização básica.
1977 – Portaria n. 2025 define as funções do psicólogo escolar da Seção de Psicologia da Divisão Médica do Departamento de Assistência ao Escolar. – contratação de psicólogos escolares. – treinamento realizado por psicólogos escolares para diretores e professores das escolas municipais de educação infantil e professores das classes de pré-primário localizadas nas escolas municipais, abordando os seguintes temas: desenvolvimento infantil, privação cultural, maturidade para a prontidão. – O Jornal paulistano Folha da Tarde publica: "Ensino preocupado com Psicologia Infantil" – destacando-se: "os problemas psicológicos e sócio-culturais da criança começam a ser levantados em profundidade pelas escolas municipais, quando cerca de 860 educadores são treinados por psicólogos para estarem alertas aos primeiros sintomas de distúrbios psíquicos e afetivos entre seus alunos".	**1977** – Setor de Orientação Educacional do Departamento Municipal de Ensino propõe um Projeto Piloto de Orientação Escolar para a Organização de Classes de 1ª série através da utilização de testes. O projeto seria desenvolvido por orientadores educacionais assessorados por psicólogos da Clínica do Itaim, para possibilitar a diminuição do elevado índice de retenção na 1ª série, através da organização de classes com dados de nível mental e maturidade dos alunos. – Setor de Orientação Educacional do Departamento Municipal de Ensino propõe um Projeto de Orientação de Estudos para a 4ª série:	**1977** – Realização do I Censo Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo. – Lei n. 8519 institui a Carreira do Magistério Municipal, com os cargos de: supervisor regional de educação, inspetor escolar, orientador pedagógico de ensino de 1º grau e de educação infantil, diretor de escola de 1º grau, de escola de educação infantil, de escola de ensino supletivo, de escola de deficientes auditivos, assistente pedagógico de ensino de 1º grau e de educação infantil, orientador educacional, professor de educação infantil, professor de ensino de 1º grau, professor de deficientes auditivos, de educação doméstica e artes aplicadas, educador musical e secretário de escola.
1978 – a Seção de Psicologia da Divisão de Assistência Médica passou a ser composta	1978 – Decreto n. 15002. A Secretaria Municipal de Educação foi reorganizada,	**1978** – Lei n. 8694 impõe a unificação do Ensino Municipal compreendendo as áreas de

com Serviços da Clínica do Itaim e da Mooca e de Psicologia Escolar. – realização do I Ciclo de Debates sobre Atendimento Psicológico a Escolares, com a apresentação das atividades realizadas pelos psicólogos desde o projeto piloto em 1975. Publicado em Anais, o volume é composto por: A Assistência Psicológica a Escolares na PMSP; Projeto Psicoeducacional para atendimento às deficiências de aprendizagem; Grupos de Mães nas Escolas; Uso da análise Transacional em Grupos de orientação de Mães; Um Estudo sobre o Desenho da Figura Humana de Crianças de Sete Anos das Escolas da PMSP; Monitoria como um Sistema Integrado de Trabalho junto a alunos de Nível I (1ª a 4ª série) e II (5ª a 8ª série) das Escolas de 1º Grau da PMSP – Aspectos Psicopedagógicos; e Levantamento do repertório de comportamentos considerados básicos à alfabetização.	passando a constituir-se dos órgãos: Superintendência Municipal de Educação-SUPEME; Departamento de Planejamento, Orientação e Controle – DEPLAN; Departamento de Assistência Escolar. – publicação no jornal Folha de São Paulo (31/12/78): "[...] uma das metas da Secretaria (Municipal de Educação) é reduzir o índice de repetência na 1ª série entre 5 e 10%. Em 1976 a retenção escolar chegou a 44%; em 77 caiu para 39% [...] espera-se ver diminuído esse índice entre 32 a 38% em relação a este ano".	educação infantil, 1º e 2º graus, supletivos e de deficientes auditivos. – criação de cinco Delegacias Regionais de Educação, correspondentes às regiões: Norte, Sul, Leste, Sudeste e Oeste. – alteração do quadro de pessoal da Secretaria Municipal da Educação, criando-se os cargos de: delegado regional de educação, supervisor regional de educação de 1º grau e de educação infantil e assistente de diretor.
1979 – mudança de chefia na Seção de Psicologia e proposta de um Projeto de Psicologia Comportamental a ser seguido por todos os psicólogos escolares. – mudança de chefia da Seção de Psicologia e proposta de unificação dos trabalhos realizados pelos psicólogos	**1979/83** – Jair de Moraes Neves é Secretário da Educação.	**1979/82** – Reynaldo Emygdio de Barros é prefeito da cidade de São Paulo.

escolares através de cursos, grupos de estudo e reuniões.		
1980 – psicólogos escolares participam do curso Planejamento do Trabalho do Psicólogo em Entidades Públicas: áreas de atuação em Psicologia Escolar, Clínica e Social, organizado pela Associação dos Psicólogos da Prefeitura, contendo: elementos de planejamento, saúde no Brasil, educação e sociedade, análise da instituição, papel do psicólogo, níveis de intervenção: primária, secundária, terciária, intervenções junto à equipe institucional, comunidade e criança e adolescente, recursos e estratégias e avaliação.	**1980** – Departamento de Planejamento – Deplan elabora orientação escrita aos professores de pré-escola relativa a informações gerais sobre a estrutura e o funcionamento das escolas municipais de educação infantil.	
1981 –mudança de chefia da Seção de Psicologia, com a proposta de manutenção da estrutura dos serviços e a integração do Serviço de Psicologia Clínica e fonoaudiologia com o Serviço de Psicologia Escolar e deste com o Departamento de Planejamento, Orientação e Controle do Ensino de 1º grau e de educação infantil.	**1981** – Decreto n. 17429 altera a denominação do Departamento de Assistência Escolar para Departamento de Saúde Escolar. – Departamento de Planejamento – Deplan elabora um quadro norteador do trabalho de prontidão.orientação escrita aos professores de pré-escola – Setor de Currículo, Programas, Métodos e Processos do Departamento de Planejamento, Orientação, controle elabora orientação: Período Preparatório, abordando	**1981** – Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e Conselho Regional de Psicologia organizam o II Encontro de Psicologia Educacional.

	as funções psiconeurológicas, operações cognitivas e linguagem oral. – Setor de Orientação Educacional do Departamento de Planejamento elabora orientação sobre algumas considerações sobre o ajustamento escolar a partir da interação professor-aluno e do clima psicológico da sala de aula.	
1982 – psicólogos escolares recebem orientação escrita sobre: - plano de caracterização escolar para atendimento psicológico: roteiro de entrevistas com professor, assistente pedagógico e orientador educacional (diagnóstico baseado na queixa escolar para atendimento específico). - considerações sobre o atendimento psicológico a 1ª série: provavelmente para divulgação dos propósitos do Serviço de Psicologia Escolar no trabalho com alunos multirepetentes. - orientação fonoaudiológica: para encaminhamento às clínicas psicológicas. Provavelmente uma proposta do plano de integração clínica-escola. – chefia da Seção de Psicologia concede entrevista ao jornal Folha da Tarde, abordando a estrutura e funcionamento do	**1982** – o Departamento de Planejamento – DEPLAN utiliza textos de diversos autores, provavelmente para treinamento de orientadores educacionais e/ou assistentes pedagógicos, sobre os aspectos sociológicos e antropológicos do desenvolvimento infantil e aprendizagem; a questão política da educação popular; saúde mental da criança; atitudes e cognição do marginalizado cultural; educação construtivista; sobre a dinâmica grupal e institucional; ajustamento escolar e sobre o papel do professor, aos quais os psicólogos escolares tiveram acesso.	**1982/83** – Antonio Salim Curiati é prefeito da cidade de São Paulo. **1982** – Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e Conselho Regional de Psicologia organizam o Seminário sobre Modelo de Atuação do Psicólogo na Área de Educação. – Portaria n. 9517 implanta o Regimento Comum das Escolas Municipais de Educação Infantil e das Escolas de 1º Grau do Município de São Paulo.

serviço de psicologia escolar – "o psicólogo é encaminhado para a escola de acordo com o índice de repetência e o número de classes de 1ª série", plano de integração do atendimento clínico e escolar – "alterando o enfoque de atendimento [...] tentando a utilização de todas as técnicas e estratégias possíveis para se solucionar o problema na escola em primeira instância, e caso necessite de atendimento clínico, de forma a possibilitar a absorção imediata pós diagnóstico".

1983 – o Serviço de Psicologia Escolar do Departamento de Saúde Escolar é transferido ainda em caráter não oficial para o Departamento de Planejamento - Deplan, ambos da Secretaria Municipal de Educação.

– Seção de Psicologia elabora Programa de Trabalho do Setor de Psicologia Escolar para atuação no 2º semestre de 1983 dentro do Plano Emergencial da Secretaria Municipal de Educação, contendo apresentação, histórico, formação do setor e situação atual, projetos, integração escolas municipais de educação infantil e classes de pré-primário das escolas municipais com o ensino de 1º grau, atendimento à 1ª série, distribuição dos psicólogos na rede municipal de ensino e

1983/85 – Guiomar Namo de Mello é Secretária da Educação.

1983 – Departamento de Planejamento – Deplan organiza Capacitação de Recursos Humanos da Rede Municipal de ensino para especialistas de educação da escola de 1º grau e educação infantil, diretor, assistente e auxiliar de diretor e supervisor de ensino, com o objetivo de "analisar os meios que tornem possíveis a reapropriação da competência profissional por parte dos educadores, considerando a necessidade de uma prática inteligente e responsável". Utiliza textos referentes à: professora e aluno na escola básica; a escola e a política; fracasso escolar, criação de uma relação de

1983/85 – Mario Covas é prefeito da cidade de São Paulo.

1983 – Realização do 2º Congresso Estadual de Educação.

– o atendimento pré-escolar passa a destinar-se a crianças de 4 a 6 anos e 6 meses, com a Portaria n. 398/83 da Superintendência Municipal de Educação.

formas de avaliação, como forma de apresentar a nova administração da Secretaria Municipal de Educação as atividades realizadas.

– Seção de Psicologia elabora ficha de caracterização de 1ª série e roteiro de relatório escolar para encaminhamento psicológico.

– Departamento de Planejamento – Deplan organiza a Capacitação de Recursos Humanos da Rede Municipal de Ensino da PMSP, para atualização de psicólogos e fonoaudiólogos. O curso tem por objetivo "analisar a função dos psicólogos e dos fonoaudiólogos a partir de uma visão abrangente da Educação e do posicionamento do especialista como educador considerando sua prática e a legislação que regulamenta a sua função".

ajuda; planejamento educacional; supervisão de ensino; orientação educacional, dentre outros.

1984 – Seção de Psicologia elabora a proposta inicial de Plano de Ação para este ano, para atuação nos níveis do Departamento de Planejamento, Delegacias Regionais de Ensino e Escolas de 1º grau e de Educação Infantil.

– Seção de Psicologia Escolar realiza uma caracterização de alunos repetentes de dois ou mais anos na 1ª série de escolas

1984 – O Departamento de Saúde Escolar elabora documento sobre seus objetivos e atividades.

– O Departamento de Planejamento elabora uma orientação para o período preparatório, contendo sugestões de atividades para quinze dias de trabalho.

municipais de São Paulo. – Seção de Psicologia oferece curso para professores de pré-escola de uma região da cidade de São Paulo sobre aspectos do desenvolvimento infantil: desenvolvimento psicomotor e socialização. – Seção de Psicologia apresenta Projeto de uma sala modelo e ludoteca de uma EMEI de Campo Limpo. – Seção de Psicologia apresenta a descrição das atividades desenvolvidas pelo psicólogo escolar.		
1985 – Decreto n. 21084. Altera a subordinação do Serviço de Psicologia Escolar da Divisão de Assistência Médica do Departamento de Saúde Escolar para o Gabinete do Departamento de Planejamento e Orientação – Deplan. – Seção de Psicologia elabora uma proposta de trabalho para atendimento psicológico às escolas da rede municipal tendo por objetivo redimensionar a ação do psicólogo na Secretaria Municipal de Educação.	**1985** – Departamento de Planejamento elabora estudo sobre o índice de retenção nas 1ª e 5ª séries. – Departamento de Planejamento elabora orientação para professores no trabalho com classes de 1ª série que apresentam dificuldades de aprendizagem. - Departamento de Planejamento elabora Programa de 1º grau – 1ª série.	**1985** – Lei n. 9874 reestrutura a Carreira do Magistério Municipal, instituindo a evolução funcional do docente e especialista de educação. – Realizado o Congresso Comemorativo dos 50 Anos da Pré-Escola. – Discussão do Regimento Escolar de 1º e 2º graus e de Educação Infantil da prefeitura de São Paulo
1986/88 –equipes de psicólogos escolares produzem orientação sobre sexualidade na pré-escola, para professores de educação infantil e sobre agressividade na sala de aula,	**1986/88** – Paulo Zingg é Secretário da Educação. **1986** – Departamento de Planejamento	**1986/88** – Jânio da Silva Quadros é prefeito da cidade de São Paulo.

para professores e equipe técnica das escolas de 1º grau.	elabora orientação aos professores quanto às características psicológicas do aluno do ensino supletivo. – Departamento de Saúde Escolar Programa Férias Felizes, dirigido a monitores, dentre os quais psicólogos escolares, que deveriam desenvolver atividades educacionais, recreativas e nutricionais.	
		1987 – A Divisão de Assistência Médica do Departamento de Saúde Escolar da Secretaria Municipal da Educação oferece o 1º Curso de Formação de Monitores para Treinamento em Saúde Escolar e o Professor de Educação Física. – palestra proferida pela Profa. Dra. Arlete D' Antola sobre a disciplina em sala de aula no Departamento de Planejamento da Secretaria da Educação.
1988 – criação da Divisão de Psicologia composta pelas Seções de Apoio Técnico, de Psicologia clínica e de Psicologia Escolar, pela Lei n. 10675 que reorganiza o Departamento de Saúde Escolar da Secretaria Municipal da Educação. – equipe de psicólogos escolares elabora orientação para professores das escolas municipais sobre aspectos psicológicos da adolescência.		
	1989/91 – Paulo Réglus Neves Freire é Secretário da Educação.	**1989/92** – Luiza Erundina é prefeita da cidade de São Paulo.

1989 – reorganização parcial da Secretaria Municipal de Educação. – Decreto n. 27695. Transferência do Departamento de Saúde Escolar da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria de Higiene e Saúde.	**1989** – a política educacional implantada tem como prioridades: democratização do acesso, democratização de gestão, nova qualidade de ensino, movimentos de alfabetização de jovens e adultos. – o Decreto n. 27813 dispõe sobre a reorganização parcial da Secretaria Municipal da Educação. A Superintendência Municipal de Educação e o Departamento de Planejamento e Orientação ficam transformados em Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa e Departamento de Orientação Técnica e as Delegacias Regionais de Educação passam a denominar-se Núcleos de Ação Educativa. – criação do Centro de Multimeios na Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação. – o Decreto n. 28313 institui o Programa Classes Comunitárias como forma alternativa para atendimento pré-escolar, com integração de Entidades Comunitárias. – criação do Projeto de Alfabetização de Adultos da Cidade de São Paulo – MOVA, através do Decreto n. 28302, em convênio com entidades e associações de bairros. – descentralização dos orçamentos, atribuindo mais recursos às unidades

		escolares.
1990 – extinção do Serviço de Psicologia Escolar.		**1990 –** Secretaria Municipal da Educação apresenta relatório sobre o trabalho realizado, denominado construindo a Educação Popular – Caderno 22 meses.
	1991/92 – Mario Sérgio Cortella é Secretário da Educação	